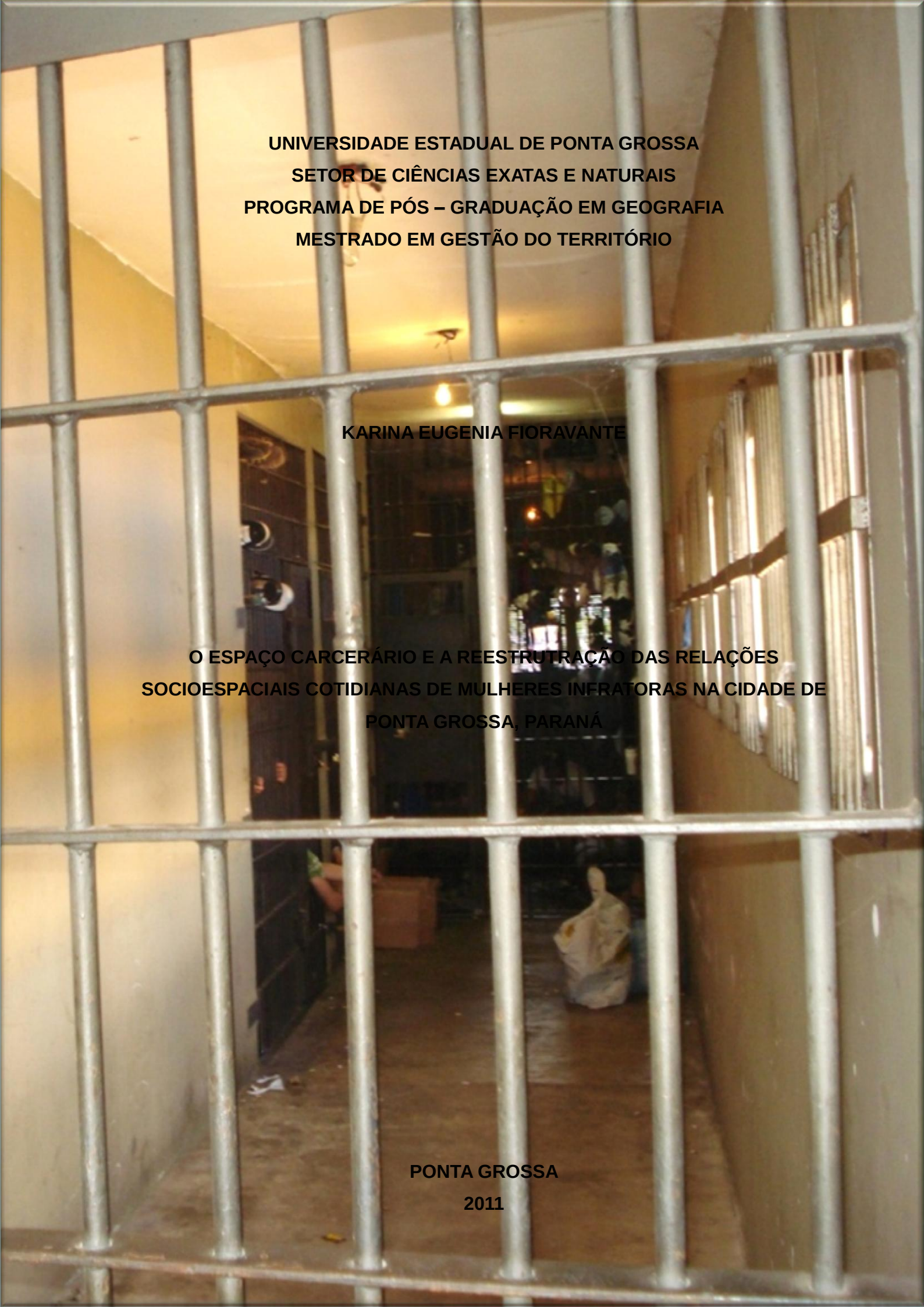




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

KARINA EUGENIA FIORAVANTE

**O ESPAÇO CARCERÁRIO E A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES
SOCIOESPACIAIS COTIDIANAS DE MULHERES INFRATORAS NA CIDADE DE
PONTA GROSSA, PARANÁ**

PONTA GROSSA

2011

KARINA EUGENIA FIORAVANTE

O ESPAÇO CARCERÁRIO E A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES
SOCIOESPACIAIS COTIDIANAS DE MULHERES INFRATORAS NA CIDADE DE
PONTA GROSSA, PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Gestão
do Território, Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Silva.

PONTA GROSSA

2011

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG

F517e Fioravante, Karina Eugenia
O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais
cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná /
Karina Eugenia Fioravante. Ponta Grossa, 2011.
168f.

Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão do Território),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Silva

1. Espaço carcerário. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Egressas.
I. Silva, Joseli Maria. II. T.

CDD : 361.1

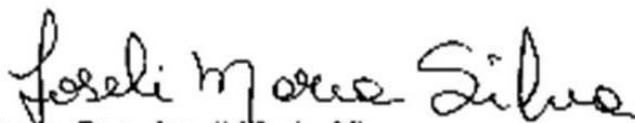
TERMO DE APROVAÇÃO

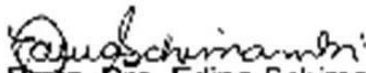
KARINA EUGÊNIA FIORAVANTE

**"O ESPAÇO CARCERÁRIO E A REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES
SOCIOESPACIAIS COTIDIANAS DE MULHERES INFRATORAS NA CIDADE DE
PONTA GROSSA, PARANÁ"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Profa. Dra. Joseli Maria Silva
UEPG


Profa. Dra. Edina Schimanki
UEPG


Profa. Dra. Adriana Melo Cançado
CESCAGE

Ponta Grossa, 25 de março de 2011.

Às mulheres que emprestaram
suas experiências e sonhos para a construção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que cederam suas falas para construção dessa pesquisa. Para vocês, meu mais especial agradecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa de mestrado.

Aos funcionários do Mini – Presídio Hildebrando de Souza pela sua paciência e boa vontade.

À Profa. Dra. Joseli Maria Silva pela coragem e audácia científica para orientar essa pesquisa, bem como por ter me ensinado que a ciência e em especial, a Geografia pode ser construída a partir de múltiplas vozes. E ao Grupo de Estudos Territoriais, pelo apoio ao longo da construção dessa pesquisa.

À Profa. Dra. Susana Maria Veleda da Silva pelas contribuições no exame de Qualificação e à Profa. Dra. Adriana Melo Cançado e Profa. Dra. Edna Schimanki pela colaboração e contribuições na banca de defesa.

Ao geógrafo e amigo Sérgio Ricardo Rogalski e a Dona Regina de Ogum, por terem me ajudado de forma incomensurável durante o campo de pesquisa, bem como por terem me emprestado sua casa inúmeras tardes para escrever a dissertação.

Aos amigos da Física, Rodrigo Carlos Bouffleur e Caroline Czelusniak, por terem me socorrido quando precisei e tornado essa caminhada mais divertida. Também a Yuri Sá Scaramussa que, mesmo a distância, tem sido um grande e fiel amigo.

Aos meus pais, Airton e Aloma, por sempre acreditarem em mim. E por fim, a minha preciosa Dominique, por rir e me fazer ter certeza que todo esse processo vale à pena.

É absurdo dividir as pessoas em boas e más.
As pessoas ou são encantadoras ou são aborrecedoras.

- Oscar Wilde -

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo compreender a experiência do espaço carcerário feminino na reestruturação das relações socioespaciais cotidianas das mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Nosso referencial empírico foi o Mini – Presídio Hildebrando de Souza localizado na cidade de Ponta Grossa, a partir do qual realizamos dezessete entrevistas com roteiro semi - estruturado com as mulheres encarceradas durante os meses de outubro de 2009 a janeiro de 2010, bem como, coleta de dados por meio de questionários respondidos pelas detentas. Da mesma forma, realizamos entrevistas com oito mulheres egressas do espaço carcerário. A criminalidade feminina, e o número de mulheres encarceradas vêm crescendo expressivamente no Brasil. Entretanto, a Academia ainda tem dificuldade em explorar essa temática, seja pela sua polêmica, seja pela falta de metodologias coerentes. Mesmo as perspectivas feministas da ciência encontram constrangimentos nessas discussões, possivelmente por colocar abaixo a idéia, tão consolidada em nosso imaginário social, das mulheres enquanto seres frágeis, passivos e dóceis. É imprescindível apontar que a espacialidade carcerária não é fixa, imutável, subjugadora, como muitas vezes a imaginamos. O espaço carcerário é concebido, em nossa perspectiva, enquanto um produto de inter-relações, como uma esfera que possibilita a coexistência da multiplicidade, sempre em construção. O conceito de gênero é da mesma forma, um interessante componente de análise para as dinâmicas dos espaços prisionais, uma vez que é importante apontar que as espacialidades não são vivenciadas da mesma forma por todos os sujeitos. Evidenciamos que os dois grupos apresentam um perfil similar. São mulheres majoritariamente pobres, com baixa escolaridade e renda. São da mesma forma, em sua grande maioria mães, o que torna consequentemente seus filhos participantes das dinâmicas carcerárias. Podemos concluir da mesma forma, o quanto o sistema de varejo do tráfico de drogas está crescendo na cidade de Ponta Grossa. Podemos observar também o quanto às mulheres vêm se inserindo nessa dinâmica. As mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa estão, em sua grande maioria, ligadas de alguma forma com as drogas, esta obtendo posição de centralidade em suas falas. Da mesma forma, concluímos a partir de suas falas que apesar de uma vivência formalmente administrada, essas mulheres conseguem encontrar mecanismos em seu cotidiano para burlar essa ordem. Com relação às experiências espaciais das mulheres ex – detentas da cidade de Ponta Grossa evidenciamos que elas raramente conseguem retomar de forma plena seu cotidiano após o encarceramento. Da mesma forma, o condicionamento corporal imposto pela espacialidade carcerária permanece em suas ações mais pontuais. Suas maiores dificuldades se relacionam ao afastamento sentimental dos filhos, da família e dos companheiros. A estigmatização dessas pessoas pela sociedade também implica em menor probabilidade de conseguirem retomar suas vidas profissionais.

Palavras- Chave: Espaço Carcerário, Mulheres, Gênero, Egressas.

ABSTRACT

This research aims to understand the experience of the female prison space on the restructuring of the everyday sociospatial relations of criminals women in the city of Ponta Grossa, Paraná. Our empirical reference was the Mini – Prision Hildebrando de Souza, located in Ponta Grossa, from which we conducted seventeen semi-structured interviews with women incarcerated during the months of October 2009 to January 2010, as well as data collection through questionnaires answered by the inmates. Likewise, we conducted interviews with eight women who were discharged from prison space. The female criminality, as well as the number of incarcerated women is growing significantly in Brazil. However, the Academy still finds difficulty in exploring this theme, if not only for its controversy, also for the lack of consistent methodologies. Even the Feminist perspectives of science are constraints in these discussions, possibly because they put down the idea, so consolidated in our social imaginary, of women as fragile, passive and docile beings. It is imperative to note that the carceral spatiality is not fixed, immutable, subdued, as often imagined. The prison space is designed, in our view, as a product of interrelations, as a sphere that allows the coexistence of multiplicity, always under construction. The concept of gender is, the same way, an interesting component analysis for the dynamics of prison spaces, since it is important to note that the spatiality is not experienced equally by all subjects. We have observed that the two groups of interviewed women has a similar profile. These women are, mostly, poor, with low education and income. They are, likewise, mostly mothers, which becomes, therefore, their children participating in the carceral dynamics. We can conclude that the retail system of drug's traffic is growing in the city of Ponta Grossa. We noted too, how women are entering in this dynamic. The women incarcerated in the city of Ponta Grossa are mostly linked in some way with drugs, getting this position of centrality in their speeches. Likewise, we concluded from their speech that although formally controlled, these women found ways to subvert this order in their daily lives. Regarding the spatial experiences of women ex-prisoners of Ponta Grossa evidences that they are rarely able to fully resume their daily lives after incarcerations. Likewise, the body conditioning imposed by prison spatiality remains in their actions more imperceptible. Their greatest difficulties are related to the sentimental separation of their children, family and partners. The stigmatization of these people by the society also implies a lower probability of getting back their professional lives.

Key – Words: Prison Space, Women, Gender, Ex-Prisoners women.

RESUMÉ

Cette recherche vise à comprendre l'expérience de l'espace prisonnel dans la restructuration des relations socio-spatiales quotidiennes des femmes délinquantes dans la ville de Ponta Grossa, Paraná. Notre référence empirique a été la Mini – Prison Hildebrando de Souza située à Ponta Grossa, à partir de laquelle nous avons mené dix – sept entrevues semi - structurées avec les femmes incarcérées au cours des mois de Octobre 2009 jusqu'à Janvier 2010, et aussi nous avons fait une collect d'informations par les biais d'un questionnaire répondu par les détenues. Dans la même façon, nous avons mené des entrevues avec huit femmes qui sont sortis de l'espace carcéral. La criminalité féminine, et même, le nombre de femmes incarcérées est en fort croissance au Brésil. Toutefois, l'Académie a encore des difficultés à explorer ce thème, si ce n'est que pour ses controverses, est aussi pour le manque des méthodologies cohérentes. Même les point de vue féminist de la science sont contraintes à ces discussions, éventuellement par mis à faible l'idée, telle que consolidée dans notre imaginaire social, des femmes comme des êtres fragiles, passifs et dociles. Il est impératif de noter que la spatialité de la prison n'est pas fixe, immuable, subjugue, comme souvent imaginé. L'espace carcéral est conçu, à notre avis, en tant que produit d'interrelations, comme un sphere que permet la coexistence de plusieurs, toujours en construction. Le concept de genre est, de la même façon, un interessante element d'analyse pour la dynamique des espaces carcéral, car il est important de noter que les spatialités ne sont pas ressentis également par tous les sujets. Nous avons montré que les deux groupes ont un profil similaire. Les femmes sont souvent pauvres, peu scolarisées et revenue. Ils sont, également, surtout mère, ce que devient, par conséquent, leurs enfants participent à la dynamique de l'incarcérations. Nous pouvons conclure que le système de vente de drogue est en croissance dans la ville de Ponta Grossa. Nous notons, également, que les femmes sont de plus en plus dans cette dynamique. Les femmes incarcérées dans la ville de Ponta Grossa sont principalement liés d'une certaine façon avec des drogues, ayant cet obtenu position de centralité dans leurs discours. Nous concluons de ses discours que, bien que formellement donné leur viés, ces femmes on trouvent des moyens pour contourner dans sa vie quotidienne cet ordre. En ce qui concerne les expérience spatiales de femmes ex-prisonniers de Ponta Grossa, nous avons elucide qu'elles sont rarement en mesure de reprendre pleinement leur vie quotidienne après l'incarcérations. De même, le conditionnement physique imposée par la spatialité de la prison rest aussi dans leurs plus sporadiques actions. Leurs principaux problèmes sont liés à l'enlèvement sentimentale des enfants, familles et amis. La stigmatisation de ces personnes par la société implique également une plus faible probabilité de retrouver leur vie professionnelle.

Mots-Clés: L'espace carcéral, Femmes, Genre, Ex – Prisonnières Femmes.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- Fachada do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na cidade de Ponta Grossa, Paraná.....	76
FIGURA 2	- Vista Lateral esquerda do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na cidade de Ponta Grossa, Paraná.....	77
FIGURA 3	- Entrada do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.....	78
FIGURA 4	- Croqui do interior do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.....	79
FIGURA 5	- Entrada das Galerias Masculina e Feminina do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.....	81
FIGURA 6	- Vista dos beliches no interior das celas.....	84
FIGURA 7	- Vista de uma das camas do interior das celas.....	85
FIGURA 8	- Presa realizando trabalhos cotidianos: lavagem de roupas.....	87
FIGURA 9	- Presa realizando trabalhos cotidianos: preparo da alimentação coletiva.....	88
FIGURA 10	- O ‘boi’.....	89
FIGURA 11	- O chuveiro do ‘X’.....	90
FIGURA 12	- Presas improvisando cadeiras.....	92
FIGURA 13	- Presas demonstrando situação de superlotação das celas.....	101
FIGURA 14	- Presas realizando trabalhos artesanais no interior da cela.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- Evolução do número de mulheres encarceradas no Brasil durante os anos de 2000 a 2009.....	51
GRÁFICO 2	- Evolução do número de homens encarcerados no Brasil durante os anos de 2000 a 2009.....	52
GRÁFICO 3	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Idade.....	59
GRÁFICO 4	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Estado Civil.....	60
GRÁFICO 5	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Número de Filhos.....	61
GRÁFICO 6	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Tipificação dos Delitos.....	63
GRÁFICO 7	- Encarceradas - Relações que levaram as mulheres à prisão.....	66
GRÁFICO 8	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Renda.....	72
GRÁFICO 9	- Perfil das Mulheres Encarceradas – Escolaridade.....	73
GRÁFICO 10	- Encarceradas - Reação da Família à prisão.....	95
GRÁFICO 11	- Encarceradas - Relações no Cárcere.....	97
GRÁFICO 12	- Encarceradas - Maiores Dificuldades no Cárcere.....	99
GRÁFICO 13	- Encarceradas - Avaliação dos Funcionários do Cárcere.....	105
GRÁFICO 14	- Encarceradas - Experiências do espaço carcerário.....	107
GRÁFICO 15	- Encarceradas - Visão da cidade de dentro do Cárcere.....	110
GRÁFICO 16	- Encarceradas - Relacionamentos Rompidos.....	111
GRÁFICO 17	- Evolução do número de mulheres egressas do sistema penitenciário na cidade de Ponta Grossa durante os anos de 2000 a 2007.....	116
GRÁFICO 18	- Egressas - Primeira Sensação.....	119
GRÁFICO 19	- Egressas – Reação da Família à prisão.....	120
GRÁFICO 20	- Egressas – Relações no Cárcere.....	121

GRÁFICO 21	- Egressas – Maiores Dificuldades do Cárcere.....	123
GRÁFICO 22	- Egressas – Experiências do espaço carcerário.....	125
GRÁFICO 23	- Egressas – Dificuldades para recompor a vida.....	132
GRÁFICO 24	- Egressas – Discriminação.....	137
GRÁFICO 25	- Egressas – Visão da Cidade após o Cárcere.....	144
GRÁFICO 26	- Egressas – Visão do Cárcere após a libertação.....	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- Total de Estabelecimentos Penais no Brasil.....	49
QUADRO 2	- População Encarcerada no Brasil em 2009.....	53
QUADRO 3	- Evolução do número de pessoas encarceradas no Estado do Paraná durante os anos de 2004 a 2009.....	55
QUADRO 4	- Dados do perfil socioeconômicos das mulheres egressas.....	117

LISTA DE SIGLAS

CDPs	Centro de Detenção Provisório
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
SINASE	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
CPB	Código Penal Brasileiro
VEC	Vara de Execução Penal
PPE	Programa Pró-Egresso
LEP	Leis de Execuções Penais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		17
CAPÍTULO 1 - “AGENTE É INVISÍVEL”: ESPAÇO CARCERÁRIO, GÊNERO E CRIMINALIDADE FEMININA		24
1.1	UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO CARCERÁRIO E GÊNERO.....	24
1.2	A CRIMINALIDADE FEMININA E OS PROCESSOS DE ENCARCERAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM MÚLTIPLAS ESCALAS.....	40
1.2.1	Algumas Discussões Sobre Criminalidade e Mulheres.....	40
1.2.2	Um Panorama Sobre as/os Encarceradas/os no Brasil.....	48
CAPÍTULO 2 - “AQUI NÃO É PRA QUALQUER UM”: AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS DO ESPAÇO CARCERÁRIO NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ		58
2.1	PERFIL E AÇÕES DE MULHERES DELITUOSAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA.....	59
2.2	A VIVÊNCIA DO ESPAÇO CARCERÁRIO.....	74
2.2.1	A Forma Espacial do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na Cidade de Ponta Grossa, Paraná e Sua Função Na Reprodução Das Desigualdades Sociais.....	75
2.3	AS RELAÇÕES INSTITUÍDAS E INSTITUINTES DO COTIDIANO CARCERÁRIO NO MINI – PRESÍDIO HILDEBRANDO DE SOUZA.....	94
CAPÍTULO 3 - “A CADEIA NÃO SAI DO MEU CORPO”: A REESTRUTURAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DAS MULHERES EGRESSAS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO		115
3.1	DAS EGRESSAS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO ESPAÇO CARCERÁRIO.....	116
3.2	OS DESAFIOS E DIFICULDADES DE REESTRUTURAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DAS MULHERES EGRESSAS.....	129

CONCLUSÃO		148
REFERÊNCIAS		154
ANEXOS		161

INTRODUÇÃO

O destino [da humanidade] é a liberdade.

- Vinícius de Moraes -

O que pode haver de comum entre o cárcere e a Academia? O que poderia relacionar os espaços prisionais com as discussões de gênero? O que estes assuntos, aparentemente tão díspares, podem conter de geográfico? Nosso grande desafio nessa pesquisa é elucidar que essas temáticas, comumente discutidas por profissionais de diversas áreas do conhecimento, possuem um componente essencialmente geográfico: o espaço.

Durante longos anos persistiu a idéia de que a ciência geográfica estaria limitada a realização de incansáveis inventários descritivos, que quando realizados de forma correta, representariam uma prática erudita. Quando observamos a história do desenvolvimento da Geografia científica percebemos que certas temáticas, e até mesmo, determinados sujeitos vêm sendo negligenciados, bem como suas espacialidades ignoradas. Discursos periféricos e corporalidades diferenciadas vêm sendo esquecidos, limitando dessa forma o escopo de interesses da Geografia brasileira a temáticas que, se já não estão esgotadas, vêm se extenuando a cada 'nova' publicação.

Concomitantemente a esse processo, observamos, cada vez mais, numerosas tentativas de corajosos pesquisadores que vêm se esforçando para garantir uma oportunidade à Geografia de renovação, de abertura. Geógrafas/os engajados com as perspectivas pós-coloniais e feministas estão na linha de ponta desse novo embate científico, lutando para garantir na Academia sua posição, bem como a respeitabilidade de suas pesquisas. Essa pesquisa é da mesma forma, uma tentativa de conquistar maior abertura a esse campo, bem como, de garantir aos sujeitos eleitos como foco de interesse uma oportunidade de visibilidade científica.

Discutir temáticas relacionadas a gênero e sexualidades na ciência geográfica, ainda causa controvérsias e mesmo ferrenhos embates entre pesquisadores. O motivo dessas colisões é geralmente o mesmo, ou seja, validar ou não essas produções como científicas, e até mesmo tentar detectar uma espécie de 'nível' ou 'grau' de geograficidade dessas abordagens.

Entretanto, atualmente, a Geografia vem tomando como sua a

responsabilidade de compreender, interpretar e analisar fenômenos. Abrindo seu leque investigativo, a ciência geográfica hoje está brindando seus 'filhos' com novas temáticas, novos conceitos e novas metodologias. A que é trabalhada nessa pesquisa é uma delas.

Nosso interesse pelas questões relacionadas ao aumento da criminalidade feminina, bem como a espacialidade carcerária construída por mulheres se deu em um processo gradual, iniciando no Programa de Iniciação Científica e culminando em um trabalho de Conclusão de Curso que investigou o perfil socioespacial das mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná, durante os anos de 2000 a 2007. Foi um trabalho árduo, agravado em grande parte pela necessidade de superar todas as dificuldades enfrentadas durante a graduação, especialmente no sentido de absorver conceitos e metodologias que eram inéditos. Essa etapa, vencida com sucesso, foi fundamental, pois foi essa pesquisa inicial que nos instigou a aprofundar nossas discussões, bem como, semeou em nossos ideais acadêmicos a necessidade de questionarmos verdades previamente instituídas, desconstruir visões hegemônicas para assim, imaginarmos uma nova forma de 'fazer' Geografia. As discussões apresentadas a seguir são o resultado desses anos de estudo dedicados a essa temática particular.

Nosso objetivo é compreender como as experiências vividas no espaço carcerário reestruturam as relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Nossos objetivos específicos são estudar o perfil das mulheres encarceradas, bem como, o das mulheres egressas; analisar as experiências vividas pelas mulheres infratoras a partir do espaço carcerário e, por fim, analisar a vivência do espaço carcerário feminino na reestruturação das relações socioespaciais cotidianas das mulheres egressas.

O número de mulheres encarceradas vem crescendo expressivamente no Brasil, crescimento este que é acompanhado também pelo aumento do interesse da Academia por essa população, bem como pelas dinâmicas que vivenciam na espacialidade carcerária. Nosso referencial empírico foi o Mini – Presídio Hildebrando de Souza localizado na cidade de Ponta Grossa, a partir do qual realizamos dezessete entrevistas com roteiro semi - estruturado (anexo I) com as mulheres encarceradas durante os meses de outubro de 2009 a janeiro de 2010.

Podemos dividir nosso campo de pesquisa no Mini – Presídio em duas fases bem distintas. Na primeira delas, logo no início de nossas visitas ao Hildebrando,

tínhamos uma dinâmica de entrevistas que foi completamente diferente da segunda. Ficávamos no parlatório do Mini – Presídio, uma pequena sala localizada próxima a área da administração. Utilizando a metáfora fílmica, são locais apresentados naquelas comuns cenas de filmes em que o preso fica de um lado de um vidro e a pessoa que visita - o do outro, conversando através de um telefone. Foi dessa maneira que realizamos as entrevistas, não por um telefone que permite a passagem do som, mas sim, falando o mais alto possível para podermos nos comunicar. Nosso contato com a presa era mínimo, estando limitado ao momento em que a traziam para a entrevista e a levavam de volta para a galeria. Realizamos apenas seis das dezessete entrevistas nessa dinâmica.

Nossa segunda fase de pesquisa ocorreu de forma diferente. Depois de muita insistência frente à administração do Mini – Presídio, conseguimos duas pequenas conquistas: a disponibilização de uma sala para que realizássemos as entrevistas e a retirada das algemas das mulheres durante nossa conversa. Essa última pode parecer ínfima, mas percebemos que nossa dinâmica de entrevista ficou muito mais rica com essa prática. As mulheres se sentiam mais a vontade conosco, conseguiam se abrir mais.

É interessante comentarmos que nosso acesso ao Mini – Presídio Hildebrando de Souza foi previamente autorizado pelo Juiz responsável pela Vara de Execuções Penais, a partir de um ofício enviado (anexo II) para o diretor do Mini – Presídio. Da mesma forma, nossos procedimentos éticos estiveram relacionados principalmente a questão da preservação da identidade das depoentes. Por esse motivo, optamos pela utilização de nomes fantasias, escolhidos pelas detentas, para caracterizá-las, evitando assim, o uso de seu verdadeiro nome, resguardando sua identidade.

Todas as mulheres que entrevistamos e que abraçaram a pesquisa de uma forma que nunca imaginávamos, dispuseram-se por vontade própria. Elas vinham tímidas e com um olhar assustado, sem saber o que esperar. Quando começávamos a conversar elas tinham um tom desconfiado, até mesmo arredio, mas que iam esquecendo, até o perderem totalmente ao longo da conversa.

Obtivemos no total cerca de quatorze horas de entrevistas. As entrevistas foram transcritas na íntegra e os dados foram sistematizados a partir da identificação de categorias discursivas. Identificamos quais foram as categorias mais evocadas pelas mulheres relacionada a cada pergunta específica do nosso roteiro.

Após o tratamento dos dados, observamos um total de 249 evocações que se relacionavam diretamente com nosso questionário. Porque dizemos diretamente? Porque ao longo de nossas conversas com as presas, elas contavam muitas histórias relacionadas à sua infância, bem como a infância de seus filhos, os quais não se enquadravam de forma adequada com nossos objetivos de pesquisa, mas que, entretanto, não devem ser ignorados.

No Mini – Presídio Hildebrando de Souza também foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, o qual foi utilizado para identificar o perfil das mulheres que estavam encarceradas no momento do trabalho de campo. Esse questionário (anexo III) continha perguntas como idade, escolaridade, renda, uso de drogas, motivo pelo qual foi presa, entre outros. No momento de aplicação desse questionário pedimos às mulheres que não se identificassem, não colocando, portanto, nem seus nomes, nem a cela onde estavam. Entretanto, observamos que, 95% escreveram em algum local do papel seu nome e a cela onde estavam. Esses nomes foram omitidos para preservar a identidade das mulheres. Após o tratamento dos dados, construímos gráficos para melhor visualização, bem como, para analisá-los de forma mais completa.

Foi instituída também, outra dinâmica no Mini – Presídio Hildebrando de Souza. A fim de caracterizarmos e analisarmos o espaço carcerário feminino entregamos uma câmera fotográfica as detentas e lhes pedimos que fotografassem tudo que gostariam de mostrar à sociedade, sobre suas vidas, sobre sua espacialidade de convivência¹. Dessa forma, não é nosso mérito aqui questionar a qualidade das fotos, mas sim, seu conteúdo. Ou seja, objetivamos poder dar visibilidade a esse universo, sem esquecer, no entanto, que essas imagens mostram a maneira como as mulheres construíram a sua imagem para nós, para a sociedade e até arriscamos perguntar, será que da mesma forma, para elas próprias?

Somos bombardeados pela mídia diariamente com informações - as quais nem sempre são confiáveis - sobre inúmeros assuntos. Da mesma forma, as imagens fílmicas produzidas pelo cinema nos ajudam a construir nossas opiniões e conceitos a respeito de diversas temáticas. Com relação às representações dos cárceres isso não é diferente, muito pelo contrário, é para muitas pessoas o único contato com esses espaços. Filmes como *Alcatraz: fuga impossível* (1960), *A espera*

¹ Essa atividade foi previamente autorizada pelo diretor do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

de um milagre (1999), *Chicago* (2002), *Carandiru* (2003) e o belíssimo *Leonera* (2008) para evidenciar alguns, constroem suas tramas nas espacialidades carcerárias, nos ajudando da mesma forma, a construir nossas próprias visões desses ambientes.

O que vimos não pode ser definido pelas imagens dos presos amáveis, ou, utilizando Foucault (2007), dóceis, como os condenados a morte em *A espera de um milagre*. Nem as belas mulheres de *Chicago* ou a espacialidade violenta, mas ao mesmo tempo tolerante a diversas representações de sexualidades como em *Carandiru*. O que vimos foi uma mistura, uma espécie de caleidoscópio de tudo isso. Vimos mulheres fortes, lutadoras, resignadas, entristecidas, esperançosas, resumindo, mulheres comuns.

A posicionalidade do pesquisador é epistemologicamente importante no momento de construção de qualquer pesquisa. Vamos mais adiante nesse sentido e acreditamos que as 'lentes' através das quais observamos o mundo, ou parafraseando Bourdieu (1979), nosso 'capital cultural' também é imprescindível nesse processo. Em nosso caso e com relação ao nosso referencial empírico, a única imagem que tínhamos desses espaços foi, em sua grande maioria, construída por filmes como esses que citamos anteriormente. Não é de se estranhar que nosso choque tenha sido gigantesco quando chegamos até as celas que limitam a galeria feminina.

Nossas entradas a galeria feminina, ou seja, ao local onde as presas estavam foram mínimas, devido aos funcionários do Mini – Presídio, para preservar nossa segurança. No Mini – Presídio Hildebrando de Souza existem duas áreas distintas que são chamadas de 'parte nova' e 'parte velha'. Quando realizamos nosso campo as mulheres estavam encarceradas na chamada 'parte velha', pois de acordo com informações obtidas com os carcereiros, a 'parte nova' estava em reformas. Atualmente, elas encontram-se nessa área reformada, ou seja, as imagens que traremos posteriormente serão todas referentes ao espaço que elas vivenciavam no momento de construção de nossa pesquisa.

Paralelo a tudo isso, vivíamos um desafio muito grande para alcançar outro grupo essencial para conclusão da pesquisa, as mulheres egressas. O processo de pesquisa não é linear, muito pelo contrário, é dinâmico e à medida que vai se construindo, também exige do pesquisador adaptações, outras táticas e estratégias. Nossa idéia inicial era acessar o grupo de mulheres egressas a partir do Programa

Pró-Egresso, o qual tem por finalidade prestar assistência a essas pessoas. Entretanto, não foi possível localizar essas mulheres a partir dessa dinâmica, pois muitas vezes, o contato que o Programa Pró-Egresso possuía era desatualizado.

Fomos desafiados então a construir outra dinâmica. A partir da criação de uma rede de relações fomos conseguindo encontrar algumas mulheres. Perguntávamos para amigos se eles tinham conhecimento de alguma mulher que havia sido encarcerada. Dessa forma, fomos capazes de localizar as egressas, indo até suas casas, geralmente acompanhadas pelas pessoas que os indicavam, para facilitar o processo de aproximação. Com as mulheres egressas realizamos uma dinâmica de entrevista similar a feita com as encarceradas, com um roteiro de entrevista similar (anexo IV). Nosso trabalho de campo com as egressas ocorreu durante os meses de Maio a Julho do ano de 2010.

Para compreender as informações que obtivemos com a aplicação dos roteiros de entrevista, escolhemos alguns conceitos utilizados como fios condutores para a construção do texto. Pautamos nossa reflexão no conceito de espaço geográfico proposto por Massey (1999), a partir do qual a autora nos leva a imaginar uma nova forma de concebermos o espaço. Sempre aberto, sempre em construção e desconstrução, sempre em devir. Apoiamos - nos, da mesma forma, nas proposições trazidas pelas correntes feministas da Geografia, especificamente acerca do conceito de gênero. Nossa perspectiva é de que o espaço também é construído a partir de especificidades de gênero, e que, conseqüentemente, corpos com papéis de gêneros específicos atuam e constroem espacialidades diferenciadas. O espaço carcerário se constrói dessa forma, e a partir dele, podemos analisar performances de gênero próprias.

Nosso texto é dividido em três capítulos. No primeiro deles trazemos algumas reflexões teóricas que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Discutimos o conceito de espaço geográfico, bem como, trazemos as discussões relacionadas ao conceito de gênero em sua interface analítica com a Geografia. Da mesma forma, trazemos discussões relacionadas à criminalidade feminina, evidenciando também, que o aumento do número de mulheres encarceradas põe a ciência um novo desafio, o de desenvolver novas abordagens e metodologias que sejam capazes de dar maior inteligibilidade a esse fenômeno em expansão.

Nosso segundo capítulo é dedicado as análises das falas das mulheres encarceradas. Nesse capítulo, discutimos o perfil da mulher presidiária na cidade de

Ponta Grossa, apontando que é um grupo específico, de baixa renda, baixa escolaridade e com grande envolvimento com drogas. Posteriormente, trazemos a descrição do Mini – Presídio Hildebrando de Souza, refletindo que a forma física desse espaço está intimamente relacionada com os mecanismos de poder instituídos pela sociedade. Para realizar essa análise, apresentamos as fotos tiradas pelas detentas. Por fim, partimos aos dados obtidos através das entrevistas com as mulheres, discutindo suas falas para compreender de que forma a espacialidade carcerária é construída por elas, é vivenciada por elas.

Em nosso último capítulo, o qual é subdividido em duas seções, trazemos as falas das mulheres egressas. Na primeira seção, apresentamos o perfil desse grupo, evidenciando que é um perfil muito similar ao das encarceradas. Da mesma forma, discutimos as experiências que essas mulheres vivenciaram na espacialidade do cárcere, refletindo sobre seus sentimentos, sobre as consequências de seu encarceramento para a família, sobre suas experiências e aprendizados. Em nossa segunda seção, analisamos os desafios e dificuldades que as mulheres egressas enfrentam para reorganizar suas vidas pós-encarceramento, evidenciando que esse processo é muitas vezes dificultado devido ao estigma que essas mulheres acabam por adquirir. E vamos além ao sentido de discutir que esse estigma não se restringe apenas a elas, atingindo também seus familiares mais próximos.

Essa pesquisa foi um grande desafio, tanto científico como pessoal. E da mesma forma, sua construção foi muito valiosa, também em ambos os aspectos. No momento de redação final do texto, aparentemente fomos acometidos por um sentimento de medo, causado principalmente pela enorme responsabilidade que as mulheres detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza e as egressas depositaram em nossas mãos. A responsabilidade de mostrar a Academia e a sociedade em geral suas vivências, seu cotidiano e seus sentimentos.

Mas finalmente, chegou o momento de dar vida a criatura. Esperamos que essa pesquisa sirva para expandir as discussões científicas acerca das temáticas da criminalidade, do cárcere de mulheres, das questões de gênero, especialmente na ciência geográfica. Da mesma forma, esperamos que ela tenha um efeito direto a população encarcerada da cidade de Ponta Grossa, ou seja, que possa ser utilizada para melhorar as condições de vida dessas pessoas.

“A GENTE É INVISÍVEL”: ESPAÇO CARCERÁRIO, GÊNERO E CRIMINALIDADE FEMININA

Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.

- Simone de Beauvoir -

Este capítulo se destina a discutir os conceitos que fundamentam nossa reflexão acerca da vivência do espaço carcerário por mulheres na cidade de Ponta Grossa. Utilizamos para tanto, o conceito de espaço geográfico e de gênero. Nosso capítulo se divide em duas partes: primeiramente trazemos uma discussão sobre espaço carcerário e gênero, evidenciando que as definições e conceitualizações hegemônicas nem sempre se aplicam a determinados fenômenos. Da mesma forma, trazemos uma discussão sobre a criminalidade feminina, terminando nossa reflexão com a transformação dos processos de encarceramento feminino.

1.1 UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO CARCERÁRIO E GÊNERO

Tratar de temas que não são correntes na ciência nos traz um grande desafio, dentre eles o de não desanimar com os frequentes embates com a comunidade acadêmica. Sentimos isso em vários momentos ao longo dessa pesquisa, uma vez que, nossa temática, o espaço carcerário, gera nas pessoas vários tipos de sensações, como repudia e medo, por exemplo. Entretanto, acreditamos que uma das sensações que mais percebemos durante a construção desse trabalho foi a de curiosidade.

Os espaços carcerários sempre estiveram presentes ao longo de toda a história da humanidade, seja com a mesma finalidade ou não. Entretanto, essa temática ainda permanece periférica nos interesses não apenas da Academia, mas da sociedade em geral. Acreditamos, por ser mais cômodo ou por puro descuido, que aquele local em nada se relaciona com nossas vivências cotidianas, esquecendo – o e ignorando as pessoas que fazem parte dessa dinâmica.

Como afirmou Nietzsche (2009) em seu conhecido livro *A Gaia Ciência*: ‘o desconhecido causa o medo’. Acreditamos que essa afirmação se encaixa perfeitamente com nossa temática de trabalho. O primeiro encontro com as mulheres encarceradas se passou de forma um tanto quanto tensa. Tínhamos medo de como seríamos recebidas, com qual tipo de pessoas estaríamos lidando e como seria, afinal, aquele espaço tão pouco conhecido e tão misterioso.

Uma das primeiras frases que escutamos de uma das detentas nos impressionou: ‘Agente é invisível’. Saímos do Mini - Presídio² Público Hildebrando de Souza naquela tarde chocadas, sensação que seria freqüente ao longo de todo o trabalho de campo com as mulheres. Apesar de parecer um tanto quanto romântico, essa colocação de uma das presas nos motivou de forma indescritível. Para sermos mais claras, além de desconstruir completamente nossa idéia, talvez pré – concebida, sobre o que iríamos encontrar nos mostrou a importância de nossa pesquisa para elas e para a sociedade.

Essa motivação se transformou ao longo de nossa trajetória de idas quase diárias ao Mini - Presídio em uma singela e desinteressada amizade com as mulheres. Éramos, para elas, não cientistas, ‘homens’ da Academia, quase personificações de ‘semi - deuses’, mas apenas, pessoas com as quais elas podiam falar, relatar sobre suas experiências, sobre suas angústias, enfim, sobre suas vidas. Essa cumplicidade conquistada, com um pouco de desconfiança por parte das presas, foi de fundamental importância para nossa pesquisa.

Seria arrogância afirmar aqui que fomos capazes de entrar no mundo carcerário, de desvendar seus mistérios. Isso seria impossível para qualquer cientista. Em uma conversa informal com uma das mulheres, ela nos disse: ‘Se você acha que sabe o que é tá aqui, você não sabe. Só quem tá aqui é que pode sabê ³’. Não realizamos, pois, um inventário desse espaço, com formas e metáforas que sejam capazes de descrevê-lo, ou ainda, de compreendê-lo. O que apresentamos é

² É interessante trazer rapidamente a diferenciação entre os estabelecimentos penais. Nas Cadeias Públicas, localizadas nos centros urbanos, deveriam ficar somente presos provisórios aguardando para serem transferidos para um presídio. Nos Presídios, ou CDPs, Centro de Detenção Provisório, os presos aguardam pelo julgamento e quando condenados, são transferidos para uma Penitenciária, onde cumprirão a pena. Existem também outros tipos de estabelecimentos penais, como as Casas de Albergado, as quais se destinam ao cumprimento de pena em regime aberto e pena de limitação de fim de semana. As Colônias Penais Agrícolas se destinam aos presos em regime semi-aberto. Ainda existem no Brasil, Centros de Observações Penais e Hospital de Tratamento e Custódia.

³ Fala da depoente Vitória. Entrevista realizada no dia 20 de Novembro no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

o mundo que as mulheres encarceradas da cidade de Ponta Grossa se dispuseram a nos mostrar. Da mesma forma, o universo no qual nos inserimos ao longo da construção dessa pesquisa. Esse mundo não está pronto, mas pelo contrário, está sempre em processo de construção.

Gostaríamos, portanto, de começar nossa discussão afirmando que a experiência com as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa desconstruiu todas as definições fixas e oficiais sobre espaços carcerários que já tínhamos acessado. As prisões enquanto ‘maquinarias do poder’⁴ ou ‘estufas para mudar pessoas’⁵ entre outras, não são errôneas, apenas não respondem a nossa pergunta de forma satisfatória. Não queremos cair aqui, na sedutora tentação de procurar uma definição completa, última sobre os espaços carcerários. Vamos, pois, apresentar algumas das reflexões teóricas que realizamos com base nas experiências que tivemos. Reflexões estas que não são gerais, mas sim, voltadas a uma espacialidade específica, com características intrinsecamente relacionadas ao seu contexto.

Amaral (*apud* CANTO, 2000) definiu juridicamente a prisão da seguinte forma,

No sentido penal, a prisão constitui instrumento coercitivo estatal decorrente da aplicação de uma sanção penal transitada em julgado. E no sentido processual, a prisão constitui instrumento cautelar de que se vale o juiz no processo para impedir novos delitos pelo acusado, aplicar a sanção penal ou para evitar a fuga do processado, além de outros motivos e circunstâncias ocorrentes em cada caso concreto. (AMARAL *apud* CANTO, 2000, p. 12)

O que queremos afirmar é que a idéia do cárcere sempre existiu em nossa sociedade, de uma forma ou de outra, como punição ou como meio para que ela aconteça. Foucault (2007) apresenta a evolução do sistema penal na sociedade em suas múltiplas facetas. Para o autor, a base desse sistema está fundamentada em mecanismos para se fazer punir, articulados pela sociedade, chamados pelo autor de dispositivos de vigilância, os quais são produtos de determinados contextos políticos, econômicos e culturais, se modificando, da mesma forma, mediante a mudança da sociedade. Para o autor, a prisão, em sua forma atual, foi uma longa e

⁴ Termo utilizado por Michel Foucault (2007).

⁵ Termo utilizado por Erving Goffman (1988).

lenta evolução das formas de punição elaboradas e repensadas ao longo da história da sociedade moderna⁶.

Em sua genealogia sobre as formas de poder e punição, ele afirma que a prisão no sistema penal dos séculos XVII e XVIII não se apresentava enquanto uma pena do direito, ou seja, quando a lei punia um determinado indivíduo, sua punição seria a condenação a morte, a ser marcado, banido, etc.. A prisão não era uma punição. A extinção das formas de punição corpóreas, denominadas de suplício, foi a característica fundamental para a mudança em toda a maquinaria punitiva no século XVIII. O corpo, supliciado, marcado simbolicamente, era o alvo dos dispositivos de punição. O corpo como espetáculo, como garantia de exemplo social.

Carvalho Filho (2002) discute que a origem das prisões está intimamente relacionada não com a punição em si, mas com a garantia para que ela ocorra. Como discute o autor, os réus não eram condenados a perda de sua liberdade. Mas sim, eram privados dela para viabilizar a punição imposta, que ia de realização de trabalhos forçados até a pena de morte. Nesse sentido, não havia necessidade de se preocupar com as condições de vivência nas prisões, bastava que fossem inexpugnáveis. É interessante observar que, ainda hoje, as condições dos espaços carcerários são precárias.

A partir do século XVIII, a natureza da prisão se modifica, assemelhando-se cada vez mais com o modelo instituído que conhecemos atualmente. Com as novas necessidades econômicas surge também a necessidade de se considerar a 'humanidade' até dos piores assassinos. Esquecemos os corpos e passamos então para as almas. Essa é como discute Foucault (2007), a principal característica da nova economia do poder.⁷ A privação da liberdade, direito garantido a todos, se transforma na mais moderna e humana forma de punição. Com essa nova configuração dos dispositivos de punição, surge a chamada forma – prisão, com moldes que permanecem até hoje. Nas palavras do autor,

⁶ Gomes (2002) discutindo a evolução dos espaços contratuais aponta que os comportamentos são delimitados e classificados a partir de uma dinâmica espacial hierarquizada. O autor lembra que para Foucault (2007) a sociedade moderna é estruturada a partir de espaços disciplinares, os quais visam monitorar os comportamentos espaciais a partir de um sistema ideal de controle.

⁷ Foucault (2007) discute que a mudança do contexto político e econômico foi de fundamental importância para esse reajuste nas práticas de punição. Passamos de uma época onde eram punidos os 'crimes de sangue' para a época dos 'crimes contra a propriedade'. Com a ascensão da burguesia, o aumento das riquezas e o auge da propriedade privada, são implantados métodos de punição que garantam a vigilância e posterior punição dos que atentassem contra as propriedades privadas.

A forma-prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. (FOUCAULT, 2007, p. 195)

Uma das finalidades desse novo sistema é a vigilância. Percebe-se então, que é mais lucrativo vigiar do que punir. Ou seja, percebe-se que os delinqüentes têm uma finalidade. Então, por que dilacerarmos seus corpos, tornando-os assim, inúteis para qualquer outro tipo de atividade? É isso que Foucault (1969) mostra. O reajustamento nas formas de punição, essa nova mecânica do poder que vê nos corpos encarcerados, novas utilidades. A partir disso, o autor compreende que a prisão sempre esteve ligada a um processo baseado na transformação de indivíduos, no treinamento de seus corpos, na readequação de sua conduta, conduta essa que deve ser compatível com as configurações socioespaciais vigentes. Nas palavras do autor,

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos. Isto não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era inconveniente. A prisão fabrica delinqüentes, mas o delinqüentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. (FOUCAULT, 1969, p. 131-132)

Essa idéia apresentada por Foucault (1969) é muito semelhante à apresentada por Goffman (1988). O espaço carcerário faz parte do que o autor denomina de 'instituições totais', ou seja, um local onde certo número de indivíduos

é mantido afastado da sociedade por um determinado período de tempo levando uma vida regrada e formalmente administrada. Para Goffman (1988), as instituições totais são discordantes a diversos aspectos da vida social, tais qual a família, as redes de relacionamentos pessoais e também as características que formam e instituem identidades dos sujeitos.

Goffman (1988) discute que existem cinco tipos fundamentais de instituições classificadas por ele como 'totais', as quais podem ser divididas nas seguintes categorias,

Em primeiro lugar, instituições criadas para cuidar das pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros. (GOFFMAN, 1988 p. 16-17)

Goffman (1988) afirma que esses cinco modelos fundamentais de instituições podem ser concebidos enquanto híbridos sociais, ou colocando de outra forma, como experimentos naturais do que se pode fazer com as identidades individuais. Esta questão foi, pois, fortemente explorada pelo autor, uma vez que, sua idéia central é de que essas instituições, e no caso dessa pesquisa, as prisões, são constituídas de forma a, se não destruir completamente, ao menos deteriorar as características identitárias dos 'internados' no momento de sua chegada.

Observamos, entretanto, que apesar dessa vida regrada, administrada, vigiada, as mulheres encarceradas encontram meios de subverter essa ordem estabelecida, mantendo em sua vivência cotidiana elementos da exterioridade. Percebemos esse fato em diversos momentos do dia – a – dia das mulheres, como no caso dos relacionamentos românticos, por exemplo. Essa questão será tratada

de forma mais densa no segundo capítulo desse trabalho.

É isso que defendemos em nossa reflexão. Os autores que usamos para nos fornecer um eixo norteador parecem ter se esquecido de um aspecto fundamental: a complexa espacialidade do cárcere não se constrói apenas a partir de elementos normativos. Muito pelo contrário, são antes de tudo, construídas pelas pessoas que vivem ali, sujeitos esses, que interferem, burlam e modificam toda a lógica de poder instituída pelos órgãos oficiais. São, principalmente, as vivências cotidianas das pessoas encarceradas que constituem esse espaço enquanto tal, e não apenas discursos oficiais.

Nosso objetivo não é trazer um discurso que possa evidenciar apenas características formais dos espaços carcerários. Mas sim, defender que é de extrema importância levar em consideração as vozes das pessoas que estão intrinsecamente relacionadas a eles, ou seja, os próprios presidiários. Tentamos entender como esse espaço é vivenciado por eles, é imaginado por eles. Isso não é fácil, muito pelo contrário.

Devemos também levar em consideração que a vivência do cárcere, assim como qualquer outra experiência espacial, é perpassada por especificidades de gênero, classe, sexualidades, raça/etnia entre outras. Ou seja, a espacialidade carcerária é vivenciada de forma diferente por homens, mulheres e mais ainda, por mulheres com determinada renda, com determinada raça, bem como, com específicas performances de sexualidades.

Alguns historiadores identificam a origem das prisões modernas⁸ nas celas eclesiásticas, utilizadas pela Igreja Católica para punição de religiosos infratores e nas casas de correção criadas na Inglaterra e na Holanda a partir do século XVI. É interessante observar que já nessa época existiam distinções de gênero nas prisões

⁸ Oliveira (1996) afirma que podemos encontrar seis principais modelos de sistemas prisionais ao longo da evolução das formas punitivas. São eles, o panóptico, o modelo da Filadélfia, o modelo de Auburn, o sistema de Montesinos, o sistema progressivo inglês e o sistema progressivo irlandês. O primeiro deles foi foco de grande interesse de Foucault (2007) e representava um modelo de prisão celular na qual uma pessoa, situada em posição estratégica poderia realizar a vigilância da totalidade das celas individuais. Essa arquitetura prisional foi considerada revolucionária, pois é transparente e expõe o condenado inteiramente, diferentemente do modelo de masmorras até então vigente. O modelo da Filadélfia, instituído em 1870, apresentava forte influência de moldes religiosos, sendo estes, os principais recursos para se garantir o controle dos sentenciados. O modelo norte – americano de Auburn, foi instituído em Nova Iorque no ano de 1821, no qual os prisioneiros mantinham contato apenas durante os dias, as noites o seu isolamento era completo. A regra do silêncio era sua principal característica. No sistema de Montesinos, implantado na Espanha, o caráter humanitário e a regeneração do internado eram privilegiados. Nesse modelo foram extintos todos os tipos de castigos corporais. Os sistemas progressivos, inglês e irlandês, eram muito semelhantes entre si, fomentando sempre a preparação da vida do apenado para a liberdade.

européias, as *houses of correction* para homens e as *bridewells* para mulheres. (CARVALHO FILHO, 2002)

Podemos observar a expressão das especificidades de gênero até mesmo no momento de criação das primeiras casas de detenção para mulheres. Na América Latina, as primeiras casas de correção não provinham de iniciativas estatais, mas sim, da ação filantrópica de grupos religiosos. Aguirre (2009) discute que as irmãs da congregação do Bom Pastor administravam casas de correção feminina em Santiago no Chile no ano de 1857, em Lima no ano de 1871 e em Buenos Aires no ano de 1880. Essa associação com órgãos religiosos possivelmente provinha da própria interpretação da criminalidade feminina. As mulheres, por seu caráter, influenciável e fraco, necessitavam de um ‘tratamento’ mais ameno, mais comedido que o masculino. Não tão rígido, não tão militarizado, uma vez que, como sugere Caimari (1997), as mulheres eram vistas como criminosas ocasionais. Ou seja, em um momento de irracionalidade cometiam crimes. Aguirre (2009) afirma que,

As prisões e casas de correção de mulheres se guiavam pelo modelo de casa-convento: as detentas eram tratadas como se fossem irmãs desgarradas que necessitavam não de um castigo severo, mas de um cuidado amoroso e bons exemplos. A oração e os afazeres domésticos eram considerados fundamentais no processo de recuperação das delinqüentes. As detentas eram obrigadas a trabalhar em tarefas “próprias” do seu sexo (costurar, lavar, cozinhar) e, quando se considerava apropriado levavam-nas para trabalhar como empregadas domésticas nas casas de família decentes, com a finalidade de completar sua “recuperação” sob a supervisão dos patrões. (AGUIRRE, 2009, p. 52)

Já no ano de 1551 se mencionava a existência de uma prisão na cidade de Salvador, no estado da Bahia. Geralmente, as prisões se encontravam em prédios militares construídos para proteção do território nacional, os quais com o tempo perderam a função e foram realocados para espaços carcerários. No Rio de Janeiro, o Aljube, antigo cárcere criado para punição de religiosos foi doado pela Igreja para servir como prisão comum após a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808. Entretanto, é apenas em 1830 que foi instituída no Brasil pelo Código Criminal do Império a pena privativa de liberdade. A maior novidade do Código de 1830 foi o surgimento das penas de prisão com trabalho. (CARVALHO FILHO, 2002)

Uma das primeiras indicações de mulheres encarceradas no Brasil aparece

no Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal no ano de 1870. Consta a prisão de 187 mulheres escravas entre os anos de 1869 e 1870 na Casa de Correção da Corte. A grande maioria das mulheres que estava presa na época cometia crimes contra os costumes, vadiagem, embriaguez e prostituição⁹ (SORES e ILGENFRITZ, 2002).

De acordo com Lima (1983), a formalização da prisão feminina do Brasil foi criada em 1940, resultado de uma reforma penal estabelecida pelo então governo federal brasileiro. Entretanto, apenas em 1941, surge em São Paulo, junto ao Complexo do Carandiru, o Presídio de Mulheres, o qual alguns anos depois torna-se a chamada Penitenciária Feminina da Capital. A segunda instituição destinada exclusivamente a mulheres foi criada na cidade do Rio de Janeiro, no ano posterior, o Presídio Feminino Talavera Bruce.

Podemos observar, assim, a importância de levarmos em conta as relações de gênero envolvidas nesse fenômeno. Como afirmou Santos (2008), todas as relações sociais são espaciais, e, portanto, impossíveis de serem compreendidas fora de suas espacialidades. A criminalidade feminina, entendida enquanto um fenômeno social e espacial se apresenta da mesma forma. Cada vez mais, as/os geógrafas/os feministas vêm se empenhando em demonstrar que essas relações socioespaciais também são permeadas por especificidades de gênero. É isso que levamos em conta em nossa reflexão.

Com as discussões feministas na Geografia surgem novas possibilidades metodológicas e conceituais, bem como novas temáticas, até então invisíveis. Badinter (2005) discute a criminalidade feminina e a dificuldade que as feministas encontram frente à temática. Possivelmente por colocar em dúvida a premissa de que as mulheres são seres frágeis e indefesos, pesquisar aspectos como a criminalidade seja tão difícil para as pesquisadoras feministas. A autora discute de forma honesta a violência cometida por mulheres e nos lança o desafio de por ao lado a segurança que a vitimização confere às mulheres e encarar esse fenômeno com maturidade, questionando se a violência feminina é uma resposta a dominação masculina, ou se ela simplesmente pode ser genuína. Nas palavras da autora,

⁹ De acordo com Rago (1985), na cidade de Paris nos séculos XVII e XVIII, as mulheres envolvidas com a prostituição foram fortemente perseguidas pelo aparelho punitivo, sendo presas ou exiladas.

Reconhecer a existência de uma violência feminina não significa minimizar em nada a importância da violência masculina e a urgência de contê-la, socorrendo suas vítimas. Entretanto, para tentar lutar melhor contra nossas fraquezas, tanto naturais quanto educativas, é preciso renunciar a uma visão angelical das mulheres, que serve de justificativa para a demonização dos homens. (BADINTER, 2005, p. 92)

Para Badinter (2005) tanto nos períodos de extrema violência, como genocídios e massacres, quanto no cotidiano, às mulheres podem, sim, tornarem-se violentas, ou seja, matam por interesses próprios ou sadismo. Sendo assim, a tentativa de explicar a violência feminina trazendo à culpa a dominação masculina é uma forma falha e pouco, ou nada, contribui para a ‘libertação’ das mulheres. Muito pelo contrário, apenas perpetua a visão indefesa e angelical das mulheres, visão esta que vem sendo utilizada há muito tempo como justificativa para a ‘demonização’ da sexualidade masculina. A autora conclui que,

Ao querer ignorar sistematicamente a violência e o poder das mulheres, ao proclamá-las constantemente oprimidas e, portanto, inocentes, traça-se em negativo o retrato de uma humanidade cindida em dois e pouco conforme à verdade. De um lado, as vítimas da opressão masculina, do outro, os carrascos onipotentes. Para lutar contra essa situação, vozes feministas cada vez mais numerosas investem contra a sexualidade masculina, apontada como a raiz do problema. Ao fazê-lo, elas delineiam os contornos de uma sexualidade feminina em contradição com a evolução dos costumes e redefinem uma ‘natureza feminina’ que acreditávamos esquecida. (BADINTER, 2005, p. 92)

Quando analisamos a criminalidade feminina utilizando o conceito de gênero como elemento metodológico, temos uma perspectiva crítica capaz de dar inteligibilidade à aceitação desse fenômeno por parte da população. A identidade feminina está sobrecarregada de estereótipos construídos culturalmente, os quais constroem a sociedade a esperar certas atitudes e determinados papéis pré-estabelecidos quanto ao ‘ser mulher’. Da mulher se esperam a passividade, a gentileza e a docilidade, ‘qualidades’ estas nem sempre acentuadas e facilmente perceptíveis nas mulheres envolvidas no ambiente criminal e mesmo nas reclusas em penitenciárias e cadeias. Segundo Silva (2007),

O padrão hegemônico que categorizou os corpos, também lhes atribuiu papéis sociais a serem desenvolvidos e, mais do que isso, instituiu uma forte carga naturalista no seu desempenho. Aos sujeitos femininos se atribuiu o desempenho da maternagem, passividade, docilidade, fragilidade e emoção. Ao sujeito masculino, a agilidade, força, agressividade, astúcia e raciocínio. (SILVA, 2007, p.102)

O conceito de gênero aparece assim, como importante ferramenta conceitual, metodológica e também política, proporcionando uma nova leitura da realidade socioespacial. Silva (2003) discute que a utilização do conceito de gênero como ferramenta explicativa confere uma análise mais complexa e profunda do espaço geográfico, pois traz elementos ignorados pela Geografia Tradicional brasileira, como o papel da mulher na produção do espaço, por exemplo.

Para esse trabalho utilizamos as idéias de Silva (2005) acerca da potencialidade do conceito de gênero para a ciência geográfica. A autora discute que o conceito de gênero traz consigo valiosos elementos de pluralidade e multidimensionalidades, englobando aspectos esquecidos pela ciência geográfica tradicionalista. Entendemos o conceito de gênero enquanto uma representação, e sendo assim, diferenciado temporal e espacialmente. Como já dito anteriormente, o espaço é permeado por relações de gênero, sendo estas, re-significadas e re-elaboradas nas relações socioespaciais cotidianas.

As desigualdades de gênero podem explicar a dificuldade que nossa sociedade ainda tem na aceitação da criminalidade feminina. É muito comum notar o escândalo da população quando alguma mulher está envolvida em algum crime de natureza bárbara. Para a maioria da população, a mulher infratora é aquela que, em um momento de histeria, espanca os filhos, ou mais comumente, agride o marido por motivos de ciúmes.

Trabalhar com campos científicos que não estão consolidados e que ainda geram polêmicas no mundo acadêmico nos traz alguns desafios. Além da sensação de angústia e medo em determinados momentos, a motivação é muito maior quando fazemos uma coisa ainda não feita. Olhar o mundo através de outras lentes, descobrindo e trazendo à tona suas particularidades e especificidades, é maravilhoso, especialmente para uma/um pesquisadora/or.

As perspectivas feministas da Geografia vêm se aprimorando cada vez mais

para dar conta das novas necessidades teóricas e metodológicas, pois nossa sociedade é dinâmica, e o mesmo espera-se da ciência. A questão da criminalidade feminina é uma delas. Historicamente ignorada e negligenciada acadêmica e socialmente, esse fenômeno vem tirando o sono de muitos corajosos pesquisadores que se engajaram com a área.

As perspectivas feministas são plurais, permeadas por disputas políticas, culturais e ideológicas (VELEDA DA SILVA, 2009). Ou seja, não existe um feminismo, e sim vários cada qual dialogando com os estudos criminológicos de maneiras específicas. O que não podemos negligenciar é que, na medida em que as perspectivas feministas são utilizadas como uma possibilidade metodológica, a própria metodologia criminológica em si cresce. Aí se encontra a importância de estudos que busquem compreender as práticas cotidianas bem como a espacialidade de mulheres encarceradas e criminosas.

Uma pergunta se faz crucial: como estudar o fenômeno? Existe – ou deveria existir – uma maneira particular para se analisar a criminalidade feminina? Qual o problema metodológico em torno da questão da criminalidade feminina? Nossa perspectiva é de que, a partir do momento em que ignoramos as especificidades de gênero, corremos o risco de cair em uma armadilha um tanto quanto tentadora. Ou seja, negando-se a necessidade de um recorte de grupo específico estamos ofuscando importantes aspectos culturais e ideológicos que podem ser decisivos na análise do cometimento de determinados crimes. Isso se aplica da mesma forma aos espaços carcerários. Como pensar em políticas públicas específicas para a população encarcerada ignorando as características singulares desses espaços, compreendendo-os, portanto, de forma homogênea? É impossível.

Observamos que a experiência do cárcere é vivenciada de forma completamente antagônica por homens e mulheres. Conseguimos perceber durante nossas idas ao Mini - Presídio que o tratamento dedicado às mulheres era diferenciado. Parece exagero afirmar que as mulheres são bem tratadas. Para não cairmos nessa contradição, vamos, então, afirmar que as mulheres não são tão mal tratadas como os homens. Mais uma vez, o campo nos confirmou o conceito. Os papéis de gênero estão tão absorvidos pela nossa sociedade, que mesmo em situações onde as mulheres subvertem – ao menos em parte – essa identidade forjada culturalmente, a ideia de fraqueza e fragilidade, mesmo amenizada, ainda permanece. Queremos deixar claro que nossa perspectiva não é de vitimizar as

mulheres encarceradas, muito pelo contrário. Acreditamos que a vitimização só corrobora com a visão das mulheres enquanto ‘seres’ fracos e oprimidos. Não conseguimos ver nenhuma possibilidade de libertação, se podemos assim dizer, para as mulheres a partir dessa perspectiva.

Assis e Constantino (2002) discutem sobre esse imaginário social¹⁰ construído em torno das mulheres e da criminalidade feminina. Segundo elas, essa noção de “fragilidade” feminina é de tal maneira consolidada, que algumas mulheres não recebem a punição apontada pelo Código Penal Brasileiro, pois a visão da mulher como ser “frágil e desprotegido”, já incorporada por autoridades como juízes, delegados entre outros, influencia em vários casos na punição estabelecida. Percebemos esse fato também no próprio tratamento que as mulheres recebem no cárcere. A fala de uma das mulheres egressas com a qual conversamos, demonstra perfeitamente essa questão,

As menina são bem tratada porque tem comida boa, porque não passa fome lá dentro. Só passa fome que nem eu, eu não comia porque não queria come. Entendeu, porque tem. Até as menina faziam as coisa lá pros piá, nós dava pros piá porque nós tinha dó dos piá, porque eles sim, eles que nem diz, comiam o pão que o diabo amasso. Os homens são bem mais mal tratado que as mulheres. Pra mim eu acho que as mulher são muito mais bem tratada. As mulher não tem do que reclama lá dentro¹¹.

Vamos tratar do cárcere nesse trabalho como um espaço construído e, portanto, também desconstruído através de fluxos de relações. O conceito de espaço teve diversas abordagens ao longo da história da ciência geográfica, tendo sido desprezado e revalorizado de acordo com o contexto científico vigente. Compreendido enquanto matriz, simbólico, campo de lutas e condição social, (CORRÊA, 1995), as abordagens sobre espaço sempre foram plurais, mostrando assim, que a razão dessa pluralidade é a mesma da existência da ciência (GOMES,

¹⁰ Castro (1996) traz uma interessante discussão sobre a questão do imaginário social e como este tem íntima ligação com o espaço geográfico. Para a autora, esses imaginários, ou seja, essas representações simbólicas revelam-se como ações concretas que norteiam as ações dos sujeitos no espaço geográfico. Essa idéia é válida na medida em que os estereótipos de gênero bem como os imaginários construídos com relação aos papéis femininos e masculinos na sociedade interferem de forma ativa em determinadas facetas da vida social. A criminalidade feminina pode ser usada como um exemplo disso.

¹¹ Entrevista realizada no dia 26 de maio de 2010 em uma das vias da cidade de Ponta Grossa.

2009). Em nossa reflexão vamos compreender o espaço através dessa noção de pluralidade, de multiplicidade.

Massey (1999) afirma que existem várias maneiras de imaginarmos o espaço. Ela defende três elementos essenciais através dos quais podemos re-imaginar o espaço, trazendo também seu intrínseco caráter político, o qual vem sendo negligenciado em diversas abordagens. Esses três elementos apontados por Massey (1999) não objetivam trazer uma definição fechada, completa de espaço. Muito ao contrário, sua idéia é exatamente a oposta. Entender o espaço como sempre em construção, como mutável, como fluído é uma forma de compreendê-lo em sua dinâmica, sempre aberto. Nas palavras de Massey (2008)

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. (Esta é uma proposição que não surpreenderá a todos os que têm lido a recente literatura anglófona.) Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se o espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações – entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca fechado. (MASSEY, 2008, pg. 29)

Concebemos, assim, em nossa reflexão, o espaço carcerário enquanto um produto de inter-relações, como a esfera que possibilita a coexistência da multiplicidade, sempre em construção. O espaço enquanto elemento fundamental na constituição das identidades, sendo da mesma forma, transpassado por elas. Como já afirmamos anteriormente, as espacialidades não são vivenciadas da mesma forma por todos os sujeitos. O espaço carcerário se configura exatamente dessa maneira. Observamos essa espacialidade como proveniente da junção de diversas corporalidades, cada uma delas apresentando características específicas, maneiras específicas de ver o mundo.

É a partir dessa pluralidade, e também desse envolvimento com a materialidade que concebemos o espaço carcerário. Acreditamos também que, alguns tipos de espaço exigem a criação de um 'nós'. Não de um 'nós' que seja

homogêneo, mas de um 'nós' que garanta legitimidade do grupo. Não queremos afirmar que as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa se constituem enquanto um grupo homogêneo, mas sim, que a experiência do encarceramento é um elemento em comum na constituição e no constante remodelamento de suas identidades.

O espaço carcerário é dinâmico. É permanentemente re-configurado a partir de saídas, de novas chegadas e obviamente de um reajuste nas relações de poder vigentes. Não deve e nem pode ser interpretado a partir de uma única história ou voz que possa representá-lo de forma única. Como discute Massey (2008, p.161), o "espaço, então, não pode ser, jamais, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas, na qual cada lugar já está (e nesse momento imutavelmente) ligado a todos os outros."

Sempre sendo feito, sempre sendo construído e reconstruído através da chegada e saída de novas corporalidades. O que gostaríamos de aprofundar é a influência dessa dinâmica na própria constituição da espacialidade. As práticas cotidianas de sujeitos sofrem interferência da espacialidade na qual estão inseridas, da mesma forma, como a interferem. No exato momento em que uma nova mulher entra no espaço carcerário, este sendo previamente moldado de acordo com as interconexões e relações de poder já existentes, se re-configura completamente. Novos ritos, novas interconexões, novas coexistências entram em ação. Isso é infinito.

Percebemos em diversos momentos que a nossa própria corporalidade enquanto pesquisadoras interferiu na dinâmica do Mini - Presídio, seja no seu funcionamento oficial seja na vivência cotidiana das mulheres. Escutamos diversas vezes ao longo de nossa trajetória de pesquisa coisas como: 'Por que você não veio ontem?'. Para elas, o momento das entrevistas era muito esperado. Acreditamos que por três simples motivos. Primeiramente, percebemos que elas gostavam de se afastar por alguns minutos daquele mundo, respirar outro ar e falar com pessoas diferentes. Também tinham desejo por visibilidade. Queriam contar sua história, queriam que a sociedade ficasse ciente de tudo que elas vivenciavam. Por último, percebemos que elas viam em nós uma possibilidade de receber ajuda. Não foram poucas as mulheres que nos perguntaram se podíamos levar um advogado ou falar com o diretor do Mini - Presídio sobre sua situação.

Nas perspectivas feministas temos uma grande discussão de teor

epistemológico que procura entender qual a razão da aproximação de determinados pesquisadores a determinadas temáticas. Acreditamos que nosso envolvimento com essa temática, e ousamos ir mais a fundo, nosso envolvimento e profundo carinho com as mulheres encarceradas se deve há um pouco disso. Desde o princípio sempre pensamos em mostrar a sociedade, ao poder público e a Academia a situação dessas pessoas.

Temos na ciência uma longa tradição em não se admitir o envolvimento do sujeito pesquisado com o sujeito pesquisador. Provavelmente resquícios de nossa ciência moderna, lógica, formal. Em nossa pesquisa, começamos partindo do princípio de que isso não legitima o conhecimento científico. Muito pelo contrário, isso o empobrece. Podemos afirmar com certeza que se não tivéssemos ganhado a confiança e a simpatia daquele grupo de mulheres no Mini - Presídio Hildebrando de Souza, nossa pesquisa não se daria com a riqueza de informações que conseguimos obter. Como já afirmamos, não conseguimos desvendar os mistérios do mundo carcerário. Entretanto, acreditamos que fomos capazes de obter respostas valiosas de um grupo de sujeitas que até hoje, vêm sendo negligenciado, pela Academia, pela sociedade, pelo poder público e em determinadas ocasiões, por elas mesmas.

Entendemos então, o espaço carcerário dessa forma. Sempre mutável, sempre se construindo, se re-configurando, com múltiplos sujeitos, coexistindo em harmonia ou não. Um sistema aberto. Optamos por essa definição de espaço/espacialidade não por ela ser a única verdadeira, mas por recusar as formulações hegemônicas previamente estabelecidas, principalmente na ciência geográfica, se abrindo assim, para a possibilidade do novo, de novas perguntas, enfim, de novas maneiras de fazermos ciência.

Passamos agora para a segunda seção de nosso capítulo, na qual trazemos uma discussão sobre criminalidade, enfocando principalmente na questão da criminalidade feminina. Apresentamos também um panorama sobre sua expressão na sociedade brasileira em diversas escalas, começando com o nacional, para o estadual até a cidade de Ponta Grossa.

1.2 A CRIMINALIDADE FEMININA E OS PROCESSOS DE ENCARCERAMENTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA EM MÚLTIPLAS ESCALAS

Como já discutimos anteriormente, a criminalidade feminina ainda é uma temática complexa, tratada de forma delicada até mesmo nas correntes feministas da ciência. A literatura que trata das formas de desajustes sociais femininos é escassa, e mais escassa ainda é a bibliografia na ciência geográfica. Em uma pesquisa realizada no Banco de Teses do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no portal do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), fazendo uso das palavras – chave - Geografia, Cárcere e Mulheres – não encontramos nenhuma pesquisa que tenha sido realizada sobre a temática. Sendo assim, queremos refletir nessa seção acerca das teorias sobre a criminalidade e mais especificamente sobre a criminalidade feminina. Posteriormente, apresentamos alguns dados que são capazes de nos oferecer um panorama sobre sua expressão no Brasil, no Paraná e finalmente, na cidade de Ponta Grossa.

1.2.1 Algumas Discussões Sobre Criminalidade e Mulheres

A criminologia começa a chamar à atenção da Academia por volta da década de 1970, mas surge com o trabalho de Cesare Lombroso, intitulado *O homem delinqüente*, em 1876 (citado por MISSE, 1995a). Lombroso acreditava que existiam na sociedade criminosos natos, ou seja, o verdadeiro criminoso, aquele que cometia crimes repetidamente ao longo de sua vida, apresentava características pessoais que o caracterizava como tal. Segundo o autor, os criminosos sofriam de uma anomalia atávica, ou seja, seu biótipo físico os distinguia do resto da sociedade. Tomasini (2009) destaca que mesmo sua obra apresentando limitações, deve-se a Lombroso o mérito de confrontar o saber instituído, utilizando novas metodologias, provocando assim, reações que estimularam o crescimento da ciência.

A grande dificuldade que ainda encontra - se em trabalhos que abordam os temas acerca da criminalidade é o apego a certos argumentos pouco satisfatórios,

como por exemplo, a relação entre pobreza e criminalidade. Ao discutir essa associação, Souza (1998) esclarece que a relação entre esses dois fenômenos não pode ser feita de forma simplista e superficial. Nas palavras do autor,

Se a correlação entre pobreza e criminalidade fosse positiva e tão forte assim, as grandes metrópoles da Índia estariam entre as mais violentas do mundo por razões sócio-econômicas, o que não é o caso. O filtro ou a mediação da cultura (e da conjuntura política, das instituições etc.) não pode ser subestimado. Uma tal associação entre pobreza e criminalidade, se simplista, pode ser, além de errônea, preconceituosa, por passar a idéia absurda de que só os pobres são criminosos. A lembrança não-simplista de uma conexão entre injustiça social e criminalidade visa, porém, a recordar que as condições materiais, sob determinadas circunstâncias culturais e institucionais, podem atuar como fator de estímulo a estratégias de sobrevivência ilegais, com conseqüências nefastas para o conjunto da sociedade e para os próprios pobres (riscos altos, ganhos pequenos...). Com isso, crê-se evitar tanto o reducionismo economicista de esquerda quanto os vieses institucionalista e culturalista de certas abordagens sobre a criminalidade. (SOUZA, 1998, p.03)

Na mesma perspectiva, Misse (1995a) critica o imaginário social construído que conecta instantaneamente pobreza à criminalidade. Entretanto, um fato é inegável, a grande maioria das pessoas que se envolvem com crimes são provenientes de classes de baixa renda. Em pesquisa realizada com as mulheres egressas do sistema penitenciário na cidade de Ponta Grossa no ano de 2008, observamos que, de um universo total observado de 57 mulheres, 75% não possuíam renda própria ou tinham renda mensal de até R\$ 400, 00 reais.

O que se observa atualmente é a marginalização da criminalidade, ou seja, a idéia de que, se não são somente os pobres que cometem crimes, são os únicos que vão para a prisão. Nas palavras de Misse (1995a),

Curiosamente, essa associação, que vem do século passado, mas que não era a dominante, torna-se uma explicação hegemônica com a gradativa substituição das explicações de patologia médica (das quais Lombroso é o 'representante' típico – ideal) pelas de patologia social (com Garófalo, Ferri e até mesmo... Durkheim), no início do século. Reforçadas pela ideologia socialista e positivista, essa associação ganhou status científico e virou lugar comum para explicar certos tipos de crime. A associação beneficiou-se das ambigüidades das categorias relacionadas, o que permitiu que fosse formulada de diferentes maneiras, e para contextos de 'pobreza' e 'crime' muito diversos, em países muito desiguais. Nem sempre a crítica parece considerar essa ambivalência, beneficiando-se assim, indiretamente, da

mesma ambigüidade. (MISSE, 1995a, p.7)

Misse (1995b) vai mais fundo à discussão entre criminalidade e pobreza, criticando a tese, de autor desconhecido, mas profundamente enraizada no imaginário social, de que a pobreza é a causa da criminalidade e do aumento da violência urbana. Para ele, essa crítica é certa quando traz a tona à questão da perseguição jurídica - política vivida pelas pessoas de classes baixas. Também é válida quando mostra a complexidade que está por trás da questão criminal, e conseqüentemente, que não podemos levar em conta apenas uma variável de análise.

Uma posição é consenso entre os estudiosos da criminalidade: o crime não é um privilégio de classe (MISSE, 1995b). Da mesma forma, é impossível negar a correlação existente entre certos tipos de crime com determinadas classes sociais. Os chamados 'crimes de pobre', caracterizados por meios violentos como roubo, homicídio e lesão corporal entre outros, estigmatizam o indivíduo em proporções muito maiores do que os 'crimes de rico' ou 'de colarinho branco', caracterizado geralmente como estelionato e corrupção.

Com o crescimento acentuado da criminalidade nas últimas três décadas e com a escassez de trabalhos sobre o tema, muitos cientistas tem se perdido na defesa de teorias antigas e que não mais dão conta de explicar esse fenômeno de forma satisfatória. Como nos lembra Oliveira (2008), as relações humanas são dinâmicas. Sendo assim, a ciência, e em especial as ciências sociais, entre as quais, a Geografia, vê a necessidade de acompanhar o ritmo imposto por novas realidades socioespaciais.

Com as provocações e inovações trazidas por Michel Foucault em sua primeira viagem ao Brasil em 1973, ocasião em que o filósofo mostrou os manuscritos que se tornariam o prestigiado *Vigiar e Punir* surge aos cientistas sociais à necessidade de serem renovadas, ou ao mínimo, repensadas as então teorias criminológicas defendidas e aplicadas. Vários trabalhos surgiram então, já apresentando uma forte influência foucaultiana, como Ramalho (1976), Abreu (1980), Pinheiro (1983) e Paixão e Campos (1983).

Ao longo da construção de nossa reflexão tivemos acesso a várias teorias criminológicas, algumas delas apresentadas aqui. Percebemos o quão pouco é

problematizado questões referentes à criminalidade feminina. Como discutem Soares e Ilgenfritz (2002) os estudos criminológicos consagrados às mulheres são raros, e quando existem, aparecem como parte de apoio a livros que se dedicam a temática criminológica geral.

No fim do século XIX, destaca-se o pensamento criminológico de Lombroso (1899) sobre a mulher criminosa, no qual o autor discorre sobre as especificidades dos crimes ‘femininos’, referindo-se sempre a ‘natureza’ da mulher. É interessante observar que as teorias de Lombroso foram desenvolvidas em um contexto específico, sendo assim, moldadas com base nos padrões sociais vigente. Ele fundamenta suas idéias a partir da visão tradicional da mulher, bem como do seu papel na sociedade e na família.

Em *La Donna Delinquente*, Lombroso classifica as mulheres como criminosas natas, ocasionais, histéricas, suicidas, lunáticas, epiléticas, insanas e matadoras devido à paixão. Essas e diversas outras explicações de ordem biológica e principalmente psicológica foram durante longo tempo utilizadas para justificar o fenômeno, amenizando-o. Segundo Soares e Ilgenfritz (2002, pg. 64),

A base das explicações biopsicológicas dos pensadores da virada do século XX residia na noção de uma influência dos ‘estados fisiológicos’ pelos quais a mulher passaria nas fases da puberdade, da menstruação, da menopausa, do parto (estado puerperal) – períodos em que estaria mais propensa à prática de crimes. Durante a vigência desses fenômenos biológicos que atingem o corpo da mulher, o seu estado psicológico ficaria alterado pela irritabilidade, instabilidade e agressividade. Por isso ela estaria mais facilmente sujeita à prática de delitos (cujas vítimas típicas seriam as crianças) como o aborto, o infanticídio, o abandono de incapaz etc., ligados à sua condição de mulher e sua associação natural à maternidade.

As palavras de Soares e Ilgenfritz (2002) nos deixam claro que, ainda que não intencionalmente, as teorias feministas acabam encontrando um caminho para a vitimização feminina. Quando jogamos a culpa em destemperos biológicos e psicológicos, estamos escondendo um fato claro: as mulheres, assim como os homens, cometem crimes por interesse próprios e em plena consciência disso. Na mesma perspectiva, é muito interessante que, comumente, associa-se às mulheres crimes que estão intimamente ligados à espacialidade doméstica e maternal, ou seja, o aborto e o infanticídio.

Obviamente, é necessário também se levar em conta possíveis fatores biológicos e psicológicos a fim de se compreender o fenômeno da criminalidade feminina de forma mais ampla. Mas, considerar esses fatores como satisfatoriamente explicatórios é no mínimo, ingenuidade. Concordamos com Gelsthorpe (2002) quando a autora discute que a criminalidade feminina tem sido vista ao longo da história como uma anomalia social. Sendo assim, é impossível a utilização das mesmas metodologias que explicam o comportamento criminal masculino.

Podemos afirmar que tanto a criminologia quanto o feminismo construíram narrativas explicativas que justificam a subordinação das mulheres, seja enquanto vítimas ou autoras de atos criminosos. Com as críticas pós-estruturalistas trazidas por intelectuais como Butler¹² (2003 e 2004), bem como, com as proposições pós-modernas discutidas por Harvey (1993) e Lyotard¹³ (1994) é difícil a defesa de uma metanarrativa que possa falar em nome das 'mulheres'. A desconstrução do gênero enquanto uma categoria unitária e homogênea, ou seja, sua abertura para diversas possibilidades representacionais parece um viés importante que as teorias criminológicas deveriam abraçar, no sentido de problematizar a criminalidade feminina de forma adequada, deixando de lado explicações vagas e que pouco dão conta de explicar esse fenômeno atualmente.

Ainda é comum associações com os crimes cometidos por mulheres e a questão da maternagem. Até mesmo entre as mulheres encarceradas essa associação permanece. Constatamos diversas vezes durante as entrevistas as mulheres se emocionarem muito ao falarem dos seus filhos. As lágrimas caíam devido ao sentimento de abandono, de sua ausência na vida dos filhos. Observamos também que, o pior tipo de crime para elas está ligado à questão da maternagem.

¹² Butler (2003) discute sobre a estabilidade e unicidade da identidade feminina presente no conceito de gênero. A autora compreende que o conceito de gênero é como um mecanismo que regula a existência e noção do que é feminino e masculino. É importante atentar para o fato de que essas construções identitárias não são abstratas, pois são as pessoas em suas ações cotidianas que constroem essa realidade, dando a idéia de uma naturalidade. Argumentando que não existe linearidade e naturalidade entre as categorias sexo, desejo e gênero, e que o afastamento do conceito de gênero da dualidade masculino/feminino aumenta o potencial do conceito, a perspectiva de Butler (2003), engloba identidades que se encontravam fora dessa ordem compulsória.

¹³ Esses dois autores discutem que é difícil encontrar um consenso no sentido de definir o período chamado de pós-moderno, entretanto, uma das características predominantes da pós-modernidade é a negação das metanarrativas, ou seja, explicações teóricas de larga escala de aplicação universal. Lyotard (1994), afirma que o campo social é heterogêneo, negando dessa forma, teorias sociais que empregam categoriais gerais, como o gênero por exemplo. A perspectiva pós-moderna põe em crise a noção de sujeito político uno com o qual o feminismo costumava trabalhar.

As diversas ações criminosas, punidas com encarceramento, se constituem enquanto um elemento de grande peso nos espaços carcerários, uma vez que determinadas mulheres ganham posição de *status* devido ao crime cometido, bem como, o inverso. Alguns sujeitos quando entram no espaço carcerário sofrem retaliações, que vão da exclusão, da agressão física e até mesmo sexual. Quando as questionamos sobre qual era o pior tipo de crime que poderia ser cometido por uma mulher, todas elas nos garantiram que era atentar contra crianças. Ou seja, mesmo para as mulheres encarceradas, a figura materna ainda permanece intacta. Podemos observar isso na fala a seguir,

Que nem esses tempo caiu um moça que matô o nenezinho, em Palmeira. O nenezinho dela, de dois meses. E ela né, nossa, idiota, diz que de raiva do marido, mas isso não é motivo pra matá o próprio filho, lógico que as mulher se revoltam. Porque ali todo mundo, pode, agente pode fazê tudo que é errado, mas agente não qué o mal do próprio filho. Aí quando cai uma pessoa, tá todo mundo sofrendo porque não pode vê o filho, não pode tá perto, aí chega uma que matô. É crime assim, mata criança, maioria, judio de criança.¹⁴

É interessante destacar outra comum associação típica com a criminalidade feminina: a prostituição. A sexualidade feminina correspondia ao conceito de criminalidade atávica de Lombroso, já discutida anteriormente. A beleza da mulher, valorizada e temida pela sociedade possivelmente desde antes da época kantiana¹⁵, era temida, capaz de colocar em risco os bons costumes e a moral familiar, sempre tão normatizada. Ou seja, a sexualidade feminina quando não está condicionada ao casamento e a conseqüente procriação, é um perigo social, bem como, possível catalisador para a criminalidade masculina. A prostituição, representação máxima dessa sexualidade, degradante, anárquica, ocupava posição fundamental nas teorias criminológicas. (SORES e ILGENFRITZ, 2002)

As autoras lembram que, de forma ambígua, a associação da criminalidade feminina à prostituição, era vista em outros momentos, como de utilidade pública, ou seja, representava uma válvula de escape para a moralidade social. Encorajada

¹⁴ Fala da depoente Juliane. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010, no Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

¹⁵ Para maiores esclarecimentos acerca da visão de Immanuel Kant sobre as mulheres sugerimos a leitura do texto de 1764 do autor intitulado *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*.

pelos homens, essa prática era uma saída útil e honrosa ao exercício da sexualidade masculina, tornando da mesma maneira, a mulher útil até mesmo por seus vícios. Essa discussão nos relembra a idéia de Foucault (1969), discutida anteriormente, sobre a utilidade dos delinqüentes na sociedade. O autor traz outros exemplos de utilidade social de criminosos, como por exemplo, quando afirma que a tomada de poder por Napoleão III só ocorreu graças a um grupo constituído por delinqüentes de direito comum.

Constatamos durante nossas conversas com as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa que a prostituição e a criminalidade feminina não estão diretamente ligadas entre si. Quando questionamos as mulheres sobre essa associação as respostas convergiram para uma mesma conclusão. As mulheres que estavam presas e que haviam trabalhado como prostitutas na exterioridade, só o faziam como um mecanismo para conseguir dinheiro fácil e rápido para posterior compra de entorpecentes.

Soares e Ilgenfritz (2002) discutem que podemos tirar alguns tópicos, que são mais representativos, das teorias masculinas sobre a criminalidade feminina, tais quais: as associações entre criminalidade e a natural condição inferior da mulher, ou mais precisamente, sua inferioridade mental, as tornam menos propensa ao crime do que homens; a própria sexualidade feminina, quando não exercida dentro dos padrões da moralidade é perigosa, tornando a mulher mais propensa ao crime; as teorias biologizantes, ou seja, em estados de descontrole emocional e hormonal as mulheres estão mais propensas a cometer crimes, geralmente contra os filhos e na esfera doméstica. Sendo esses crimes cometidos nos espaços privados são mais difíceis de serem detectados e conseqüentemente punidos.

Souza (2006) discute que historicamente a identidade feminina tem sido associada à esfera privada. Na mesma proporção, a esfera pública, ou seja, o espaço do político e do conhecimento era resguardado aos homens. A autora discute que na medida em que a vida privada da mulher começou a se tornar cada vez mais politizada, houve a migração das mulheres também para os espaços públicos, tornando assim visíveis aspectos de sua vivência que até então eram ignorados.

Nas idéias de Souza (2006) ocorre assim um redimensionamento dos papéis femininos na sociedade, ou seja, a mulher passa a viver espacialidades até então exclusivamente masculinas, como o mercado de trabalho, por exemplo. É

interessante atentar para o fato de que esse processo ainda está em construção. Torna-se, assim, importante desconstruir a falsa imagem de que a casa e a vida familiar são as únicas espacialidades de existência cotidiana de mulheres. Nessa perspectiva, Souza (2006) lembra que o preconceito e a desigualdade de gênero ainda permanecem especialmente no sentido das mulheres terem menos condições de inserção no mercado de trabalho, conseguindo assim, geralmente cargos subalternos e com baixa remuneração, ou em situações extremas, em atividades irregulares e ilegais. A autora conclui,

Não queremos dizer com isso que a motivação das mulheres para praticar um crime se encerre apenas nas privações socioeconômicas, nem vincular mecanicamente a pobreza à violência. O que queremos é chamar a atenção para o maior grau de vulnerabilidade das mulheres pobres, sua exposição maior ao atrativo de ganho fácil exercido pelo mundo do crime. Nesse sentido, pesariam tanto a necessidade da mulher em prover seu próprio sustento como sua crescente responsabilidade na manutenção da família, fazendo com que a busca por alguma forma de rendimento se torna premente. Com a necessidade de se garantir o presente, limitam-se as expectativas para o futuro e prioriza-se o imediato – o que pode facilitar, sobretudo no caso das mais pobres e desamparadas, o envolvimento em atividades criminosas e lucrativas a curto prazo. (SOUZA, 2006, p. 13)

É imprescindível deixar claro que nossa perspectiva é negar completamente a posição de vítima da mulher, uma vez que, no nosso entender a vitimização só reafirma a posição subalterna da mulher na sociedade. Da mesma forma, a partir de entrevistas realizadas com as mulheres presas no Mini- Presídio Hildebrando de Souza na cidade de Ponta Grossa pôde-se perceber que na grande maioria dos casos, as mulheres têm plena consciência de seus atos, não sendo meros peões manipulados. Essa idéia será discutida mais a fundo posteriormente.

Apesar das teorias criminológicas sobre os desajustes sociais femininos estarem de certa forma, consolidadas no pensamento social, observamos hoje que cada vez mais cientistas vêm desafiando essas explicações hegemônicas, discutindo a necessidade de levarmos em conta mais de uma especificidade, como um descontrole hormonal, por exemplo, para o cometimento de crimes. Nossa perspectiva é de que, assim como os homens, as mulheres podem cometer delitos premeditados, violentos e por vontade própria. Isso será explorado de forma mais densa em nosso próximo capítulo.

Trazemos agora, um panorama sobre a evolução da criminalidade no Brasil, utilizando para isso, os dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN - acerca da população encarcerada no Brasil.

1.2.2 Um Panorama Sobre as/os Encarceradas/os no Brasil

A criminalidade feminina no Brasil tem trazido discussões acerca dos processos de encarceramento e ações penais. Entretanto, o número de mulheres encarceradas em nosso país ainda é inexpressivo se comparada com a população encarcerada masculina. Existe um pequeno grupo de pesquisadoras/es que se dedicam a entender o espaço carcerário, não apenas geógrafas/os, mas também sociólogos, psicólogos e antropólogos, e menor ainda é o grupo de pesquisadores que discutem as razões da pequena representação feminina no ambiente criminal e carcerário.

Para Collete-Carrière e Langelier-Biron (1983) o discurso da literatura científica há muito tempo vem explicando a criminalidade feminina por meio de uma concepção particular dos papéis masculinos e femininos na sociedade. As autoras defendem que esse fenômeno vem sendo qualificado como insignificante devido à comparação estatística com a criminalidade masculina, e mesmo quando é estudada, a discussão não supera a associação simplista com a prostituição ou com tipificações criminosas como a cleptomania, por exemplo.

Perucci (1983) afirma que a pouca diferenciação nos trabalhos acadêmicos se deve justamente ao baixo número de mulheres reclusas nas penitenciárias e conclui que apesar de a ciência ter a pretensão de ser universal, ou seja, construída para a humanidade como um todo, a mulher ainda sofre discriminação nas relações sociais. Não é necessário ir muito longe, na própria ciência geográfica o papel da mulher como produtora ativa do espaço, tem sido negligenciada.

Em uma linha de pensamento semelhante, Lemgruber (1999) traz uma interessante discussão sobre a pequena participação da mulher no ambiente criminal, mesmo após a mulher já ter conquistado seu papel nos mais diversos setores sociais, e constata que, apesar da maior participação feminina em outros setores da vida pública, como o mercado de trabalho, o número de mulheres

encarceradas se manteve constante, não aumentando proporcionalmente a sua maior participação na vida pública.

Para Souza (2006), embora grandes avanços, as mulheres ainda não conseguiram romper totalmente a desigualdade social, econômica e cultural que sempre estiveram presentes nas relações de gênero no Brasil. Bastos (1997, p. 57) apresenta uma perspectiva similar a de Souza (2006), e afirma que a pequena importância e também discussão acerca da criminalidade feminina acontece devido ao “forte preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher”.

A expressão da criminalidade na sociedade brasileira vem aumentando gradativamente, mediante a incorporação de novas práticas e táticas ilegais. A superlotação nos estabelecimentos prisionais no Brasil é temática corrente na mídia. De acordo com dados do Sistema Penitenciário Nacional – DEPEN, atualmente no Brasil existem 946 estabelecimentos penais como Presídios, Penitenciárias e Cadeias Públicas. Desse total, apenas 4,3% são destinados exclusivamente para mulheres. O quadro a seguir demonstra a distribuição desses estabelecimentos no Brasil.

Estado	Masculino	Feminino	Ambos	Total
Acre	05	01	07	13
Alagoas	05	01	-	06
Amazonas	01	-	13	14
Amapá	03	01	-	04
Bahia	05	-	11	16
Ceará	08	01	129	138
Distrito Federal	04	01	-	05
Espírito Santo	10	01	06	17
Goiás	05	01	55	61
Maranhão	06	01	04	11
Minas Gerais	16	02	13	31
Mato Grosso do Sul	17	07	-	24
Mato Grosso	07	01	52	60

Pará	10	01	17	28
Paraíba	11	02	66	79
Pernambuco	80	01	-	81
Piauí	07	02	01	10
Paraná	14	01	02	17
Rio de Janeiro	16	04	03	23
Rio Grande do Norte	03	-	09	12
Rondônia	19	01	07	27
Roraima	03	01	01	05
Rio Grande do Sul	12	01	63	76
Santa Catarina	10	01	23	34
Sergipe	04	01	01	06
São Paulo	116	11	02	129
Tocantins	02	-	17	19
			TOTAL	946

Quadro 01: Total de Estabelecimentos Penais no Brasil

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional, 2008.

Organização: FIORAVANTE, K.E. 2010.

Como já afirmamos anteriormente, apenas 4,3% dos estabelecimentos penais no Brasil são destinados exclusivamente a mulheres. Os estados que apresentam maior número de cárceres femininos são Rio de Janeiro, com 04, Mato Grosso do Sul, com 07 e São Paulo, com 11. No Paraná, existe apenas 01 penitenciária feminina, a chamada Penitenciária Feminina do Paraná, localizada na cidade de Curitiba. Na cidade de Ponta Grossa, as mulheres estão cumprindo pena em um estabelecimento penal misto, ou seja, com destinação tanto para homens como para mulheres.

O número de mulheres encarceradas vem aumentando progressivamente no Brasil ao longo da última década. Podemos perceber essa evolução no gráfico apresentado a seguir



Gráfico 01: Evolução do número de mulheres encarceradas no Brasil durante os anos de 2000 a 2009

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional.

Organização: FIORAVANTE, K.E. 2010.

Com base no gráfico apresentando acima podemos perceber o crescimento da população encarcerada feminina no Brasil. Utilizamos para construção desse gráfico os dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional, ou seja, iniciamos nossa reflexão a partir do ano 2000 devido à disponibilidade de informações. Observamos um crescimento de 298% em aproximadamente uma década. Entretanto, se compararmos com a criminalidade masculina, obviamente, a feminina ainda é menos representativa. A seguir gráfico representando a evolução do número de homens encarcerados no Brasil durante os anos de 2000 a 2009.

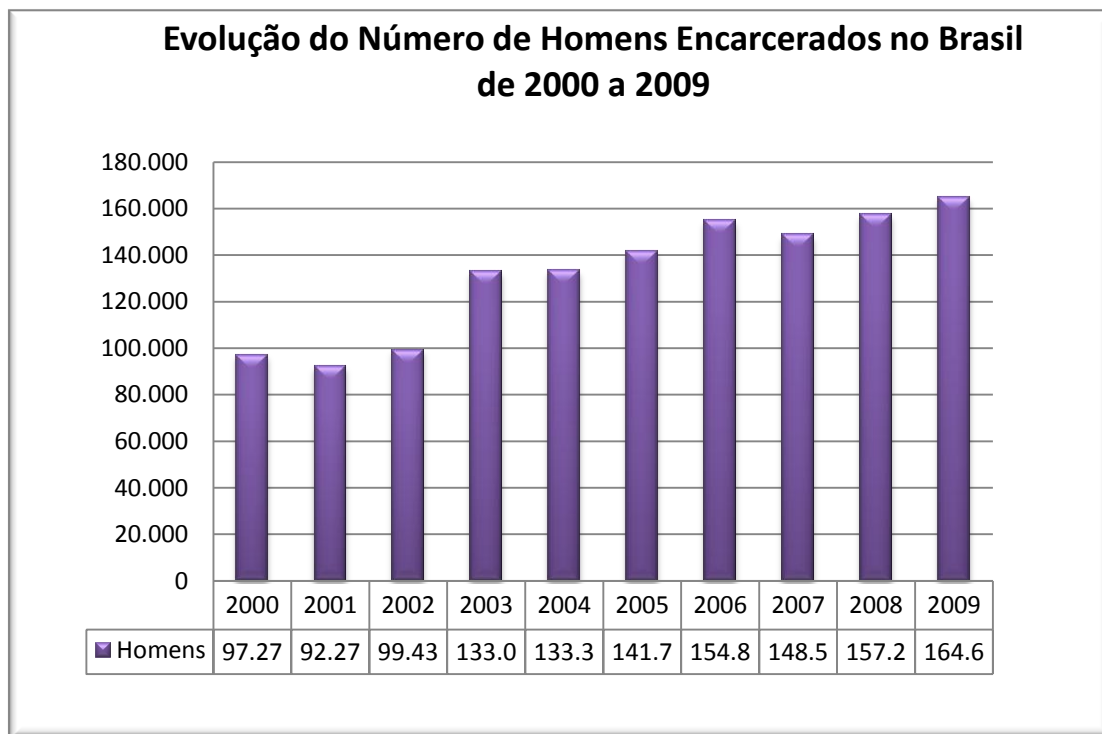


Gráfico 02: Evolução do número de homens encarcerados no Brasil durante os anos de 2000 a 2009.

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional.

Organização: FIORAVANTE, K.E. 2010

Podemos observar um crescimento de 59% no número de homens encarcerados no Brasil ao longo da última década. É interessante observar que o número de mulheres presas apresentou um acréscimo de 298% no mesmo período. Diversos pesquisadores estão interessados nesse grande aumento do número de mulheres encarceradas, o que de certa forma, nos leva a considerar um aumento expressivo na criminalidade feminina.

Almeida (2001) discute que sempre houve uma dissociação entre criminalidade e mulher, sendo a última sempre associada às esferas privadas, e em última instância, também seus crimes. Ou seja, a mulher em sua espacialidade comum de vivência cotidiana, estaria menos propensa ao crime, cometendo, em situações extremas, os chamados 'crimes de gênero', sendo eles, infanticídio e aborto. A autora continua sua discussão afirmando à necessidade de separarmos a criminalidade feminina da masculina, sendo esta, segundo ela, a única maneira de termos uma visão mais crítica e fundamentada sobre o fenômeno.

Apresentamos a seguir um quadro relativo à população encarcerada nacional, utilizando como fonte as informações disponibilizadas pelo Departamento Nacional no último relatório de dados consolidados referentes aos anos de 2008 e 2009. Para construção de nossa reflexão utilizamos apenas os dados referentes a população encarcerada em regime fechado, não contemplando os regimes semi-aberto, aberto, provisório e medida de segurança.

Estado	Homens	Mulheres	Total
Acre	1.522	59	1.581
Alagoas	522	15	537
Amazonas	708	63	771
Amapá	421	25	446
Bahia	2.065	84	2.149
Ceará	3.517	113	3.630
Distrito Federal	3.291	192	3.483
Espírito Santo	3.966	297	4.263
Goiás	3.189	148	3.337
Maranhão	596	40	636
Minas Gerais	11.585	525	12.110
Mato Grosso do Sul	4.103	330	4.433
Mato Grosso	3.481	282	3.763
Pará	3.509	161	3.670
Paraíba	3.712	112	3.824
Pernambuco	3.783	101	3.884
Piauí	306	10	316
Paraná	7.894	278	8.172
Rio de Janeiro	8.458	417	8.875
Rio Grande do Norte	1.303	72	1.375
Rondônia	3.111	236	3.347
Roraima	228	27	255
Rio Grande do Sul	11.806	637	12.443

Santa Catarina	4.577	314	4.891
Sergipe	413	22	435
São Paulo	75.954	5094	81.048
Tocantins	647	33	680
TOTAL	164.685	9.687	174.372

Quadro 02: População Encarcerada no Brasil em 2009

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Podemos concluir que a diferença entre a população encarcerada masculina e feminina é gritante, são 164.685 homens presos no Brasil e apenas 9.687 mulheres, ou seja, apenas 5,5% do total da população em presídios e cadeias públicas. Não é nosso objetivo aqui refletir profundamente sobre as evidentes disparidades entre os estados brasileiros, mas acreditamos que vale a pena chamar a atenção para essa questão. O estado de São Paulo é o que apresenta o maior número de pessoas encarceradas, sendo não obstante, o mais representativo na população feminina presa, são 75.954 homens e 5.094 mulheres. O estado que apresentou a menos expressividade foi Piauí, com 306 homens e 10 mulheres. Ainda de acordo com o DEPEN, a estimativa é de que no ano de 2012 a população feminina no cárcere represente 7.65% do total, atualmente é de 6,12%.

O Departamento Penitenciário Nacional disponibilizou no último relatório uma interessante tipificação dos delitos cometidos pelas mulheres. Observamos três tipos de delito que predominam que são, entorpecentes (59%), furto (09%) e roubo (11%)¹⁶. Esse dado é similar a tipificação dos delitos cometidos pelas mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa. Observamos que 93% delas estão presas por problemas com entorpecentes. É interessante destacarmos que o restante delas, 7% estão presas por roubo ou furto, assim como na média nacional. Percebemos,

¹⁶ Podemos tipificar esses delitos da seguinte forma: O chamado crime de tráfico de drogas se enquadra no artigo 33 da Lei 11.343/06, a chamada Lei dos Antitóxicos que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SINASE). Os crimes de furto e roubo estão presentes no Código Penal Brasileiro, representados pelos artigos 155 e 157, respectivamente. Em expressões cotidianas as pessoas tendem a utilizar esses dois termos de forma similar, pois ambos podem ser caracterizados como ato de subtrair para si ou para outrem coisa alheia. Entretanto, em questões jurídicas eles se diferenciam em relações as suas práticas. O crime de roubo, ao contrário do de furto, é caracterizado por emprego de violência ou grave ameaça física. O crime de furto exige destreza, fraude e escalada, ou seja, o ato de uma criminoso arrombar uma porta ou pular um muro. Informações extraídas do Código Penal Brasileiro – CPB.

entretanto, que mesmo as que estão detidas devido a roubo e furto, mantêm um relacionamento estreito com os entorpecentes. A maioria delas cometeu roubo e furto para poder acalmar o vício, geralmente de crack. Essas questões relativas ao perfil das mulheres presas serão discutidas na primeira seção de nosso próximo capítulo.

O estado do Paraná segue a tendência nacional, apresentando um crescimento de 67% no número de mulheres encarceradas nos últimos quatro anos, como podemos observar no quadro abaixo.

Ano	Mulheres	Homens	Total
2004	229	5.208	5437
2005	397	7259	7656
2006	185	5903	6088
2007	210	6175	6385
2008	242	7881	8123
2009	278	7894	8172

Quadro 03: Evolução do número de pessoas encarceradas no Estado do Paraná durante os anos de 2004 a 2009.

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

No ano de 2004, estavam encarceradas 5.437 pessoas no estado do Paraná, sendo 229 mulheres e 5.208 homens, uma diferença percentual de 2.175%. O ano de 2005 foi o que apresentou maior representação feminina nas cadeias no estado do Paraná, sendo 397 encarceradas em regime fechado. Para nosso levantamento de dados, utilizamos apenas os referentes à população encarcerada em regime fechado. Já o ano de 2006 foi o que apresentou a menor população encarcerada feminina, representando apenas 3,03% da população total presa no Paraná. Podemos concluir que a partir do ano de 2005, a população encarcerada de mulheres só vem crescendo no estado, seguindo dessa forma, os índices nacionais.

Apresentamos assim, um panorama sobre a criminalidade feminina no Brasil, no Paraná e na cidade de Ponta Grossa, nosso referencial empírico. Nossa aproximação com a temática deve-se em parte, a esse expressivo aumento do

número de mulheres encarceradas. Pouco é discutido na Academia a existência de determinados sujeitos. Como lembra Silva (2009) é somente quando adotamos uma postura crítica acerca da construção do saber científico que conseguimos compreender a invisibilidade de determinados grupos frente à ciência. Essas ausências são provenientes da hegemonia de certos grupos conquistada através de embates no meio científico, que levam a predominância de determinados discursos tomados como verdadeiros e globais.

Nesse capítulo tratamos de alguns conceitos chaves que nos serviram como eixo norteador para nossas reflexões acerca do cárcere feminino, bem como do fenômeno da criminalidade. Utilizamos também, o conceito de gênero, expoente trazido pelas perspectivas feministas. Gostaríamos de terminar nosso primeiro capítulo nos posicionando enquanto pesquisadores, entendendo que esses posicionamentos nunca são feitos de forma neutra, mas sim, são formas de defendermos ideais políticos e acadêmicos.

Defendemos que é nosso dever, como geógrafas/os adotar uma postura aberta que seja capaz de dar voz a sujeitos esquecidos, repensando assim, nossa forma de 'fazer' Geografia. Somente através dessa tentativa de trazer à luz grupos que estão ausentes no saber científico hegemônico, que possivelmente podemos construir uma Geografia mais humana.

As perspectivas feministas ainda têm um árduo caminho a percorrer na tentativa de alcançarem maior reconhecimento, tanto teórica quanto metodologicamente. Mas, parafraseando Oberhausen (2003), se as/os geógrafas/os feministas continuarem buscando realizar diferenças reais na vida de mulheres – para nós, 'categoria' compreendida a partir de toda sua pluralidade - dentro e fora da Academia, o futuro da geografia feminista, vai ser brilhante.

Como já foi discutido anteriormente, o número de mulheres envolvidas com a criminalidade vem aumentando gradualmente, entretanto, pouco é discutido na Academia sobre o papel da mulher, sendo o grupo das mulheres criminosas ainda mais negligenciado acadêmica e socialmente. Com as discussões trazidas pelas perspectivas feministas na Geografia surgem novas possibilidades teóricas e metodológicas, bem como, novas temáticas até então invisíveis.

A experiência da prisão muda completamente o olhar que essas mulheres depositam sobre todos os aspectos de suas vidas, seja nos seus relacionamentos com a família ou com a sociedade. As causas que levam as mulheres à

criminalidade e a prisão são diversas, bem como também, as expectativas que aguardam para seu futuro. Elas não constituem um grupo com uma realidade unificada, mas sim, histórias com singularidades próprias, ainda e sempre, em construção.

“AQUI NÃO É PRA QUALQUER UM”: AS EXPERIÊNCIAS FEMININAS DO ESPAÇO CARCERÁRIO NA CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ

Ela é ardente e passional. Tem um olhar cristalino, brilhante, hipnótico, como o de um animal selvagem. Tem a testa grande, e, a não ser que eu esteja enganado, um futuro longo e aterrador marcado nela. É atenciosa e cordial, mas, quando ela se aproxima de mim, recuo automaticamente. Assusta-me.

- Chevalier D'Éon, sobre Catarina, a Grande, 1756 -

Este capítulo tem por objetivo discutir sobre as experiências femininas do espaço carcerário na cidade de Ponta Grossa. Nosso referencial empírico é o Mini – Presídio Hildebrando de Souza, no qual, realizamos nosso trabalho de campo durante o mês de outubro do ano de 2009 ao mês de janeiro do ano de 2010. Nosso objetivo era compreender como as mulheres encarceradas experienciam essa espacialidade. Utilizamos três procedimentos de forma articulada, sendo o primeiro deles um questionário (anexo III) desenvolvido com questões fechadas e abertas, no qual não havia necessidade de identificação das pessoas. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com um roteiro semi-estruturado (anexo I), com o objetivo de agregar relatos livres para além das perguntas específicas. Por fim, foi concedida uma máquina fotográfica e solicitado às presas que registrassem seu cotidiano, bem como as atividades que julgavam relevantes em sua vivência dentro do espaço carcerário.

Nossa discussão se divide em duas seções. Primeiramente trazemos o perfil das mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa, a fim de contextualizar nosso grupo focal, ou seja, apresentar ‘quem fala’ e ‘de onde fala’. Posteriormente, apresentamos a vivência dessas mulheres da espacialidade do cárcere do Mini – Presídio, as relações cotidianas que elas instituem, bem como, as relações que ultrapassam a forma física do cárcere.

2.1 PERFIL E AÇÕES DE MULHERES DELITUOSAS NA CIDADE DE PONTA GROSSA

O perfil das delituosas que participaram dessa pesquisa corresponde a 93% do total de sessenta e cinco mulheres presentes no Mini – Presídio Hildebrando de Souza no período de levantamento de informações. Podemos apontar primeiramente que as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa são jovens, 67% delas possuem idade entre 18 a 35 anos, como pode ser observado no gráfico abaixo.

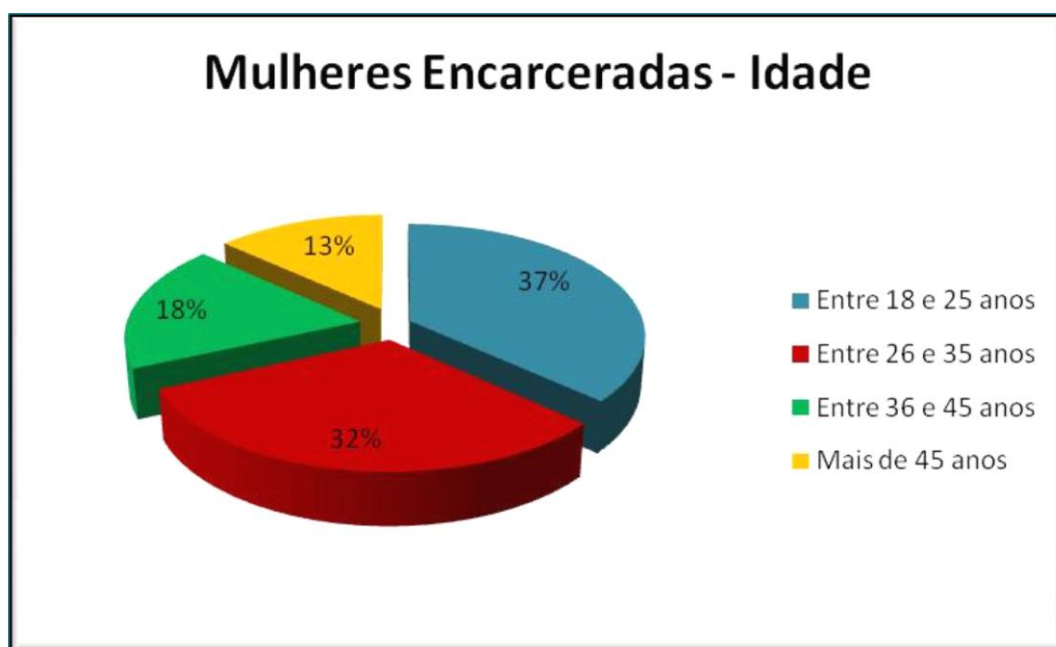


Gráfico 03: Perfil das Mulheres Encarceradas – Idade
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Com relação ao estado civil, 64% se dizem casadas como se observa no gráfico 04. É interessante atentar para essa questão dos relacionamentos, já que como discutido anteriormente, uma das premissas das instituições totais, e entre elas, os presídios, é o total afastamento dos indivíduos de suas redes de relacionamento. Quando analisamos mais a fundo a questão dos relacionamentos, e principalmente nesse caso, os relacionamentos com caráter romântico, percebemos

que, 100% das mulheres que se dizem casadas ou que possuem relacionamentos estáveis, têm o companheiro também em situação de cárcere. Do grupo de mulheres entrevistadas, 75% afirmam também que foram presas junto com o companheiro.



Gráfico 04: Perfil das Mulheres Encarceradas – Estado Civil
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Não podemos deixar de discutir a importância dos relacionamentos para essas mulheres, importância essa que se torna ainda mais complexa no cárcere. No Mini - Presídio Hildebrando de Souza não existe um local específico para a realização das visitas íntimas¹⁷. Isso implica em uma complicação ainda maior para as mulheres exercerem sua sexualidade. Outro aspecto também observado através das entrevistas realizadas com roteiro relaciona-se a questão do abandono dos maridos às mulheres no momento em que elas são presas. Concluimos que esse

¹⁷ Na Lei de Execuções Penais a 'Visita Íntima' é inexistente como direito. O que é garantido por Lei é o direito do preso a visita de familiares e outros, desde que autorizada pelo Juiz da Vara de Execuções Penais (VEC) ou responsável. Entretanto, com o decorrer do tempo a visita íntima foi reivindicada pelos presos e passou a ser um misto de direito e benefício. É válido comentar brevemente sobre o interessante projeto de Lei proposto pelo Deputado Bruno Covas, o qual busca garantir direito de visitas íntimas para presos homossexuais. O Projeto de Lei 488/2010 divide as opiniões de juristas, trazendo à tona questões de gênero relacionadas também ao casamento homossexual e o direito a cidadania das pessoas no cárcere no Brasil.

assunto é em diversas situações muito doloroso às mulheres, pois como exemplifica a fala de uma das detentas,

Sempre apoiei ele, vinha trazê as coisas pra ele, as sacolas na sexta – feira. Catava papelão, mantinha duas crianças nas fralda e nunca abandonei ele. Agora, nem sei mais se eu tô casada. Agente não pode se falar, não sei mais se sou casada.¹⁸

A questão dos relacionamentos tem papel central na vivência cotidiana dessas mulheres. Os sentimentos de amor romântico e seus derivados como o ciúme dos parceiros se extravasam de uma maneira muito mais exacerbada que na exterioridade.

Ainda tratando da questão dos relacionamentos, observamos que a grande maioria das mulheres encarceradas são mães, 93% delas, sendo que desse total, 55% tem até três filhos, como podemos observar no gráfico abaixo.

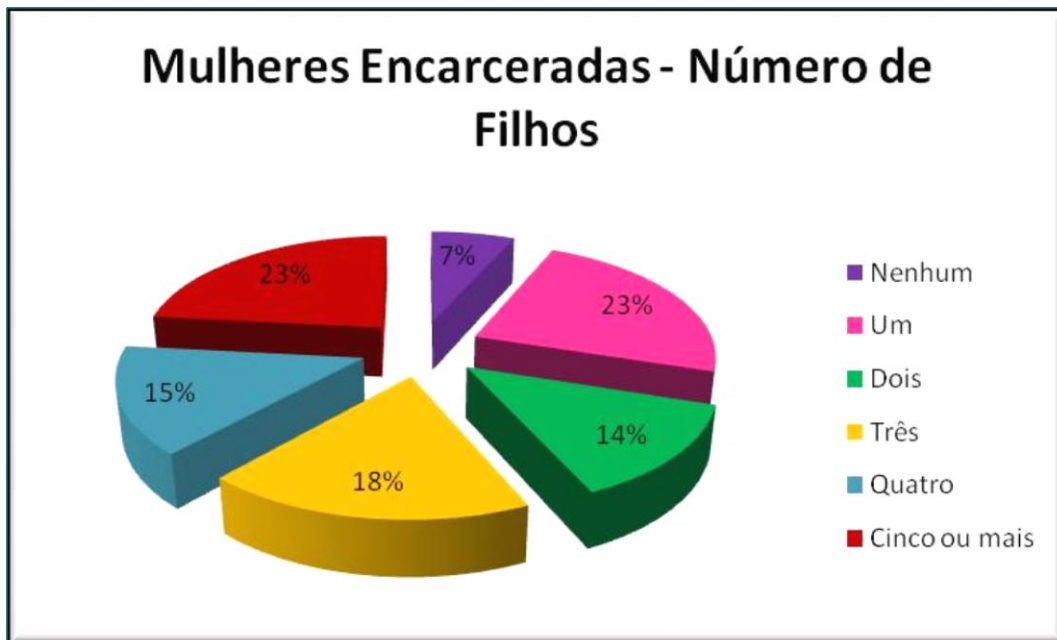


Gráfico 05: Perfil das Mulheres Encarceradas – Número de Filhos
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

¹⁸ Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 12 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

O problema do exercício da maternagem é com certeza a maior e mais interessante especificidade do cárcere feminino, como apontado pelas detentas. Em Ponta Grossa, o Mini - Presídio Hildebrando de Souza, onde estão internadas as mulheres, não apresenta nenhuma infra - estrutura que permita as mulheres o exercício a maternagem.

A vivência do espaço carcerário é relatada como de afastamento dos espaços anteriormente vivenciados. A família se re-organiza e, em geral, a mulher encarcerada acaba sendo substituída por outra, tanto em relação aos relacionamentos maritais quanto maternos. As visitas de parentes e membros da família ao espaço do cárcere a fim de manter os vínculos das redes familiares são dificultadas. Há casos em que as próprias mulheres evitam as visitas de filhos, a fim de protegê-los do constrangimento das revistas realizadas por policiais que exigem a retirada de roupas e, inclusive, averiguação dos corpos. Os cônjuges e parceiros amorosos também se afastam. Com o passar do tempo, constroem novos relacionamentos e abandonam as mulheres que vivem em situação de cárcere.

As relações maternas também são prejudicadas em função da falta de infraestrutura adequada nos presídios femininos. No estado do Paraná, há 448 vagas para mulheres, segundo o relatório realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional em abril de 2008. A penitenciária feminina do Paraná se destina ao cumprimento de pena em regime fechado e possui uma creche com capacidade para 40 crianças e um berçário para 12 crianças.

É interessante analisarmos esses dados conjuntamente com a questão do afastamento familiar após o encarceramento. Apenas 30% das mulheres presas afirmaram ter perdido contato com a família após seu encarceramento. Do restante, 70% delas, as quais ainda têm contato direto com a família, conseguimos observar que esses laços familiares são específicos, ou seja, não estão relacionados com os parentes de forma geral, mas sim, apenas com a figura materna. Ou seja, as presas apresentam contato com suas mães, sendo estas também, responsáveis pela criação de seus filhos em 39% dos casos.

Podemos lembrar nesse momento das proposições de Goffman (1988) quando o autor discute que uma das premissas das instituições totais é o completo afastamento do internado de suas redes de relacionamentos. Entretanto, percebemos a partir dos dados obtidos que esse afastamento se dá especialmente em relação às questões maritais, uma vez que a maioria mulheres afirmou que ainda

mantêm contato direto com suas mães, seja através de visitas presenciais ao cárcere ou por meio de cartas e outros tipos de correspondências.

O espaço carcerário com suas fronteiras impõe punições que ultrapassam a vivência da pessoa presa, atingindo também, de forma específica suas redes de relações familiares, notadamente os filhos ainda dependentes. As barreiras espaciais impostas são, porém, ultrapassadas pela insistência da ação feminina, em geral da figura materna. Sendo assim, a permeabilidade da fronteira espacial do cárcere é pequena, o que coloca a perspectiva de vida social fora do cárcere cada vez menos palpável e provável.

Com relação aos delitos, podemos afirmar que as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa cometem principalmente três tipos de crime, o tráfico de drogas (artigo 33 da Lei dos Antitóxicos), roubo (artigo 155 do Código Penal Brasileiro) e furto (artigo 157 do Código Penal Brasileiro). Podemos fazer uma diferenciação desses dois últimos delitos no sentido de que o furto é um crime com menor poder ofensivo a sociedade, uma vez que não envolve práticas violentas, como o roubo. O gráfico a seguir demonstra a quantificação desses delitos.

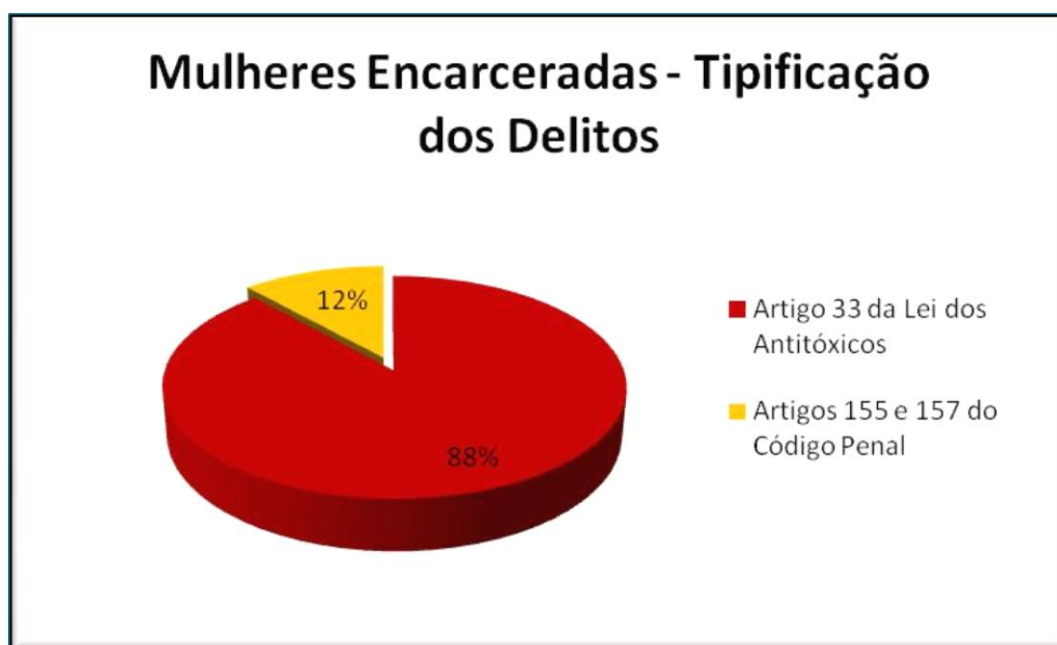


Gráfico 06: Perfil das Mulheres Encarceradas – Tipificação dos Delitos

Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

O tráfico de drogas é o delito mais cometido pelas mulheres, representando um total de 89% das mulheres presas. É interessante discutir que de acordo com o questionário respondido, 61% das mulheres se dizem não usuárias de nenhum tipo de droga, ou seja, tem o perfil ideal para o tráfico por não serem usuárias.

Segundo dados do Ministério da Justiça, encontram-se presas no Brasil 4451 mulheres por tráfico de entorpecentes e outras 186 por tráfico internacional. De acordo como DEPEN, até junho de 2009, estavam presas no estado do Paraná 334 mulheres por envolvimento com drogas, sendo 310 delas por tráfico de entorpecentes (artigo 12 da Lei 6.368/76 e artigo 33 da Lei 11.346/06) e o restante, por tráfico internacional de drogas (artigo 18 da Lei 6.368/76). Na cidade de Ponta Grossa, 30% das mulheres egressas atendidas pelo Programa Pró – Egresso – PPE - durante os anos de 2000 a 2007 estiveram encarceradas por tráfico de drogas.

Cada vez mais, as mulheres vêm se encaixando na dinâmica do tráfico de drogas, tanto em papéis subalternos quanto em posições de maior poder, como evidenciam os trabalhos de Souza (2000), Pimentel (2008) e Soares e Ilgenfritz (2000). O crescente envolvimento feminino no tráfico de drogas tem sido relacionado com os laços afetivos entre as mulheres e homens traficantes, evidenciando que essas mulheres ocupariam um papel subalterno em relação ao parceiro afetivo traficante. Pimentel (2008) analisou os laços de afetividade que levaram as mulheres presas no estado de Alagoas à criminalidade e ao tráfico. A autora trabalha com a perspectiva de que o amor romântico tem grande peso, geralmente significativo, na decisão das mulheres em entrar na dinâmica do tráfico de drogas.

A afetividade é uma condição incontestável da experiência humana, sendo supervalorizada nas vivências femininas. A sociedade ocidental é marcada por um modelo ideal de amor – paixão. Lipovetsky (2000) discute a construção ocidental do amor e conclui que mesmo com todas as posturas revolucionárias das mulheres no século XX, esse sentimento de amor ideal permanece inabalado. Nas palavras de Lipovetsky (2000),

Nenhuma ilusão: mesmo na exaltação do período contestador, as mulheres jamais renunciaram aos sonhos de amor. O discurso sentimental se tornou eufemístico, não as experiências e os valores amorosos. O novo ceticismo em relação à retórica romântica e a sexualização dos discursos não correspondem ao recuo das esperanças amorosas mas à rejeição das convenções 'falsas', bem como à promoção dos valores de proximidade e de intimidade, à intensificação da necessidade de uma comunicação mais

autêntica. (LIPOVETSKY, 2000, p. 28)

A identidade feminina é construída culturalmente e marcada por determinados papéis e comportamentos sociais, os quais, a sociedade espera encontrar em uma mulher (SILVA, 2009). A passividade, a gentileza e também o romantismo. As mulheres encarceradas valorizam o amor romântico e de acordo com a perspectiva de Pimentel (2008), também embarcam no tráfico de drogas por amor ao companheiro. No caso das encarceradas na cidade de Ponta Grossa, percebemos que 21% delas afirmaram ter vivenciado essa dinâmica de forma direta, ou seja, alegaram que se envolveram no mundo criminal devido ao seu laço afetivo com parceiro criminoso.

Apesar de haver relações afetivas no processo de envolvimento com o tráfico de drogas, esta posição não é unânime. Várias mulheres entrevistadas deixam claro que tomaram a decisão de ação fora de uma influência romântica, o que desmonta o mito da eterna dependência feminina, como evidencia o trecho da entrevista a seguir,

Não é bem assim não, a gente não é nem um pouco coitadinha nem nada, o povo vem pensando que agente é coitadinha, mas não é. Quando a gente começa a mexer ali, a gente já sabe muito bem o que é, tem consciência do que é, e consciência de que pode caí a qualquer hora. Tem as influenciadas pelos marido, porque gostam dos cara, com certeza tem também, mas no fundo todo mundo tá ciente do que tá fazendo.¹⁹

Nosso primeiro questionamento para as presas estava relacionado aos motivos alegados para a prisão. Não o delito em si, mas todo o contexto no qual elas estavam inseridas que as levou ao encarceramento. O gráfico a seguir demonstra as situações mais evocadas pelas mulheres.

¹⁹ Fala da depoente Milena. Entrevista realizada no dia 03 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.



Gráfico 07: Relações que levaram as mulheres à prisão.
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Obtivemos um total de vinte e duas evocações relativas às relações que essas mulheres instituíram que as levou a prisão. Como podemos observar no gráfico apresentado, essas evocações se dividem em três categorias fundamentais, ou seja, o envolvimento da presa com terceiros, o não envolvimento e por fim, a criação dos filhos.

A primeira delas, ou seja, envolvimento da mulher com outras pessoas foi a mais expressiva, representando um total de 63% das evocações. Nessa categoria, observamos situações específicas de envolvimento com terceiros, ou seja, percebemos que esse envolvimento se deu de maneiras específicas e com finalidades específicas. Observamos, pois, envolvimento com o companheiro, com amigos do companheiro, com familiares e com amigos da detenta de forma específica.

O envolvimento afetivo romântico foi mais evocado, ou seja, desse total, 50% afirmam que o motivo de sua prisão foi o envolvimento com companheiros. Rinaldi (2009) afirma que para as mulheres envolvidas com companheiros criminosos, a preservação de seus laços conjugais, afetivos e sexuais é fator decisivo no seu envolvimento com práticas ilegais. Segundo a autora, qualquer situação que ameace

esse vínculo é moralmente insuportável, sendo passível de justificativa de um crime.

Não devemos também deixar de levar em conta que a espacialidade na qual essas mulheres estão inseridas também influencia fortemente na busca por determinados tipos de companheiros. Vivendo em uma situação de constante ameaça e vulnerabilidade espacial, é compreensível que essas mulheres busquem vínculos românticos com homens que tem posição de respeito nessa dinâmica. Além do status que pode ser atribuído a ela pelo resto da comunidade, também podemos apontar a representação de segurança e estabilidade que o envolvimento com esses parceiros lhes proporciona.

A seguir apresentamos um trecho da entrevista realizada com Isabele, uma das mulheres que alegou ter sido presa devido a seu envolvimento com o companheiro,

Pois é, porque eles foram lá em casa e daí invadiram e acharam maconha, que ele comprava pra fuma, ele era usuário. Então daí trouxeram. Ele não traficava, nem eu. Eu nunca usei, não tenho passagem nenhuma. Daí tava lá. Eu tava no sofá, tinha dado banho nas minha menina e ele tava dormindo, e eu não sabia que ele tinha guardado a droga lá em casa. Ele tinha guardado 50 grama de maconha. Eu sabia que ele usava, mas eu jamais ia deixa, porque eu tenho três criança pequena, como que eu ia dexe a droga. Então daí vim junto.²⁰

Do restante, observamos que 21% afirmaram terem sido presas devido ao envolvimento com amigos do marido, 21% culpavam seus próprios amigos por ser encarceramento e apenas 7%, evocaram a família. O trecho paradigmático a seguir, representa o envolvimento com amigos da detenta, bem como a influência da espacialidade nessa dinâmica,

Ah muito droga, muito assim, como posso te dizer, a vida que eu tava levando que me levo a isso, eu tava enfiada num lugar que não prestava, onde só tinha as pessoas viciada, ladrão, prostituta, e eu fui usando, usando e acabei fazendo o que não devia, me arrependo, porque foi o meu primeiro e o único roubo, porque eu roubei e já cai.²¹

²⁰ Fala da depoente Patrícia. Entrevista realizada no dia 17 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

²¹ Fala da depoente Vitória. Entrevista realizada no dia 20 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

A categoria relacionada ao não envolvimento com terceiros representa 22% do total e pode ser representada a partir de uma única categoria evocada, a criação dos filhos. Essas mulheres afirmaram que seu envolvimento com o mundo criminal e conseqüentemente, sua prisão foi devido à necessidade que tinham de criar seus filhos após a separação de seu companheiro. O trecho a seguir demonstra essa situação,

Porque como eu te falei, quando eu morava com meu marido, eu não precisava vende droga, porque ele era trabalhador, ele trabalha, ele é calceteiro profissional, então. O que ele tinha o lado dele de ruim, ele tinha o lado dele de bom. Porque ele nunca deixou falta nada pra casa. Por isso que quando separei dele, ele pego e vendeu as coisas, foi pra lá, eu peguei e fiquei com as criança, ele não me ajudou, eu tive que partir pra essa²².

Podemos facilmente discutir, utilizando para tanto, as idéias trazidas pelas Geografias Feministas, o quanto o relacionamento marital pode adquirir posição de centralidade na vivência e na espacialidade de determinadas mulheres. Voltemos ao perfil apresentado do grupo focal discutido anteriormente para lembrar que 63% delas tinham renda de até R\$ 480,00 reais, bem como baixa escolaridade. Observando esses dados, podemos concluir que essas mulheres, geralmente, não têm acesso ao mercado de trabalho formal, estando dessa forma, em situação de total dependência da figura masculina para prover seu sustento, bem como o dos filhos do casal.

É possível considerar o impacto que uma dissolução conjugal exerce no cotidiano e na espacialidade dessas mulheres. Condiçionadas ao trabalho doméstico e a vivência de uma espacialidade privada, essas mulheres, repentinamente, se encontram em uma situação complicada na qual precisam, de alguma maneira, garantir a sua sobrevivência e a dos seus filhos. Recordando o perfil do grupo em questão, podemos afirmar que dificilmente, essas mulheres, teriam êxito em acessar o espaço público urbano da cidade e o mercado de trabalho legal. Nossa postura não é cair na tentadora veleidade de procurar uma justificativa para a inserção dessas mulheres no mundo criminal, apenas apontar que existe uma possível

²² Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 12 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

interconexão entre essas duas dinâmicas, ou seja, o pouco preparo profissional somado a restrição a espacialidade doméstica a dissolução de seus relacionamentos maritais. Silva (2009) discute que as mulheres de baixa renda chefes de família da periferia da cidade de Ponta Grossa apresentam mínima mobilidade espacial, estando restritas a espacialidades de vizinhança. Podemos realizar uma interessante conexão com esses apontamentos com a questão da inserção de mulheres na criminalidade.

Como já discutimos anteriormente, as mulheres desenvolvem suas atividades criminais em espaços de vizinhança. Quando foram questionadas no sentido de avaliar os motivos de sua prisão, 100% das mulheres entrevistadas afirmaram que sua prisão esteve intrinsecamente relacionada ao seu envolvimento com entorpecentes. Obtivemos um total de vinte e duas evocações relacionadas a essa questão, estando divididas em três situações similares as já discutidas anteriormente, ou seja, 76% afirmaram que se envolveram com drogas devido ao fato do companheiro ser usuário ou traficante, 10% mantiveram a resposta de que se envolveram com drogas devido a necessidade de conseguir dinheiro para sustentar seus filhos, e 14% culpavam os amigos. O trecho a seguir, demonstra o envolvimento com drogas e conseqüentemente, a prisão,

A primeira vez que eu me envolvi foi pra que um maluco fizesse uma finalidade pra mim. E, eu falei se você fizé pra mim essa finalidade, eu vô lá e entrego esse bagulho pra você, daí comecei a me envolver assim. Daí, valeu a pena, ele fez, e agente fico assim. Mas nada é de graça, tudo tem que pagar bem. Mas eu já conhecia, eu já sabia como é que era porque meu primeiro marido já tinha ficado preso por homicídio, e eu já conhecia as pessoas, já sabia como que traficava, como que tinha que fazer, o que podia falar o que não podia. Daí quando aconteceu o fato de que ele violento a minha filha, daí aconteceu.²³

O envolvimento de pessoas, e especificamente, de mulheres na dinâmica do tráfico de drogas vêm crescendo expressivamente no Brasil. Souza (2000) discute que o consumo e o tráfico de drogas são fenômenos recentes no Brasil. O autor afirma que a década de 1980 foi decisiva para o aumento incessante do número de usuários dessas substâncias, e conseqüentemente, do número de sujeitos

²³ Fala da depoente Maluquinha. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

envolvidos no sistema de varejo e consumo. O geógrafo discute que essa dinâmica ocorre nas cidades dos mais diversos portes, utilizando em larga escala, espaços pobres como favelas e áreas periféricas como base de apoio logístico. No caso da cidade de Ponta Grossa, isso não difere, ocupando posição central na dinâmica do tráfico de drogas as áreas periféricas e menos assistidas pelo poder público.

Souza (2000) continua sua discussão trazendo a hierarquia espacial e a divisão do trabalho existente na dinâmica do tráfico de drogas. Segundo o autor, essa divisão que envolve diversos atores sociais é organizada através de relações de poder, na medida em que cada ator possui uma participação diferente nos ganhos do negócio. Tomando como exemplo as quadrilhas de traficantes de drogas das favelas da metrópole do Rio de Janeiro, o autor identificou os diferentes papéis envolvidos na dinâmica do tráfico de drogas,

O chefe local é o “dono”, o qual controla diversos pontos de vendas de tóxicos (“bocas de fumo”). Uma vez que os “donos” cada vez menos moram em favelas e sim no “asfalto” (ainda que tenham origem favelada), quem responde pelo negócio em um dado local é o “gerente”, o qual realiza a contabilidade, supervisiona o pessoal da segurança e realiza diversos contatos em nome do “dono”. Além do “dono” e de seus “gerentes” há os “soldados”, que são aqueles indivíduos que, fortemente armados, garantem a segurança do negócio, impondo a “ordem” na favela e defendendo os pontos de venda de um “dono” contra as tentativas de captura realizada por outras quadrilhas. Há, também, os “olheiros”, que são aqueles que avisam sobre a aproximação da polícia ou de “alemães” (estranhos, inimigos), e os “aviões” e “aviõezinhos”, que entregam droga aos clientes, os quais muitas vezes aguardam na entrada da favela dentro de seus carros. (SOUZA, 2000, p. 57)

As mulheres vêm gradativamente se encaixando nessa dinâmica, mas diferentemente dos homens, elas ocupam, geralmente, posições subalternadas, ou utilizando as nomeações propostas por Souza (2000), podemos enquadrá-las como ‘aviões’, raramente conseguindo galgar posições de maior poder. É possível, portanto, afirmar, que mesmo em atividades ilegais, as desigualdades de gênero persistem.

Moura (2005) estudou a participação feminina no tráfico de drogas na penitenciária feminina do estado do Ceará. A autora observou que as desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho também estão presentes na dinâmica do tráfico de droga. Ela discute que 81,4% das mulheres entrevistadas em sua

pesquisa, disseram ter papéis subalternos, como entregadoras, embaladoras ou fazendo uma micro-comercialização, ou seja, usam uma parte de droga e a restante, vendem para conhecidos. É interessante lembrar que muitas mulheres são presas na tentativa de transportar drogas para dentro dos espaços carcerários. Como diz uma das presas,

Eu fui levá droga pro meu marido que tá preso e me pegaram na revista. Já tinha até denuncia e tudo, de que eu vinha traze a droga pra ele, aí me pegaram, fizeram queixa de mim e me jogaram aqui. Eu não pensei, não achei que ia ser presa, se pensasse, nem tinha vindo aqui. Ele já tava preso fazia tempo mesmo, ninguém me pediu nem nada, eu trouxe porque eu quis, porque não achei que ia ser pega, ah se eu soubesse.²⁴

A população encarcerada feminina, invariavelmente pobre e com baixíssima escolaridade, encontra no tráfico de drogas um escape para sua situação de pobreza e abandono. A inserção feminina nessa dinâmica é muito mais fácil do que a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, constituindo uma estratégia de vida e sobrevivência. Ou mesmo, como disse uma das presas, “fui aonde tava mais fácil”²⁵. Moura (2005) afirma que,

O tráfico de drogas passa a representar uma real estrutura de oportunidades para as mulheres, não só pela oportunidade de um retorno financeiro imediato, mas também pela predominância da informalidade do mercado e a virtual ausência de barreiras ao ingresso de mão-de-obra feminina nesse mercado. Alia-se a tudo isso o fato de que essa atividade remete, de alguma forma, para a esfera doméstica, espaço que as mulheres dominam e onde se identificam. (MOURA, 2005, p. 126)

A participação feminina na dinâmica do tráfico de drogas acontece principalmente pela situação de invisibilidade que essa população de baixa renda vive frente ao poder público. Como já dito anteriormente, negamos toda e qualquer posição de vitimização feminina. Entretanto, não podemos deixar de apontar que grande parte dessas mulheres são desprovidas de assistência e sem meios de garantir sua sobrevivência e de seus filhos, buscam caminhos mais fáceis, como o

²⁴ Fala da depoente Milena. Entrevista realizada no dia 03 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

²⁵ Fala da depoente Letícia. Entrevista realizada no dia 23 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

tráfico de drogas.

Outro aspecto que analisamos foi a questão profissional, sendo que 87% estavam empregadas, formal ou informalmente, no momento que foram detidas. Esse dado nos chamou muito a atenção, quando analisamos que 67% delas alegaram ter renda de até R\$ 480,00 reais mensais, como se observa no gráfico abaixo.

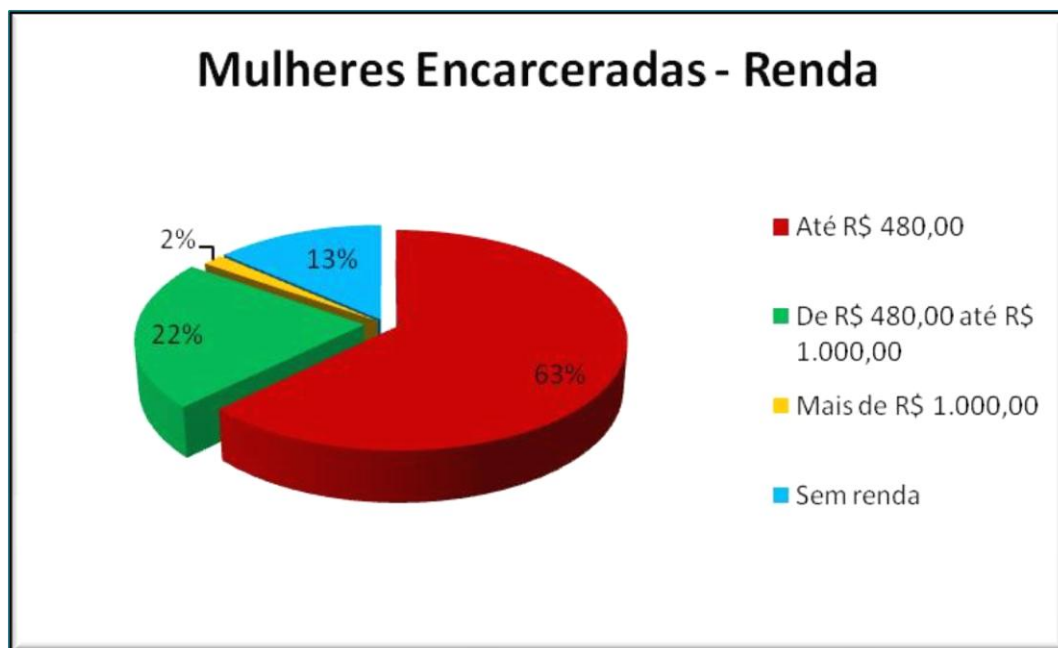


Gráfico 08: Perfil das Mulheres Encarceradas – Renda
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Muitas das mulheres entrevistadas disseram que trabalhavam como diaristas, mensalistas ou atendentes em lojas. São empregos intimamente ligados com a espacialidade doméstica feminina. É indispensável acrescentar que muitas mulheres, desprovidas de assistência do Estado e com rendas ínfimas, acabam procurando meios mais rápidos para garantir sua sobrevivência, como o tráfico de drogas e a prostituição, por exemplo.

Podemos cruzar esses dados com a questão da escolaridade. Observamos que essas mulheres têm muito pouco estudo, 82% têm apenas o primeiro grau completo ou incompleto. O gráfico a seguir demonstra a questão da escolaridade das mulheres encarceradas.



Gráfico 09: Perfil das Mulheres Encarceradas – Escolaridade
Fonte: Questionário para identificação do perfil geral das encarceradas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Como já discutimos anteriormente, 82% das mulheres têm apenas o primeiro grau incompleto ou completo. O restante delas, 8% apresenta o segundo grau incompleto, 5% o segundo grau completo e 5% não possuem escolaridade.

O Mini - Presídio Hildebrando de Souza não possui nenhum tipo de programa de incentivo à educação ou de formação profissional. A única atividade realizada pelas presas são trabalhos artesanais com materiais provenientes das famílias. Durante as entrevistas, quando indagadas sobre a questão da escolaridade, a grande maioria das mulheres demonstrou vontade de terminar os estudos dentro do Presídio se existisse algum programa de apoio a educação.

A religiosidade das mulheres também foi tema abordado no questionário aplicado. Verificamos atualmente no Brasil duas fortes tendências religiosas concernentes a população de encarcerados: a religião católica e a religião evangélica. No Mini - Presídio Hildebrando de Souza, 74% se dizem católicas e 26% são evangélicas. A questão da religiosidade é muito interessante uma vez que observamos que na grande maioria das vezes, os sentimentos de fé e de aproximação com a espiritualidade vêm à flor da pele no momento em que essas mulheres experimentam a espacialidade carcerária. Muitas delas disseram durante

as entrevistas realizadas que se aproximaram muito mais de sua espiritualidade depois que se viram encarceradas, pelo apoio emocional e pelo simples sentimento de esperança que experimentavam. É interessante também destacar que as únicas instituições não governamentais que prestam auxílio às pessoas no cárcere estão ligadas a órgãos religiosos. No Brasil, o maior exemplo disso é a Pastoral Carcerária.

Outro aspecto que analisamos foi a questão da moradia dessas mulheres. Quando questionamos as mulheres com relação ao local onde residiam antes de seu encarceramento, elas relataram os bairros dos quais eram provenientes, tais quais, Santa Paula, Ronda e Nova Rússia entre outros. Entretanto, concluímos a partir da análise de suas falas, que essas mulheres residiam em áreas pobres do espaço urbano da cidade de Ponta Grossa²⁶.

As mulheres que compõem o universo de pessoas encarceradas no Mini – Presídio Hildebrando de Souza constituem um grupo majoritariamente constituído de baixa renda, baixa escolaridade, moradoras de áreas pobres, bem como o motivo de seu encarceramento está relacionado com seu cotidiano, ou seja, sua vivência em espacialidades de vulnerabilidade social o que favorece o seu envolvimento com sujeitos que já estão envolvidos, de forma central ou não, na dinâmica criminal. Seus laços familiares e afetivos são transformados em função da situação de cárcere, a qual dificulta e em determinados casos, impossibilita a manutenção de seus papéis conjugais e maternos.

2.2 A VIVÊNCIA DO ESPAÇO CARCERÁRIO

A partir das proposições de Santos (1985), podemos analisar o espaço carcerário a partir das categorias forma, função, processo e estrutura²⁷. As prisões

²⁶ Conforme o perfil socioeconômico das entrevistadas é inadequado a realização de uma generalização da proveniência dessas mulheres, bem como, de uma identificação pontual de suas moradias, uma vez que, pela dinâmica de entrevistas prezar o anonimato da depoente, optamos por não questionar as mulheres com relação ao seu endereço específico, optando por utilizar somente o bairro ou vila.

²⁷ A proposta de análise de Santos (1985) compreende quatro categorias explicativas, forma, função, processo e estrutura. Por forma devemos entender “o aspecto visível de uma coisa”. Função “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter – relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção.” Finalmente o

são um elemento fundamental da política penal brasileira, servindo para privar de liberdade mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social, como podemos concluir a partir do perfil discutido. Em teoria, deveria ser um espaço de correção de conduta social, bem como, de criação de condições para ressocialização dos internados. Contudo, na prática, o espaço carcerário tem a função de reforçar o estigma e as práticas de humilhação, bem como, cercear as condições materiais de construção da igualdade de direitos. Sua forma corresponde às funções de uma sociedade desigual, e o espaço carcerário contribui para a reprodução das desigualdades, reforçando uma cultura perversa de exclusão de grupos sociais empobrecidos.

Embora a forma e a função do espaço carcerário estejam coerentes com a estrutura social em que vivemos, ou seja, reprodutora de desigualdades, ao observar a escala de vivência cotidiana dessas mulheres, podemos evidenciar algumas lutas singulares que mostram que elas vão além da reprodução, mas produzem dissonâncias, irregularidades inesperadas, como aponta Massey (2008).

Assim, nessa seção, retrataremos a forma espacial do Mini-Presídio e sua força reprodutiva dos processos de desigualdade social. Num segundo momento, são evidenciadas as práticas espaciais que as detentas desenvolvem, reinventando seu cotidiano para além das imposições das estruturas formais, produzindo suas existências singulares.

2.2.1 A Forma Espacial do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na Cidade de Ponta Grossa, Paraná e sua Função na Reprodução das Desigualdades Sociais

O Mini – Presídio²⁸ Hildebrando de Souza – figuras 01, 02 e 03 - tem

“processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.”. (SANTOS, 1985, p. 50). Ao propor seu método de análise a partir das categorias de forma, função, processo e estrutura, Santos (1985) alerta para o fato de que elas são interdependentes e que devem ser analisadas como um conjunto indissociável. Argumenta que as categorias estão relacionadas entre si e a partir dessa concepção pode-se construir “uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais”. (SANTOS, 1985, p. 52). O autor alerta para as potencialidades dessas quatro categorias que podem ser adaptadas e/ou ampliadas para explicar determinado processo em um contexto espacial específico.

²⁸ De acordo com a definição dos estabelecimentos do sistema penal brasileiro, podemos observar que nos Presídios não deveria existir a permanência de presos condenados. Entretanto, na prática

capacidade para 272 pessoas, entretanto, atualmente conta com cerca de 480 presos. O número de mulheres fica em torno de 60 a 70 desse total, dificilmente passando dessa média. Foi ‘apelidado’ pela população ponta-grossense de ‘Cadeião’ e está localizado no bairro de Santa Tereza. A figura apresentada a seguir demonstra a fachada do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.



Figura 01: Fachada do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Autoria: Karina Eugenia Fioravante.

Data: 12/12/20

isso não ocorre. Devido à superlotação das Penitenciárias, e até mesmo, ao descaso do poder público frente a essas pessoas, atualmente observamos situações em que presos estão cumprindo pena mesmo em Cadeias e Delegacias de Polícia.



Figura 02: Vista Lateral esquerda do Mini – Presídio Hildebrando de Souza na cidade de Ponta Grossa, Paraná

Autoria: Karina Eugenia Fioravante.

Data: 12/12/2010.



Figura 03: Entrada do Mini – Presídio Hildebrando de Souza

Autoria: Karina Eugenia Fioravante.

Data: 12/12/2010.

Na figura 03 podemos observar a entrada principal do Mini – Presídio Hildebrando de Souza. É interessante comentar o quão é restrita a entrada de pessoas nesse local. As fronteiras materiais, representadas pela forma dos muros e portões altos, que separam a cidade do espaço interno do presídio, são ultrapassadas pelas pessoas que querem visitar o contingente de detidas (os). Nas filas que se formam do lado externo é perceptível o perfil de renda e de gênero das pessoas que ousam desafiar essas fronteiras. Majoritariamente, a fila se constitui de mulheres de baixa renda e crianças. A parte externa do presídio, vivenciada a partir do sentimento de expectativa pela abertura dos portões é o momento em que as pessoas se encontram e trocam experiências, informações sobre pessoas detidas, histórias familiares. Enfim, criam laços em que compartilham suas dores e esperanças.

Como pesquisadora, vivenciar o momento da fila de espera para a entrada no

presídio foi esclarecedor e ficou claro que a função da espera e da tentativa de ultrapassar as barreiras do presídio se dá devido ao interesse de manutenção das relações familiares, bem como para obter informações sobre pessoas detidas ou para entregar os alimentos da semana²⁹, a qual é uma tarefa feminina. Esperar, é tarefa de mulheres, como evidencia a frase que tantas vezes ouvimos: “Como é horrível esperar esses portões se abrirem”. Foram poucas às vezes em que não aguardávamos a abertura dos portões na companhia de mães, esposas e filhas de detentos. É importante registrar aqui que não presenciamos, em nenhum momento, o aguardo de homens.

A seguir apresentamos um croqui da parte interna do Mini – Presídio, evidenciando a área a qual tivemos acesso, pois o presídio é mais amplo do que o alcance de nossa pesquisa.

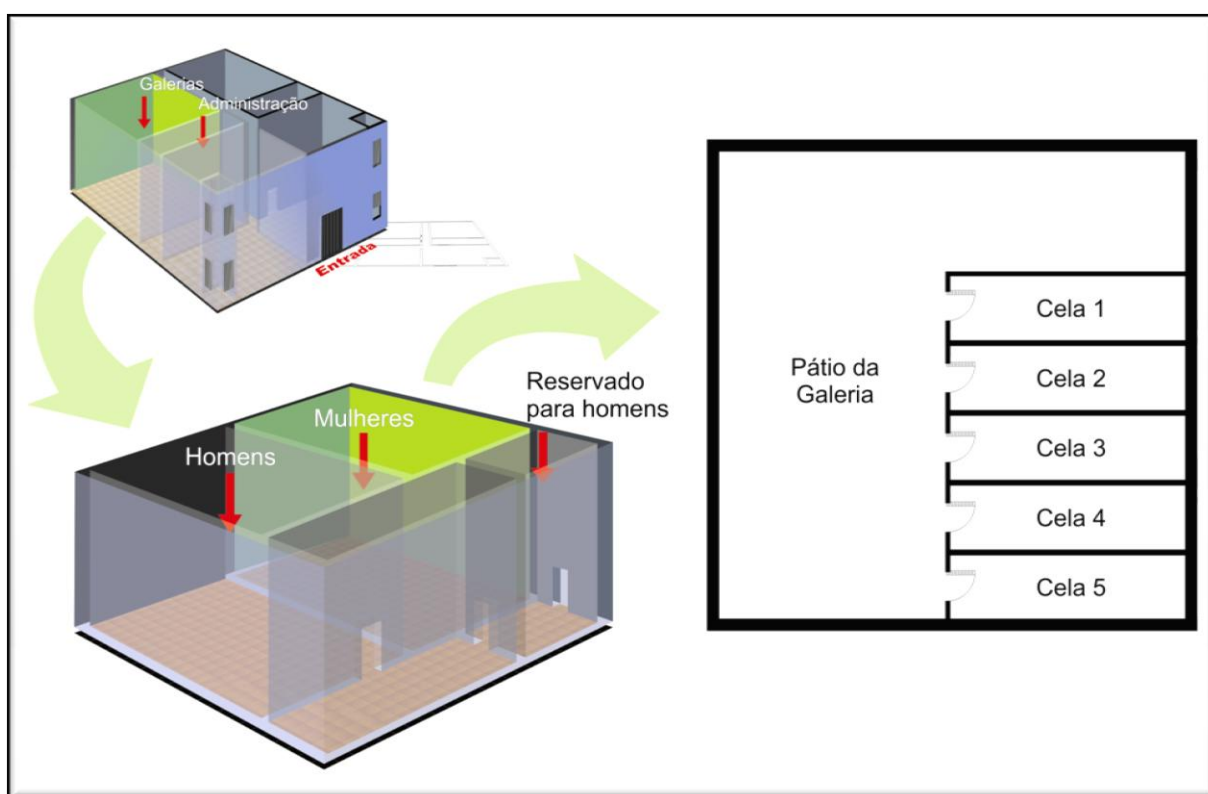


Figura 04: Croqui do Interior do Mini – Presídio Hildebrando de Souza
Organização: BOUFLEUR, Rodrigo Carlos, 2011.

²⁹ Os alimentos da Semana também são chamados pelos detentos de ‘Sacola’, ou seja, são fornecimentos alimentícios que os parentes entregam em todas as sextas – feira do mês, com os quais os presos passam o resto dos dias da semana.

Como podemos observar na imagem apresentada, embora o Mini – Presídio Hildebrando de Souza possua uma área com várias divisões, nossa análise está relacionada à parte feminina de uma das galerias. Afinal, seria difícil trazer discussões gerais das outras áreas do Mini – Presídio, uma vez que não tivemos acesso a elas³⁰. As mulheres se encontravam encarceradas entre duas galerias masculinas, estando dessa forma, confinadas e ‘antenadas’ com tudo que acontecia no universo masculino.

A área demonstrada na figura, a qual se chama de ‘reservado para homens’, é direcionada exclusivamente para homens que cometem determinados tipos de crimes, os quais, não são aceitos pelos demais presidiários. Homens que são presos por crimes como estupro e pedofilia, ou até mesmo por ‘caguetar’, ou seja, entregar um companheiro, por exemplo, precisam ser espacialmente separados dos demais, ou correm o risco de sofrer vários tipos de agressões, psicológica, física e até mesmo sexual. É interessante observamos que, apesar das mulheres encarceradas também terem essa prática, apenas direcionadas a tipos de crimes diferentes, não existe um espaço diferenciado para separação dos corpos. Mulheres que são condenadas por matar uma criança, por exemplo, o pior tipo de crime para as encarceradas, não são separadas das demais, tendo que passar por vários tipos de violências e humilhações.

Na figura 05 é possível visualizar a entrada das galerias onde as pessoas se encontram encarceradas. Em frente está à parte masculina e à esquerda, a parte feminina. Embora homens e mulheres estejam separados espacialmente, é possível a comunicação entre eles por diversas técnicas que serão discutidas a seguir.

³⁰ Nosso acesso as galerias foi mínimo, o que segundo os funcionários, foi para preservar nossa segurança.



Figura 05: Entrada das Galerias Masculina e Feminina do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Data: 18/01/2010

No Mini – Presídio Hildebrando de Souza as presas estavam encarceradas em uma galeria a qual contém 05 celas, chamadas pelas mulheres de ‘X’. Em cada cela moram entre 12 a 15 mulheres, dificilmente passando dessa média. A

capacidade formal é de 06 presas por cela. Utilizamos a palavra 'moram' de forma proposital, pois, cada 'X' funciona nos moldes de uma residência como qualquer outra, habitada por uma família, por certo, em moldes especiais. Optamos por essa nomenclatura, pois é a utilizada pelas presas. Não foi raro as mulheres evocarem essa palavra, 'família', para descreverem seus relacionamentos cotidianos com as outras encarceradas.

A espacialidade do cárcere, como qualquer outra, é permeada por relações de poder, compreendida nessa pesquisa a partir dos moldes de Foucault (1988),

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma o corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 102-103)

O cárcere possui regras específicas a serem cumpridas. Regras que não estão escritas formalmente, mas são exercidas e reconhecidas por quem entra na dinâmica de relações que constituem o espaço carcerário. Nesse sentido, há uma série de formas de exercício de poder que se sobrepõe umas as outras em feixes de relações cruzados. São as regras formais do cárcere, dos agentes penitenciários, do direito penal e assim por diante, que somam - se com as regras da vida cotidiana do cárcere. Nessa perspectiva, não há níveis hierárquicos, mas mesclas de relações de diferentes características que se cruzam e interpõem. Ainda segundo as idéias de Foucault (1988), não devemos procurar a existência de um ponto central, um foco único de soberania de onde se emana o poder. Muito pelo contrário. O poder está em toda parte, provém de todos os lugares, sendo o suporte das correlações de força, as quais devido a sua desigualdade induzem continuamente a novas configurações de poder, sempre localizados e instáveis.

Cada 'X' apresenta uma dinâmica própria a qual está intimamente ligada com a mulher que está em sua 'chefia', ou seja, na posição central das relações de poder. Geralmente, a mulher que está há mais tempo presa é a chefe do 'X' onde vive. Contudo, há outra situação em que a conquista da chefia também pode ocorrer.

Por exemplo, uma mulher que já possui uma rede de poder externa e é detida, leva consigo certo “capital” que a permite conquistar rapidamente o poder do “X”, ultrapassando o critério temporal. Se isso ocorrer, no momento de sua chegada, ela assume o ‘X’ e toda a dinâmica interna é alterada segundo seus modos.

Mas o que caracteriza essa chefia? Diversos elementos, desde a escolha de certas companheiras para determinadas tarefas, até mesmo o poder de acolher ou expulsar alguma presa da cela. A vida cotidiana dentro da cela é regrada, com direito a punição, seja ela verbal ou física, para quem burle regras.

Essas regras são estabelecidas para cada pequeno aspecto do cotidiano. Um aspecto muito curioso é relacionado ao acesso às camas. Cada cela possui apenas 06 camas, chamadas pelas mulheres de ‘jegas’. É 02 beliches construídos com cimento divididos em 03 camas cada um (Imagem 06 e 07). O acesso as ‘jegas’ é permeado por explícitas relações de poder, no sentido de que, apenas as presas mais antigas, possuem uma. O restante das presas dorme em colchões esticados no chão da cela. Essa prática é parodiada pelas mulheres a partir da expressão ‘dormir na praia’. Existem até castigos que nos foram relatados pelas presas relacionados à vida noturna do ‘X’. Se alguma presa ofender de qualquer forma a chefe do ‘X’, ela é transferida para passar algumas noites de sono na ‘tumba’, um buraco com aproximadamente 50 centímetros de altura, localizado embaixo da última ‘jega’.

A dinâmica cotidiana do cárcere é embebida em relações de poder. Entretanto, não estão na exterioridade com relação a outros tipos de relação, ou seja, existem múltiplas especificidades que permeiam essa dinâmica. Como afirma Foucault (1988, p. 104), “as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam um papel diretamente produtor”.

Pesquisadores como Rose (1993) incorporaram as idéias foucaultianas de poder para pensar em conceitualização e metodologias que podem ser empregadas em análises geográficas. O conceito de ‘espaço paradoxal’³¹, proposto pela autora, é

³¹ Em sua perspectiva de espaço paradoxal Rose (1993) utiliza o conceito de território que, segundo a mesma autora, é compreendido dentro da ciência geográfica, como território hegemônico e masculino. Nesse território conquistado pela força masculina, ainda existe o espaço do feminino, em posição periférica, não excluída. Para uma melhor construção metodológica do conceito, as geógrafas feministas, adotaram as posições de centro e margem, articulados de forma tensa, e constantemente re – elaborando os papéis dos sujeitos sociais. (SILVA, 2004). Ou seja, ora um sujeito pode estar em uma relação de maior poder com relação aos outros - centro, e ora em posição periférica nas relações de poder - margem.

um exemplo de como as relações de poder podem afetar a espacialidade de sujeitos em determinadas dinâmicas.



Figura 06: Vista dos beliches no interior das celas.
Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.
Data: 18/01/2010



Figura 07: Vista de uma das camas do interior das celas.
Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.
Data: 18/01/2010

Nas imagens 06 e 07 apresentadas anteriormente podemos observar características muito peculiares do universo carcerário feminino, como por exemplo, a decoração – claro que dentro do possível de suas condições – dos beliches foi relatada pelas mulheres como uma maneira de tentar deixar o espaço o mais agradável e menos deprimente possível. A grande maioria possui fotos da família e folhas com orações coladas nas paredes das ‘jegas’. Segundo elas, isso é uma forma de lembrarem que precisam ser fortes, principalmente pelos filhos.

Assim, o poder se expressa até mesmo na hierarquia do uso que se faz do espaço físico. A cela, enquanto espaço coletivo possibilita apenas as mais poderosas o direito de possuir um espaço próprio que expresse sua individualidade, como as recordações da família e as expressões de religiosidade. As que se encontram em posição de menor poder são desprovidas do direito à exposição desses elementos e suas marcas são, portanto, despercebidas.

Podemos recordar novamente as proposições de Foucault (1988) quando o autor discute que todo poder exige a instauração de um contra - poder, ou seja, uma resistência. A partir das falas das mulheres, nos parece necessário realizar uma consideração com relação a essa proposição de Foucault (1988). Não observamos em nenhum momento as presas instituírem qualquer tipo de manobra, explícita ou implícita para tensionar a ordem de poder estabelecida pela 'chefe', muito pelo contrário, 100% das mulheres afirmaram que, sempre, procuravam prestar todo o tipo de auxílio à líder, evitando embates e situações de conflito. Esse dado nos parece muito interessante, principalmente no momento em que recordamos as proposições foucaultianas sobre os mecanismos cotidianos do poder. As mulheres afirmaram não haver nenhum tipo de conflito com a líder da 'X', esse fato é paradoxal quando verificamos que existem práticas de castigos entre elas. Isso nos leva a questionar o quanto essa convivência é passível e amigável, como nos foi colocado pelas detentas.

Existem outras características que são muito peculiares do espaço carcerário feminino. A importância que é dada a higiene nas celas apareceu durante as conversas com as presas como um assunto de muita relevância. Essa questão será mais bem discutida na subseção a seguir. Como já afirmamos anteriormente, a chefe de cada 'X' determina qual companheira vai realizar determinada tarefa ao longo da semana. São tarefas como, limpar, cozinhar, arrumar. Nas figuras 08 e 09 as mulheres fotografaram exemplos dessas tarefas.



Figura 08: Presa realizando trabalhos cotidianos: lavagem de roupas

Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Data: 18/01/2010



Figura 09: Presa realizando trabalhos cotidianos: preparo da alimentação coletiva.

Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Data: 18/01/2010

É importante destacar que cada moradora do 'X' precisa realizar algum tipo de tarefa, ao menos que possa 'pagar' para alguém fazer isso. O pagamento que nos referimos é feito através de cigarros, chamados pelas detentas de 'giz'. Cada 'giz' representa no cárcere cerca de R\$ 1,00 real. Essa é a moeda utilizada pelos presos em geral. Existem também outras trocas que envolvem esse tipo de dinâmica, como produtos de higiene e 'luxos' alimentares, como chocolates, refrigerantes e frutas, mas são muito menos comuns do que as transações envolvendo cigarros.

Além dos beliches com as 'jegas', nos 'X' existe um chuveiro e uma privada no chão, chamada pelas mulheres de 'boi'. Essa espécie de banheiro, se assim poderíamos dizer, não fica separado do resto da cela por nenhuma espécie de divisória, estando bem ao lado da cozinha improvisada pelas mulheres, como mostra a figura 09. Em alguns 'X' as mulheres penduram lençóis ou toalhas para construir uma parede que divida essas duas áreas da cela. Se observarmos atentamente a

figura 06, conseguimos perceber essa divisão feita por um lençol azul no canto esquerdo da fotografia. As figuras 10 e 11 representam, respectivamente, o 'boi' e o 'chuveiro'.



Figura 10: O 'boi'.

Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Data: 18/01/2010



Figura 11: O chuveiro do 'X'.

Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

Data: 18/01/2010

No Mini – Presídio Hildebrando de Souza as mulheres não ficam presas em suas celas às 24 horas do dia. Cerca de 08h00 horas da manhã, os policiais e carcereiros responsáveis pelas galerias abrem as grades de cada 'X', permitindo aos presos circularem entre as celas. As grades são fechadas novamente às 17h00 horas da tarde, devendo os presos permanecer trancados até a manhã seguinte. Nesse período do dia em que as presas circulam pela galeria feminina, elas desenvolvem algumas atividades para, utilizando a expressão das detentas, 'matar o tempo'.

A prática mais corrente é a correspondência com os homens encarcerados na galeria ao lado. Essa comunicação é feita através de pequenos bilhetes, chamados pelos presos de 'pipo', que são entregues para dar recados aos familiares também encarcerados, amigos, e principalmente, para construir relacionamentos amorosos, ou seja, namoros. Essa dinâmica é central no cotidiano dos presos, e

encarada de forma extremamente séria. A decisão de aceitar a proposta de namoro, ou mesmo de terminá-lo, é inteiramente da presa. Elas têm total liberdade de ‘trocar’ de namorado no momento em que desejarem, sem sofrer nenhum tipo de retaliação da galeria masculina.

Entretanto, uma mulher não pode ‘roubar’ o namorado de outra, e se o fizer esta passível a sofrer vários tipos de retaliações. Até mesmo no momento em que são retiradas da galeria devido a algum motivo como, por exemplo, idas ao ‘P.S.’, ou seja, Pronto Socorro, as mulheres ‘solteiras’ devem se policiar para não olhar diretamente para a galeria masculina. O motivo desse condicionamento se dá devido ao fato de que uma companheira de cárcere casada pode não gostar que a outra presa olhe para seu marido.

Concluimos também que essa prática de envio de ‘pipos’ serve da mesma forma como um mecanismo de contra - poder instituído pelos presos. A divisão espacial do cárcere prega a total separação entre os corpos e os cotidianos de homens e mulheres, entretanto, essa regulamentação é burlada através dos ‘pipos’, a qual é, até mesmo, facilitada pelos carcereiros e policiais. Entre outras práticas de comunicação, percebemos o uso da ‘campana’, um espelho que os presos seguram para fora da grade principal da galeria para poderem ver a galeria oposta.

Acreditamos já ser possível extrair uma simples conclusão a partir das imagens apresentadas. As celas não possuem nenhum tipo de conforto doméstico. Ouvimos inúmeras vezes as mulheres reclamarem por não ter acesso a simples objetos, como, por exemplo, locais onde sentarem como sofás, cadeiras ou mesmo pufes. Quando não estão sentadas nas ‘jegas’, são obrigadas a se sentarem no chão ignorando todo o desconforto físico que isso pode trazer.

Uma prática realizada com frequência pelas mulheres na prisão é a improvisação de tudo o que não tem acesso. Na imagem 09 podemos observar uma presa ‘re - cozinando’ a refeição do dia em um fogão improvisado com um pequeno pedaço de brasa dentro de um tijolo. Outros tipos de objetos também são improvisados, como mesas com caixas de papelão, por exemplo. A figura 12 ilustra outra prática, com roupas e mesmo cobertores dobrados, as presas constroem suas cadeiras.

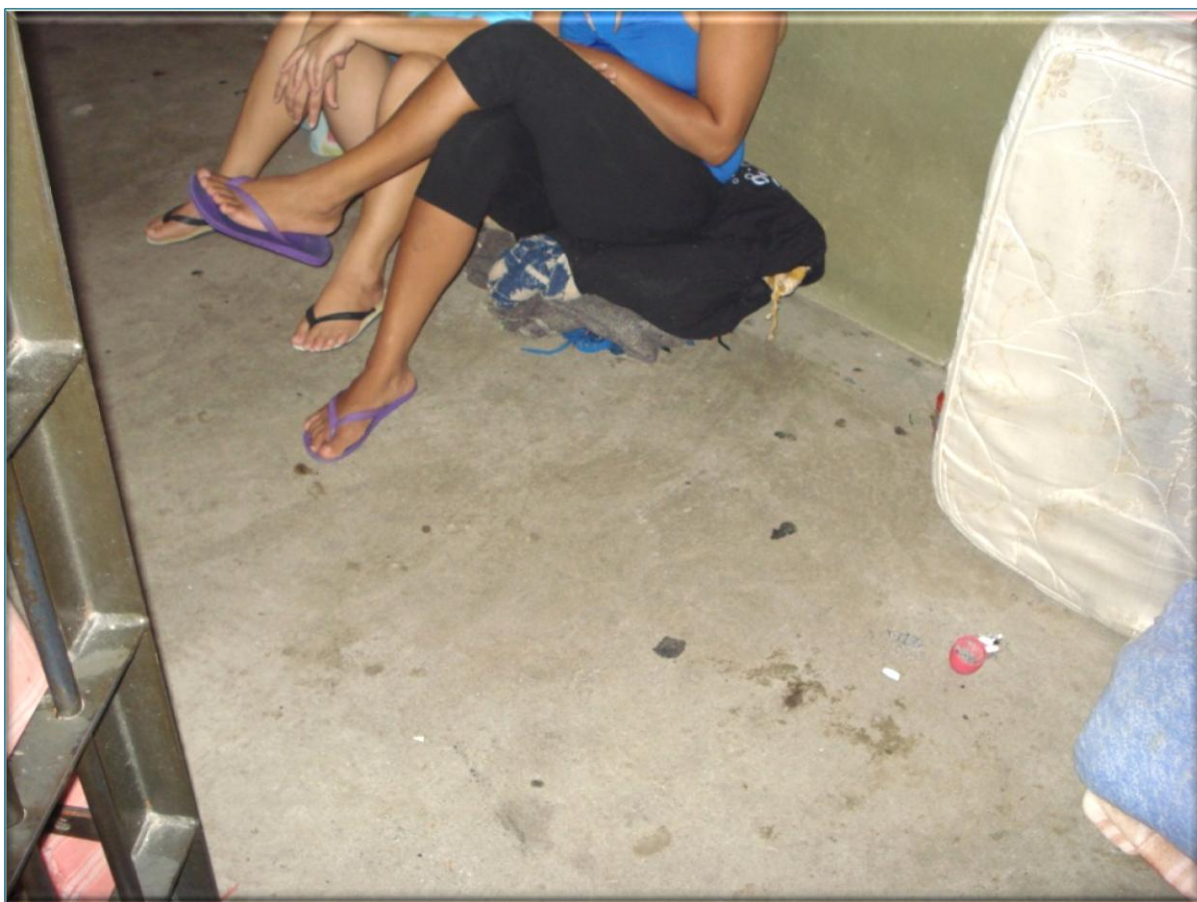


Figura 12: Presas improvisando cadeiras.
Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.
Data: 18/01/2010

As figuras que apresentamos podem nos provocar inquietações como as discutidas por Goffman (1959), no sentido de interpretá-las de forma a perceber qual a representação que o grupo está objetivando construir sobre si mesmo a partir dessas figuras. O autor afirma que a informação que um indivíduo passa serve para definir sua situação, perante si mesmo e os outros. Para os observadores, essa representação permite que sejam construídos estereótipos, bem como, supor que determinados indivíduos são provavelmente encontrados em um dado cenário. Em outras palavras, pode ser realizada uma associação entre espacialidade e corporalidade.

No caso desse material imagético, podemos perceber que as detentas optaram por enfatizar determinadas características que ilustram sua realidade bem como seu perfil enquanto grupo, sejam elas positivas ou negativas. Ou seja, em determinados momentos reafirmaram determinados conceitos comuns da sociedade

com relação aos espaços prisionais e em outros, desconstruíram sua imagem veiculada no senso comum com relação aos presidiários.

Se observarmos todas as figuras atentamente, conseguimos concluir que quando foram fotografados aspectos físicos de infra – estrutura do Mini – Presídio, como por exemplo, o chuveiro, as camas, o ‘boi’, as mulheres enfatizaram a precariedade desses elementos. As mulheres optaram por mostrar a sociedade sua total falta de conforto, bem como as péssimas condições de vivência cotidiana nas celas. As figuras 07, 10, 11 e 12 demonstram muito bem nossa discussão.

Em contrapartida, observamos figuras em que as mulheres parecem desconstruir a visão que é divulgada no Brasil que vê o presidiário enquanto pessoas desocupadas, desinteressadas e vagabundas. As detentas nos trouxeram imagens de colegas trabalhando com artesanatos, cozinhando, lavando roupas, ou seja, desenvolvendo algum tipo de atividade de trabalho no cárcere. Além disso, é interessante atentar para o fato de que todas as imagens que elas criaram enfatizam uma espacialidade que é essencialmente feminina, com trabalhos essencialmente femininos. Na figura 07, vemos as ‘jegas’ das mulheres, bem arrumadas, decoradas da forma mais agradável possível. Já nas figuras 06, 08 e 09 percebemos as mulheres realizando trabalhos, desconstruindo da mesma forma a idéia de que são desocupadas e preguiçosas.

A forma espacial física dos cárceres é parte do poder que a estrutura penal exerce sobre as pessoas encarceradas. A privação da liberdade, associada à falta de privacidade, às condições precárias de higiene e do mínimo conforto, como acesso a uma cama, deterioram a auto-estima e impõe humilhação constante. As prisões, ou parafraseando Goffman (1988), ‘instituições totais’, tem como um de seus principais objetivos a retirada completa dos traços de individualidade, de singularidade buscando tornar os corpos idênticos. Entretanto, concluímos que as mulheres conseguem subverter essa ordem, criando uma lógica de relações de poder que permitem a expressão de suas identidades pessoais, ‘direito’ esse que, contudo, não alcança todas.

2.3 AS RELAÇÕES INSTITUÍDAS E INSTITUINTES DO COTIDIANO CARCERÁRIO NO MINI – PRESÍDIO HILDEBRANDO DE SOUZA

O espaço carcerário se constrói de uma relação de duplo vínculo. Ao mesmo tempo em que as relações sociais instituem e qualificam o espaço carcerário, ele é elemento dessas mesmas relações. Entrar em um espaço carcerário, na situação de detenção, é uma experiência descrita pelas presas como sendo muito difícil. Quando questionamos as mulheres acerca de sua primeira sensação ao adentrarem no espaço carcerário, obtivemos dezesseis evocações que se dividiram em três categorias, sendo que, 16,5% relataram que sentiram medo ao se verem na prisão, como podemos observar na fala a seguir,

Foi medo, um lugar que eu não conhecia ninguém. Mas pra mim a prisão é como uma clínica, mesma coisa, a vantagem é que aqui eu posso fuma meu cigarro, posso assisti minha televisão, essa é a diferença³².

O sentimento de tristeza representou 62% estando, também, dividido em duas situações específicas. A tristeza por estar fechada representou 90% das evocações dessa categoria e 10% a tristeza dessas mulheres por estarem longe da mãe e dos filhos.

Obtivemos também evocações que não se relacionavam a nenhum tipo de sentimento especial associada à situação de já conhecimento da espacialidade carcerária, ou seja, o não estranhamento da prisão devido à detenção de parentes e conhecidos, bem como, das pessoas que já estão encarceradas. O trecho a seguir, demonstra essa situação,

Você já tem noção, tá ligado, de como é vir pra cá, então não se assusta quando vai chega, porque já tem noção. Tem noção de que uma hora ou outra você vai cair, que é pra cá que você vai vim, não parô porque não quis, então não adianta chora por tá aqui³³.

³² Fala da depoente Vitória. Entrevista realizada no dia 20 de Novembro no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

³³ Fala da depoente Maluquinha. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

Essa é uma das especificidades do espaço carcerário da cidade de Ponta Grossa, um município de porte médio. É interessante observar que as pessoas envolvidas no mundo criminal estão conectadas por uma rede que se mantém até mesmo no momento do encarceramento. Dificilmente chega ao cárcere uma mulher desconhecida. No momento de sua chegada, essa rede de relações instantaneamente se re - configura devido a sua corporalidade, bem como as relações de poder vigentes. As inimizades, rixas e coleguismos trazidos da exterioridade persistem. Por esse motivo, reforçamos nossa proposição do espaço carcerário apontada no capítulo anterior, como um espaço dinâmico, sempre sendo construído e desconstruído.

Como já afirmamos, uma das complexidades do espaço prisional feminino é a questão familiar, a qual tem papel central nessa dinâmica. Não estamos afirmando de nenhuma forma que a relevância dessa questão é inexistente no caso masculino, apenas que na espacialidade carcerária feminina essa importância é exacerbada de forma muito mais evidente. O gráfico a seguir demonstra as evocações obtidas com relação à reação que as famílias dessas mulheres tiveram no momento de seu encarceramento.

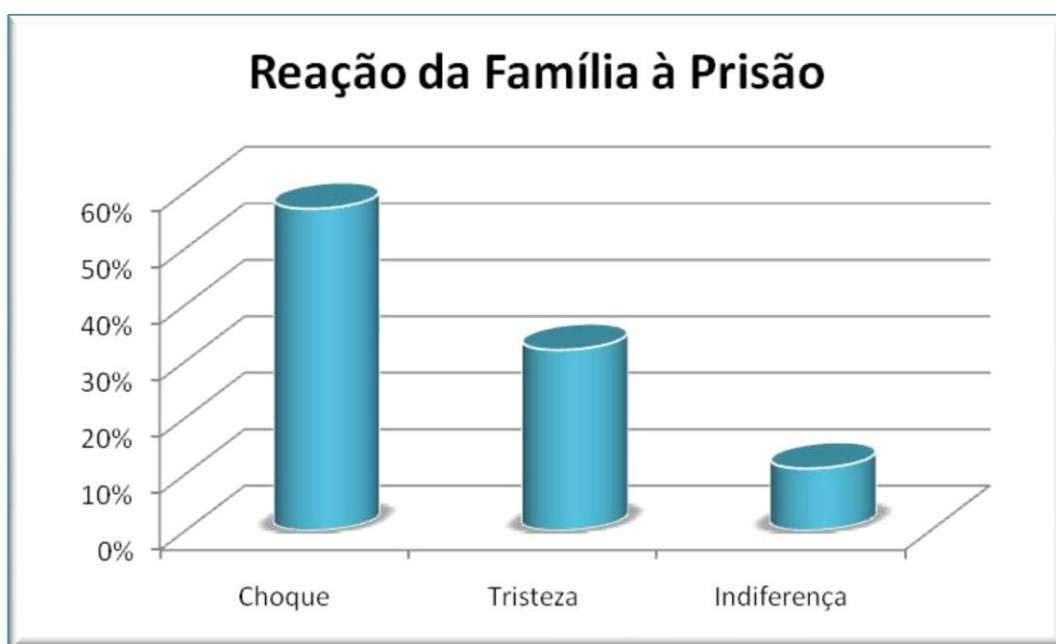


Gráfico 10: Encarceradas - Reação da Família á prisão.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.

Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Observamos um total de dezesseis evocações acerca da reação da família, divididas em três categorias essenciais. O sentimento de choque foi o mais expressivo, representando 57% do total. Podemos afirmar que essa categoria se subdividiu em três situações específicas, ou seja, desse total, 23% das mulheres relataram que sua família sentiu choque no momento de sua prisão devido ao não envolvimento da presa com o mundo criminal. Outras 33% afirmaram que o choque foi grande devido ao fato de que a família desconhecia que elas praticavam atividades ilegais. O restante 44% relatou que a família ficou chocada devido ao fato de que elas estariam afastadas de seus filhos por um período de tempo indeterminado. Como podemos observar na fala da presa, a qual diz que, *'Foi um choque porque pense, deixa a menina de 11 mês. Foi um choque porque eles nem imaginavam'*³⁴.

O sentimento de tristeza por parte da família foi observado como representando 32% do total de evocações e o restante 11% afirmaram que a família não teve nenhum tipo de reação em especial. Essas mulheres nos relataram a falta de interesse da família por suas vivências, não sendo raro nesses momentos, o rolar de lágrimas quando pensavam nessas situações. O interessante foi que em nenhum momento essas mulheres apresentaram sentimentos de ressentimento com relação aos familiares pelo seu descaso, muito pelo contrário, elas relatavam que, apesar de tudo, sua família estava agindo certo por abandoná-las dessa forma, pois, afinal, elas eram as desajustadas, as 'ovelhas negras' da família.

A questão familiar no espaço carcerário feminino é supervalorizada, especialmente a representação que elas construíram com relação à figura materna. Aparentemente essa imagem de mãe – santa, de uma criatura pura e sem pecados é o modelo que elas utilizam para moldar sua própria postura materna. Nesse trabalho, consideramos que, assim como outros tipos de sentimento, como o amor romântico, por exemplo, o amor materno não é uma dádiva divina, e sim, uma construção social e cultural que vêm sendo desconstruída e re – construída permanentemente pelas sociedades (BADINTER, 1980). Sendo assim, essa idéia pura e imaculada criada da figura materna pelas presas deve ser entendida como o fruto de uma espacialidade própria, a qual apresenta suas complexidades específicas.

³⁴ Fala da depoente Isabele. Entrevista realizada no dia 10 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

Mesmo soando paradoxal, podemos afirmar que o espaço carcerário é aberto, é vivo e plural. Sua abertura e também de sua complexidade são construídas cotidianamente pelos relacionamentos que são criados pelos sujeitos que estão envolvidos nessa dinâmica. Relembrando as proposições de Massey (2008) afirmamos que é impossível pensar um espaço no qual todas as conexões entre sujeitos já tenham sido feitas, estabelecidas. O cárcere se constrói dessa forma.

A questão dos relacionamentos criados a partir dessa espacialidade é um assunto que exige muito cuidado. Por que afirmamos isso? É simples. Apenas porque os tipos de relacionamentos que poderíamos classificar como negativos na exterioridade, na espacialidade carcerária essa situação se inverte, e vice e versa. O gráfico a seguir demonstra as categorias de evocações que obtivemos com relação às redes de relacionamento que as mulheres criaram entre si na prisão.

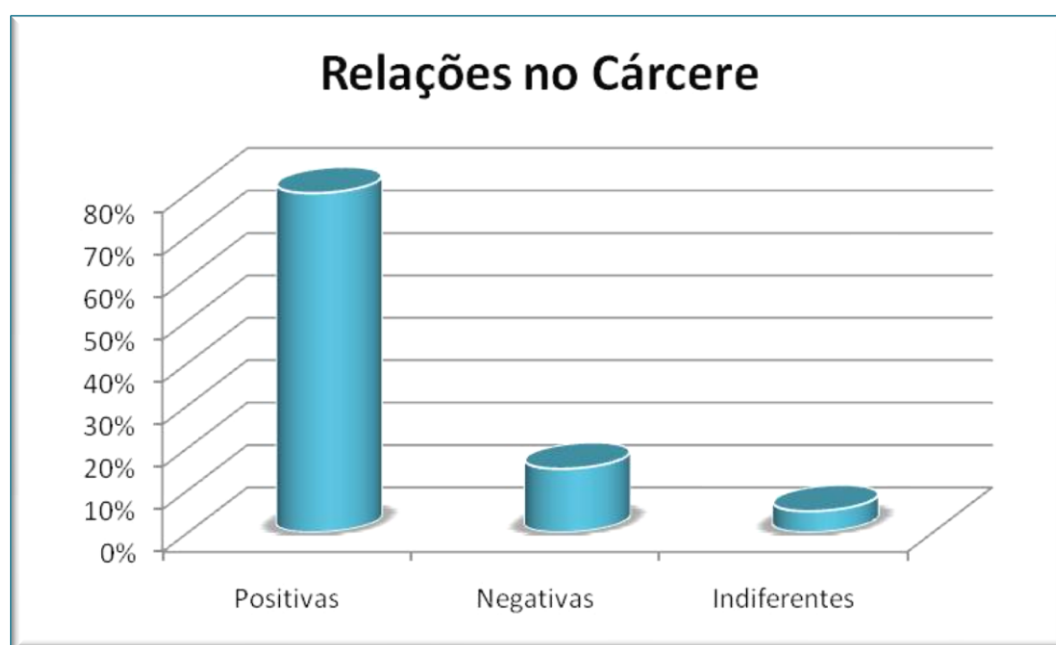


Gráfico 11: Encarceradas - Relações no Cárcere
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.
Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Podemos observar que a maioria das mulheres, 80% delas, afirmaram que sua relação com as outras presas são positivas, sem nenhum tipo de estranhamento. Entretanto, é válido esclarecer que para essas mulheres o relacionamento que pode ser encarado como positivo é o sentimento de coleguismo,

não de amizade. Para elas, o sentimento de amizade verdadeiro é totalmente inexistente nessa espacialidade. A fala a seguir demonstra essa realidade,

Ah, pra falar a verdade, amizade assim, num lugar desse, não tenho. Têm companheiros, amizades mesmo, amiga, aquela pessoa que tá lá sempre lado a lado com você não tenho. Companheiras que vivem com agente. Aqui é um lugar que rola muita maldade, inveja, ninguém quer ver teu bem, sabe como. Então amizade assim, não, companheiro. Amizade que pode conta pra tudo, não³⁵.

Das outras, 15% afirmaram que seu relacionamento com as outras presas é negativo, devido a rixas da exterioridade e por brigas que ocorreram logo após seu encarceramento. Isso não é raro. Dependendo do tipo de delito pelo qual a mulher foi presa, ela pode sofrer alguns tipos de retaliações pelas outras encarceradas. Já afirmamos anteriormente que, um dos piores tipos de crime para as mulheres é a agressão contra crianças. Nesse caso, a mulher tem a inimizade de todas as outras, sofrendo agressões de todos os tipos. A fala a seguir ilustra as inimizades que persistem no espaço carcerário,

Tenho, bastante inimigo por causa do tráfico lá fora, tipo assim, eu trabalho pra uma pessoa e você trabalha pra outra pessoa. Então tem rivalidade. Eu falo assim, eu mato polícia e não mato traficante, pra gente fica do mesmo lado. Eles pensam diferente.³⁶

O restante das presas, 5% afirmaram que vivem um tipo de relação com as outras detentas de distanciamento, devido ao seu sentimento de não pertencimento àquele grupo de pessoas.

Essa questão da convivência é complexa no espaço carcerário. Quando questionamos as mulheres sobre as maiores dificuldades daquele espaço, 35% nos relataram que a convivência é a pior coisa, devido também a pequena área e a superlotação de pessoas. O gráfico a seguir ilustra as evocações relacionadas às maiores dificuldades do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.

³⁵ Fala da depoente Juliane. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

³⁶ Fala da depoente Maluquinha. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.



Gráfico 12: Encarceradas - Maiores Dificuldades no Cárcere.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.

Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Como podemos observar acima, as questões de higiene e a superlotação foram as mais expressivas do total de trinta e nove evocações. A primeira, representando 39% do total e a última com 35%. A precariedade do sistema prisional brasileiro de forma geral não é nenhuma novidade para quem está atento a jornais e noticiários televisivos. Entretanto, na fala das mulheres foram expressivos pequenos detalhes que não imaginávamos que seriam tão relevante para elas. Um exemplo disso foi à questão do cheiro do ambiente, que foi relatada por 60% delas como sendo uma das coisas que mais as incomodavam. Desse total que evocou a higiene como a pior dificuldade do espaço carcerário, 74% reclamaram do fato de não possuírem chuveiro aquecido, sendo assim, obrigadas a tomar banhos gelados mesmo no inverno. Para ilustração, ver a figura 11.

O restante, 26% afirmou que a pior dificuldade relacionada à questão da higiene é a falta de produtos como shampoos e sabonetes por exemplo. O Mini – Presídio raramente provê esse tipo de material para os presos, sendo esse fornecimento de responsabilidade da família. Essa situação é problemática, uma vez que existem mulheres as quais a família não possui condições de provê-las e da mesma forma, existem casos de presas que são abandonadas pela família. A fala de

um das presas, relatando sua dificuldade em conseguir materiais de higiene demonstra essa situação,

Parte de higiene também. Assim, que eles não ajudam agente com nada, agente que tem que fazer o corre, agente que tem que conseguir. Tipo, eles dão, mais é lá de vez em quando, um sabonete, uma pasta de dente, um absorvente pras mulher, papel higiênico, mas não é sempre. Agente que tem que fazer o corre e conseguiu.³⁷

Do total de mulheres, 82% delas afirmaram não serem usuárias de drogas, entretanto, observamos que as que faziam uso de entorpecentes, sendo estes, majoritariamente o crack, não tiveram nenhum tipo de atendimento para largar o vício. Concluímos a partir das falas dessas mulheres que elas experienciam uma dinâmica de altos e baixos de sua dependência química, ou seja, enquanto estão encarceradas elas permanecem em uma situação de sofrimento devido à abstinência da droga. Quando são libertadas sem terem passado por um tratamento adequado e mediante a vivência de suas espacialidades anteriores à prisão, sua tendência é retomar o uso do crack, o que pode ocasionar seu retorno a criminalidade e consequentemente, ao cárcere.

Como observamos no gráfico, a questão da superlotação foi relatada como sendo uma das grandes dificuldades dessa espacialidade por 35% das mulheres entrevistadas. As imagens a seguir demonstram essa dificuldade.

³⁷ Fala da depoente Vilma. Entrevista realizada no dia 12 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.



Figura 13: Presas demonstrando situação de superlotação das celas.
Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.
Data: 18/01/2010



Figura 14: Presas realizando trabalhos artesanais no interior da cela.
Autoria: Detentas do Mini – Presídio Hildebrando de Souza.
Data: 18/01/2010

Podemos dividir essa situação de superlotação em duas categorias específicas, ou seja, 72% se relaciona ao excesso de pessoas em si, vivendo em um espaço muito pequeno e o restante, 28% afirma que a maior dificuldade da superlotação é a falta de cama para todas. Na subseção anterior, já relatamos toda a dinâmica embebida por relações de poder envolvida na questão do acesso as camas.

Podemos continuar discutindo que 5% do total de presas afirmaram ser a alimentação a maior dificuldade, como observamos na fala de uma das detentas, a qual disse que, *‘ é horrível, nossa. E depois, essa foi uma das piores coisas que eu tive quando eu cheguei, porque eu olhava daonde vinha aquela comida, e eu achava horrível, dava nojo.’*³⁸. O restante das mulheres, 20% delas afirmou que a questão ligada à saúde é sua principal dificuldade. Desse universo de mulheres, 63%

³⁸ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 14 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

consideravam que essa dificuldade estava ligada ao descaso por parte dos administradores do Mini – Presídio.

É interessante apontar que todas as evocações relacionadas às dificuldades do cárcere foram relatadas de forma geral por todas as mulheres. O que queremos dizer com isso? Que, mesmo de forma periférica, todas as mulheres apontaram em suas falas todas essas questões, ou seja, não existiu um grupo que apontou apenas a higiene, ou apenas a saúde como dificuldade, e sim, que algumas mulheres deram mais ênfase a tal aspecto, e outras a outros aspectos. Possivelmente essa ênfase foi dada levando em conta a sua própria condição antes do encarceramento. Ou seja, para mulheres que entraram no espaço carcerário com algum tipo de doença, a questão da saúde foi a que mais pesou, mas a superlotação e os problemas de higiene também foram apontados, apenas com menor intensidade.

A imagem anteriormente apresentada demonstra algumas especificidades muito interessantes do universo carcerário feminino. Como já comentamos anteriormente, as mulheres não tem nenhum tipo de acesso a programas educacionais dentro do Mini – Presídio. Podemos observar que suas atividades ‘profissionais’ cotidianas se limitam a confecção de artesanatos para venda na exterioridade, como a figuras 13 e 14 representam de forma incrivelmente visível. Não foi incomum durante as entrevistas as mulheres estarem usando algum tipo de acessório confeccionado por elas próprias, como gorros, blusas e enfeites de crochê. Essa atividade informal realizada pelas presas é também utilizada na tentativa de prover algum tipo de conforto extra no cárcere, conforto esse não proporcionado pelo Estado. Não estamos falando aqui de itens absurdos, mas sim, de coisas simples como cobertores e travesseiros por exemplo.

Gostaríamos da mesma forma de relembrar que o perfil do grupo das mulheres presas nos apontou que são mulheres invariavelmente pobres. Isso é interessante quando observamos que nenhuma delas reclamou da falta de conforto dessa espacialidade de forma propriamente dita. Apenas nomearam aspectos como o chuveiro frio e o difícil acesso às camas. Acreditamos que essas mulheres, moradoras das áreas de mais baixa renda da cidade, já não tinham acesso a vários tipos de bens.

Antes de seguirmos adiante com nossas discussões sobre os questionamentos propostos às encarceradas, gostaríamos de comentar brevemente sobre uma curiosidade dos espaços carcerários, qual podemos observar na última

figura apresentada, a questão relacionada às tatuagens nas prisões. Essa forma de arte corporal há muito é conectada aos espaços carcerários, não sendo raro escutarmos no dia – a – dia expressões como ‘olha a tatuagem, essa foi *cadeiera*’. Paredes (2003) investigou a significação que determinadas figuras de tatuagem possuem no cárcere, chegando a conclusão de que essa forma de representação corporal está relacionada a determinados tipos de crimes. Chegamos à mesma conclusão com relação às tatuagens das mulheres encarceradas, ou seja, todas são provenientes de algum tipo de delito que cometeram e mais ainda, de algum momento marcante que viveram no mundo do crime. A fala de Maluquinha esclarece essas significações,

Eu tenho o sanguinário, que é quando você matou alguém. Aí tenho o escorpião no pé que é o símbolo do tráfico. É assim, cada tatuagem tem um significado entendeu. Esse aqui é tipo, o olho do demônio, tá te protegendo de tudo que tão fazendo pelas tuas costas. A sanguinária são números, eu tenho aqui nesse dedo porque é como se fosse a aliança, porque mandei mata um ex marido meu. É a data de morte dele entendeu. Quero fazê um palhaço assim, é o símbolo do furto, assalto a mão armada, e eu curto muito. Cada tatuagem tem um significado.³⁹

Nosso questionamento seguinte estava relacionado à avaliação das pessoas que trabalham naquele espaço, como carcereiros, administradores, policiais e todos os envolvidos. O gráfico a seguir demonstra as três categorias obtidas das dezoito evocações relacionadas a essa pergunta,

³⁹ Fala da depoente Maluquinha. Entrevista realizada no dia 15 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.



Gráfico 13: Encarceradas - Avaliação dos Funcionários do Cárcere.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.

Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Com relação à avaliação das pessoas que trabalham no espaço carcerário foi observado que 44% das detentas afirmaram ser imparciais com relação às pessoas que trabalham na cadeia, não relatando tratamento positivo ou negativo. Outras 39% afirmaram ter uma relação de respeito com os responsáveis, diretor e carcereiros. Apenas 16% afirmaram que se sentem mal tratadas, sendo verificadas as seguintes situações: 67% dizem não ter nenhuma atenção por parte dos funcionários e 33% culpam a pouca quantidade de pessoas disponíveis para atendê-las. Os trechos a seguir, demonstram essa relação,

Os funcionários, os carcereiros eu também não tenho queixa deles, não tenho que reclama deles. Conheci alguns já que já foram trabalhar em outros lugar, veio outras pessoas novas. Então, eu não tenho o que reclama dos funcionários, sempre me trataram bem. Eu, porque que nem eu te falei. Eu, eu respeito eles e eles me dão, que nem, quando você vai conversar com uma pessoa e te dá respeito, eles me dão o respeito. Agora se você não dá o respeito, você não quer ganhar o respeito⁴⁰.

Eu acho muito distante, eles não dão a atenção pro que agente fala, eles não dão a devida atenção que eu acho que devia ser dada. Os carcereiro também são pau mandado né, e a assistente social tem que tá mandando

⁴⁰ Fala da depoente Letícia. Entrevista realizada no dia 23 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

carta, carta pra você pega um papel higiênico, absorvente, tem o kit que eles dão, mas tem que tá escrevendo, tem que tá pedindo⁴¹.

Com relação a questão da violência no Mini – Presídio obtivemos quatorze evocações, sendo que 71% das mulheres afirmaram não terem sofrido nenhum tipo de violência, seja ela física, verbal ou sexual. Do total de 29% das mulheres que disseram ter sido violentadas, 75% alegaram que sofreram violência no momento de sua prisão por parte de policiais, e não no Mini – Presídio. O restante desse grupo, 25% afirmou que sofreu violência por parte das outras presas, devido a enfrentamentos na exterioridade. A fala de uma das encarceradas relata a violência que ela sofreu no momento em que foi detida pelos policiais da cidade de Ponta Grossa,

Quando agente vem presa, olha pode ter certeza que agente apanha de verdade, eles não querem saber, se é mulher ou homem, eles batem mesmo. Nossa, eu fiquei três meses com essas parte das costas, só faltava o número da botina, porque as marca tava inteira nas minhas costas.⁴²

Quando as presas nos relatavam sobre essa questão da violência era um dos momentos de maior revolta durante as entrevistas. E essa revolta era da mesma forma partilhada por nós, pesquisadoras. Perguntávamo-nos incessantemente, procurando o motivo dessa agressão no momento do encarceramento, sempre concluindo que esse tipo de violência é desnecessário e somente aumenta o medo e a descrença que a população brasileira, de forma geral, tem com o corpo de policiais de nosso país. Nesse momento, fazemos uma pausa para expressar nossa total discordância e descontentamento com algumas práticas da polícia militar da cidade de Ponta Grossa.

O gráfico a seguir demonstra as evocações relacionadas às experiências que as mulheres vivem no espaço carcerário.

⁴¹ Fala da depoente Vitória. Entrevista realizada no dia 20 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

⁴² Fala da depoente Polaca. Entrevista realizada no dia 14 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.



Gráfico 14: Encarceradas - Experiências do espaço carcerário
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.
Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Observamos um total de dezoito evocações com relação às experiências vividas no espaço carcerário, sendo destas 50% positivas e 50% negativas. Das positivas, 78% disseram que suas experiências positivas estão ligadas ao aprendizado de dar valor a liberdade, a vida cotidiana na liberdade e, principalmente, a família, como demonstra a fala apresentada a seguir,

Ai não sei de experiência, acho que a da valor mesmo assim, apesar de eu não ter, não fazia né, da valor pra família né, que tão sofrendo, que tão aí lado a lado comigo né. Não me abandonaram, porque o lugar é difícil, a convivência uma com a outra né, tem que guenta muita coisa, não pode fugi, não pode sair de perto, ter que vê e guenta. Né, que cê sabe que convivência com a família já da briga, irrita muito também, a convivência de tá ali e não pode sair de perto, de ter que ver né. Dá valor pra vida⁴³.

Outras 22% relataram que suas experiências mais positivas no cárcere estão relacionadas as amizades que fizeram na prisão. Com relação às negativas, 78% disseram que suas experiências negativas se relacionam diretamente com a

⁴³ Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 12 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

saudade que sentem da família. A fala seguinte retrata essa categoria,

O que eu vô leva comigo? Ah, as minhas amizades. Tem muitas pessoas que você vê, que sabe que dão maior apoio pra você, o que você precisa, nossa, eu vô leva pra casa de verdade, porque o resto.⁴⁴

O restante, 22% relataram que o acesso ao mundo do crime, o qual elas não apresentavam nenhum sentimento de pertencimento, foi a pior experiência que viveram. A fala de uma das mulheres demonstra de forma perfeita uma situação que diversos pesquisadores já vêm discutindo de forma sensata,

E a coisa ruim, é que ninguém muda com cadeia, ninguém muda. Nunca, hoje a pessoa que eu me mostrei ali dentro, se eu saí amanhã e encontra as meninas que são do trafico, que vão continua do trafico, se eu encontra elas e fala, 'olha, me da', elas vão me da, porque elas confiam em mim. Tipo se eu fosse do crime, se eu não tivesse o amor que eu tenho pelos meus filhos e saísse daqui, era só eu liga elas, faze o corre, e fala pra me dá um quilo aí, eu saio traficando, sossegada. Eu só nunca fiz isso, porque não quero, não quero isso. E também porque eu amo muito meus filhos, porque a maioria fala, 'ah, já puxei mesmo, agora eu vo arrepia'. A maioria vai sair, e quem passou uma vez, vai volta, sempre volta. É vício, assim como pro usuário é vício, o trafico é vício.⁴⁵

O envolvimento de pessoas com o mundo criminal é muito maior depois de seu encarceramento. Alguns pesquisadores⁴⁶ já vêm discutindo que a pena de prisão, longe de regenerar um criminoso, apenas o entrelaça ainda mais no mundo criminal, bem como, fortalece suas redes de relações com outros criminosos. Lyra (1975) afirma que a pena de prisão vai contra a dignidade do ser humano, causando da mesma forma, um mergulho ainda mais profundo do encarcerado nas práticas criminais. Nas palavras do autor,

⁴⁴ Fala da depoente Vilma. Entrevista realizada no dia 12 de Janeiro de 2010 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

⁴⁵ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 14 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

⁴⁶ Ver: GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. **O Direito Penal na Era da Globalização**. São Paulo: RT, 2002. LYRA, Roberto. **Condição Moral e Jurídica do Encarcerado - Estudo do Problema Penitenciário**. Rio de Janeiro: Brasileira Lux, 1994. MENEGAT, Marildo. **Depois do Fim do Mundo: a Crise da Modernidade e a Barbárie**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

É a ruptura, de ofício, do chamado contrato social. O preso passa, compulsoriamente, a vegetar, noutra sociedade. A prisão é a morte moral, morte cívica, morte civil, morte mesmo pela consumição da vida. A prisão é o 'meio criminal' por excelência. A prisão em si representa sistemas de fraudes e violências, de impiedades e improbidades inatingíveis, segundo a experiência do passado e o desespero do presente. Em sentido mais profundo, são ofendidas a honra, a liberdade, a propriedade, a integridade corporal, a saúde, senão a vida. A prisão prejudica o indivíduo, a família e a sociedade. Multiplica-se ao máximo o mal do crime. A prisão é escola anormal de periculosidade, é curso de aperfeiçoamento celerado mantido pelo Estado. Seja qual for o fim atribuído à pena, a prisão é contraproducente. Nem intimida, nem regenera. Embrutece e perverte. Insensibiliza ou revolta. Descaracteriza e desambienta. Priva de funções. Inverte a natureza. Gera cínicos ou hipócritas. (LYRA, 1975, p. 47)

O nosso questionamento posterior estava relacionado aos aprendizados que as mulheres levaram consigo do cárcere. Essa questão se confundiu em diversos momentos com a questão das experiências, portanto, as evocações que observamos são muito semelhantes. Observamos um total de onze evocações relacionadas aos aprendizados. A categoria mais expressiva foi o sentido de 'dar valor' ao que possuíam na liberdade, representando um total de 64%. Esse aprendizado foi dividido em duas situações específicas, ou seja, 72% disse ter aprendido a dar valor à liberdade e o restante, 28%, a dar valor à família. O trecho a seguir reflete essa discussão,

Aprendi agora a da valor a liberdade, isso que eu aprendi. A da valor ao ar que eu respiro, a terra, as folha, a da valor a vida. Depois que você tá aqui presa que você dá valor, só quando você tá aqui. Daí que nem aqui levantam, um brigando com um, brigando com aquilo. Hoje até uma musica que passa no noticiário, na televisão você dá valor. Eu não sabia o que era uma liberdade. Que nem esses dias eu fui prum PS né, tava bem mal, daí nossa, o ar da liberdade.⁴⁷

Outras categorias analisadas foram os aprendizados com relação à convivência, o qual obteve um total de 9% das evocações e a categoria de aprendizado com relação à tolerância, 27%. O gráfico a seguir representa as evocações relacionadas a visão que as mulheres encarceradas tinham do espaço urbano a partir de seu encarceramento.

⁴⁷ Fala da depoente Lúcia. Entrevista realizada no dia 12 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

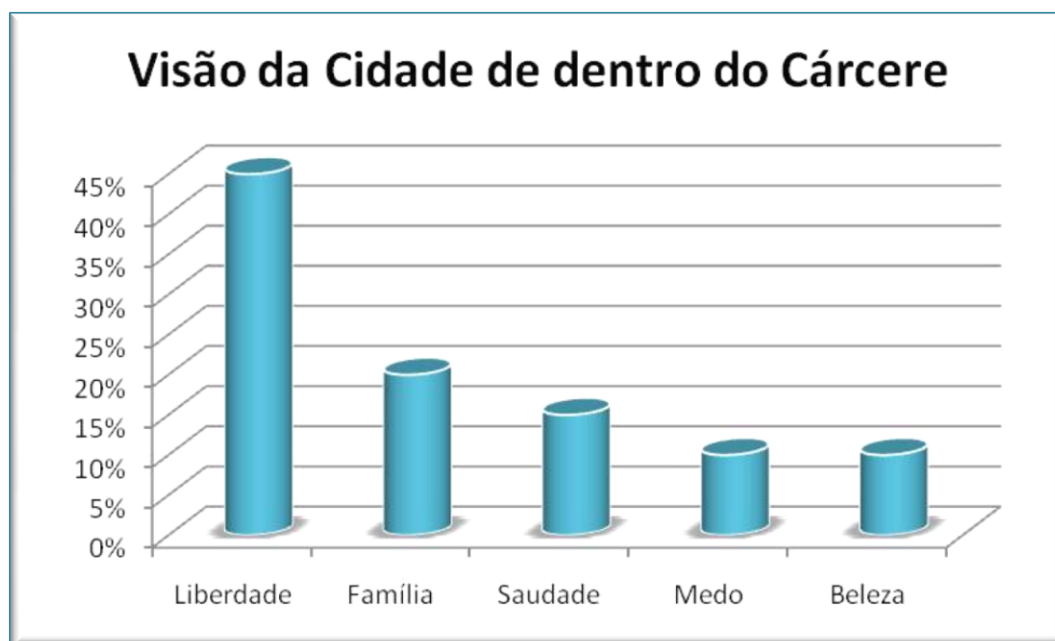


Gráfico 15: Encarceradas - Visão da cidade de dentro do Cárcere

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.

Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Verificamos um total de vinte evocações com relação à representação que as mulheres encarceradas têm do espaço urbano. Desse total, 45% relacionaram o espaço urbano ao sentimento de liberdade. Outras 20% associam o espaço urbano às suas famílias. Verificamos também outros sentimentos particulares, como a saudade 15%, o medo e a tristeza, 10% e também a idéia de beleza, 10%. A categoria que mais nos chamou atenção foi o sentimento de medo relacionado à cidade. Esse sentimento não está conectado ao medo da violência do urbano, por exemplo, mas ao medo genuíno de se ver fora de uma espacialidade conhecida para um processo de readaptação no urbano. Conseguimos perceber o quanto os mecanismos de poder conseguem penetrar em seus corpos, condicionando, além de seus comportamentos e gestos, suas sensações e percepções cotidianas. Essa idéia proposta por Foucault (1979) vai ser mais bem explorada no capítulo seguinte desse trabalho.

Já afirmamos que a vivência dos espaços carcerários é relatada como de afastamento de locais e pessoas da exterioridade. Na questão do rompimento de relações após o encarceramento, observamos um total de quatorze evocações, divididas nas categorias apresentadas no gráfico a seguir,

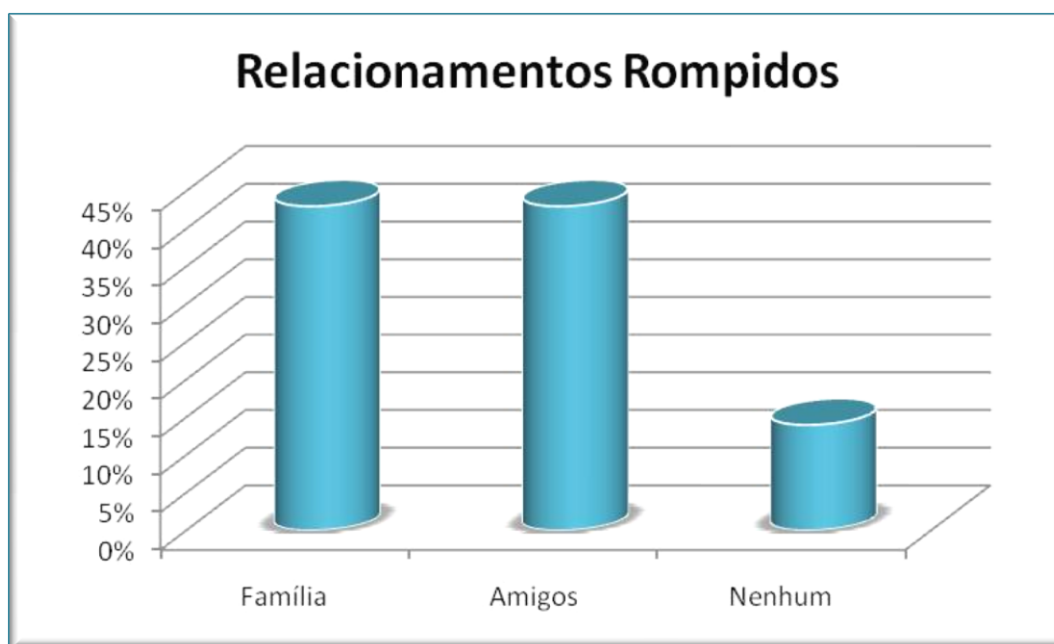


Gráfico 16: Encarceradas - Relacionamentos Rompidos

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às encarceradas.

Organização: Fioravante, K.E., 2010.

Constatamos três categorias, ou seja, 40% do total afirmaram que perderam seu relacionamento com a família após seu encarceramento, especialmente com os companheiros e com parentes. O mesmo percentual 40%, dizem que foram abandonadas pelos amigos da exterioridade. Essa questão é um tanto quanto complexa, pois, as visitas as pessoas encarceradas são permitidas apenas a familiares dos presos, estando amizades proibidas de entrarem no Mini – Presídio. Esse contato só se mantém mediante envio de cartas e pequenos bilhetes. O restante, 20% garantiram não ter nenhum de seus relacionamentos anteriores ao encarceramento rompido, mantendo ainda, contato com todas as pessoas próximas.

Os trechos a seguir ilustram essa dinâmica,

Mais foi com a minha família mesmo. Que nem com meu pai, eu e meu pai até hoje nós não conseguimos se olha na cara, se ele tá em casa, eu não to. Eu chego às vezes, ele tá comendo, ele larga o prato, e sai. Fico triste, mas já pra evita, eu vejo que ele chego e eu falo 'mae, vô da uma volta' e saio, porque senão ele volta trabalha sem almoço. Daí eu evito, pra evita briga, confusão, eu evito ele.⁴⁸

⁴⁸ Fala da depoente Polaca. Entrevista realizada no dia 14 de Dezembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

Ó que nem eu falei pra você, a cadeia pra mim foi uma escola. Então amigos, amigos, a gente não tem, a gente tem colegas e só depois que agente tá aqui na cadeia. Os amigo meu lá fora, me abandonaram, só minha família que não viro as costas pra mim, só. Isso eu falo de ó, sinceramente, a minha família que não me abandonou. Porque amigos, amigas, não. Nem pra manda uma carta pra mim. Pergunta como você tá, não. Como diz, você tem amigo quando você tem dinheiro, né. Caso contrário. Então por isso que quando eu saí eu vô ser uma outra mulher, vô aprende a convive com outros tipo de gente. É isso que eu tenho pra fala.⁴⁹

É interessante comentar que as mulheres nos relataram que o rompimento de alguns tipos de relacionamento foi encarado por elas como positivo, principalmente pelo fato de acreditarem que o afastamento de determinadas pessoas consequentemente as distanciaria de determinadas espacialidades de práticas criminais.

Treze das dezessete mulheres entrevistadas nos pediram no final das entrevistas se poderiam deixar uma mensagem para a sociedade. É dessa forma que finalizamos a discussão proveniente das falas das mulheres encarceradas, apresentando as mensagens, as palavras que essas mulheres gostariam que as pessoas escutassem,

Cláudia: Não deixa de faze nada no dia de hoje, nem um abraço, nem um eu te amo, porque amanhã passa, e o tempo não volta atrás. E quando você vê passo, eu perdi muitas coisas, muitas, ainda bem que to viva, só que as pessoas que tão lá fora, não pode ser cadeia, mas pode acontece tanta coisa, então aproveita, dize eu te amo varias vezes ao dia, e vive feliz, porque o material é so complemento, sendo que o essencial não tá ali.

Vitória: que se cuidem porque os homem tão bem loco pra pega todo mundo. Porque é bem isso aí. Eles tão.quanto mais droga na cidade mais loco eles ficam pra pega. E tão certo né. Porque cada traficante é como uma coisa que tivesse matando. E não mata só um né. Mata mãe, pai, filho,por causo do dependente químico. Não é só o dependente químico que sofre, é a família inteira.

Marília: Independente de tudo, que pare pra pensa mais vezes né, fica longe da família, dos filho, é muito ruim.

Polaca: Olha, eu diria pra não começa, porque se você começa é um caminho que não tem volta, não é nem um pouco fácil, volta tem, mas não é nem um pouco fácil volta atrás, e depois que você entra nessa vida, pra sair é difícil. É difícil, eu faz 4 ano que eu to nessa e tento, tento, tento, mas

⁴⁹ Fala da depoente Letícia. Entrevista realizada no dia 23 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

sempre aparece alguma coisa que eu acabo abandonando e volto, as vezes, qualquer discussão agente já usa de motivo pra volta pras drogas, qualquer coisinha pra gente já é um motivo, uma discussão em casa, uma discussão com um vizinho.

Vilma: Ah, que aqui dentro é bem embaçado, porque assim, aqui dentro você tá longe de quem você ama. Então você assim, não ter um carinho, não recebe, sabe, nossa, eu queria tanto tá lá fora, porque assim, eu sofri muito quando a minha vó morreu, tanto, porque assim, foi ela quem me criou, daí é bem mais pra mim do que uma mãe. E eu o que eu tenho pra dizer, é que aqui é bem ruim mesmo. Tipo sei lá, solta nós que nós não é bicho.

Isabele: Fala pras pessoas que pensem bem antes de fazer alguma coisa errada porque é horrível tá aqui. Tô perdendo a alegria dos meus filhos. Então as pessoas hoje, quando forem cometer um erro tem que pensar bem, porque ninguém passa por isso aqui. Agente que tá aqui, essas mulheres que deixam família lá fora. Tem mulheres de Foz do Iguaçu, Pirai do Sul, Irati, cidades longe da família. Tinha uma aqui, acho que ela veio da entrevista, faz 2 e pouco que ela tá aqui. Ela tá ainda. Então, a pessoa tem que pensar bem. Imagina eu que não me envolvia com droga to aí, imagina quem se envolve, é triste, é triste. Se vê a menininha amamentando ali. Veio amamentar o bebê, tem que tirar pra fora, é horrível. Então, as pessoas tem que se conscientizar e pensar bem no que fazem, pensa muito bem. E vive cada minuto de sua vida na liberdade porque só quando você tá aqui dentro você dá valor, só isso. Ninguém sabe o que agente passa aqui, ninguém sabe. Só nós que tá aí que tá sabendo o sofrimento e a saudade.

Jo: Pro povo, pra quem é da justiça assim, como no meu caso pra ver mais né, pesquisa mais assim né, pra não acontecer mais o que aconteceu comigo, de acabar trazendo uma pessoa sem a ver né. Tipo, pesquisa mais a pessoa, investiga mais.

Juliane: O crime não compensa e a vida lá fora é bela.

Lúcia: Praqueles que fazem o caminho certo que Deus ilumine eles que continuem no certo e pra essas meninas que vivem na BR que elas coloquem a cabeça no travesseiro e sonhe em voar um pouquinho pra não acabar caindo num lugar desse aqui ou indo pra uma pior. E que cada uma delas pensa no pai, pensa na mãe, penso nos filhos e pensa delas mesma, porque tem meninas que nem nelas mesma não pensam. E pensa que o dia de amanhã não é o mesmo que o de hoje, hoje nós temos amanhã não temos.

Mara: Olha, quem tem filho né que cuida muito do filho porque a maioria dessa cadeia é de usuário. E a droga, ela tem duas saídas: ou a cadeia ou o cemitério. Que os pais cuidem dos seus filhos, porque tá tomando conta, a droga né. E dois anos aqui na cadeia é muito tempo perdido, que você nunca vai recuperar, principalmente com a família.

Milena: Ai que curtam a liberdade enquanto estão lá. Eu espero que não demore muito pra eu sair. Pensa muito bem no que vai fazer, porque agente pode pagar.

Patrícia: Que eu amo muito meus filho, minha mãe, minha família. Aqui é difícil, é bem difícil. Esse lugar não é pra ninguém, e nunca mais esse lugar. Mas cabeça erguida e toca a vida la fora.

Maluquinha: Tipo assim, o crime ele te oferece tudo que você tem, mas ele te cobra um alto preço por isso. Você tem que ter noção de que você vai ter que pagar, e vai ser com a sua liberdade ué. Ter que suportar várias coisas, humilhação, muita coisa. Eu não deixo as menina chora perto de mim. A única coisa que me abala são meus filhos. Eu choro quando falo deles. São meu ponto fraco, outra coisa não.

O espaço carcerário vivenciado pelas mulheres entrevistadas reforça a exclusão, a indiferença e com certeza, diminui consideravelmente as chances de ressocialização com as quais elas sonham. Não há programas de educação e para o trabalho, tampouco um esforço de manutenção dos laços afetivos familiares. Seus corpos são marcados, estigmatizados, dificultando dessa forma sua vivência pós-cárcere. Esse espaço é um dos componentes de uma estrutura social perversa e excludente.

A experiência da prisão modifica completamente a construção que essas mulheres criam de si mesmas, da sociedade e do mundo. A vivência dessa espacialidade gera seqüelas emocionais, alterando a subjetividade e a forma de percepção dessas mulheres da realidade social. Os processos de readaptação a uma vida fora da prisão são lentos e embebidos em sentimentos como medo, angústia e desaprovação. É a partir disso que damos continuidade ao nosso trabalho, explorando no próximo capítulo todo o processo de readaptação de mulheres egressas em vários aspectos de sua vida.

**“A CADEIA NÃO SAI DO MEU CORPO”: REESTRUTURAÇÃO DA VIDA
COTIDIANA DAS MULHERES EGRESSAS DO ESPAÇO CARCERÁRIO NA
CIDADE DE PONTA GROSSA, PARANÁ**

Todos têm seu encanto: os santos e os corruptos.
Não há coisa na vida inteiramente má.
Tu dizes que a verdade produz frutos...
Já viste as flores que a mentira dá?

(Mario Quintana – Do bem e do mal.)

Este capítulo abordará as experiências de reestruturação da vida cotidiana de mulheres que vivenciaram o espaço carcerário. Para realizar essa reflexão nos apoiaremos nos dados obtidos através da realização de oito entrevistas⁵⁰ com mulheres que passaram pelo sistema penitenciário, totalizando cerca de sete horas de entrevista, conforme o roteiro no Anexo IV.

Antes de prosseguirmos, é importante apresentar a definição oficial do termo ‘Egresso’, definido pela Lei de Execuções Penais número 7.210/84, artigo 26. A partir dessa lei, pode-se caracterizar uma pessoa egressa como o liberado definitivo do cárcere, pelo prazo de um ano a partir da saída do estabelecimento, e também, o liberado condicional, ainda em período de prova de pena. É interessante apontar que existem instituições que são responsáveis por prestar auxílio a essas pessoas, ajuda essa garantida por lei. Na cidade de Ponta Grossa, o Programa Pró – Egresso, criado em 1985 é responsável por proporcionar acompanhamento aos egressos após o período de encarceramento.

O texto que segue aborda duas experiências espaciais relacionadas à vivência do espaço carcerário. Primeiramente, exploramos a vivência do espaço carcerário do ponto de vista das mulheres egressas do sistema penitenciário. Isso porque toda experiência espacial vivida é constantemente re-significada e a posição de “egressa” do sistema poderia trazer novos elementos para a análise aqui empreendida. A segunda seção do texto aborda os elementos presentes do espaço carcerário que influenciam em suas vivências espaciais cotidianas na cidade de Ponta Grossa. O espaço carcerário permanece presente em seu cotidiano, mesmo

⁵⁰ É interessante comentar que duas das depoentes já haviam sido entrevistadas também no Mini - Presídio, portanto, utilizaremos os mesmos nomes fantasia para caracterizá-las.

que a vivência material daquela espacialidade tenha sido interrompida na situação de egressa e supostamente estaria liberta da experiência do encarceramento.

3.1 DAS EGRESSAS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO ESPAÇO CARCERÁRIO

O número de mulheres egressas apresenta um crescimento expressivo ao longo dos últimos anos. O gráfico a seguir, construído a partir dos arquivos do Programa Pró – Egresso dos anos de 2000 a 2007 demonstra essa evolução.

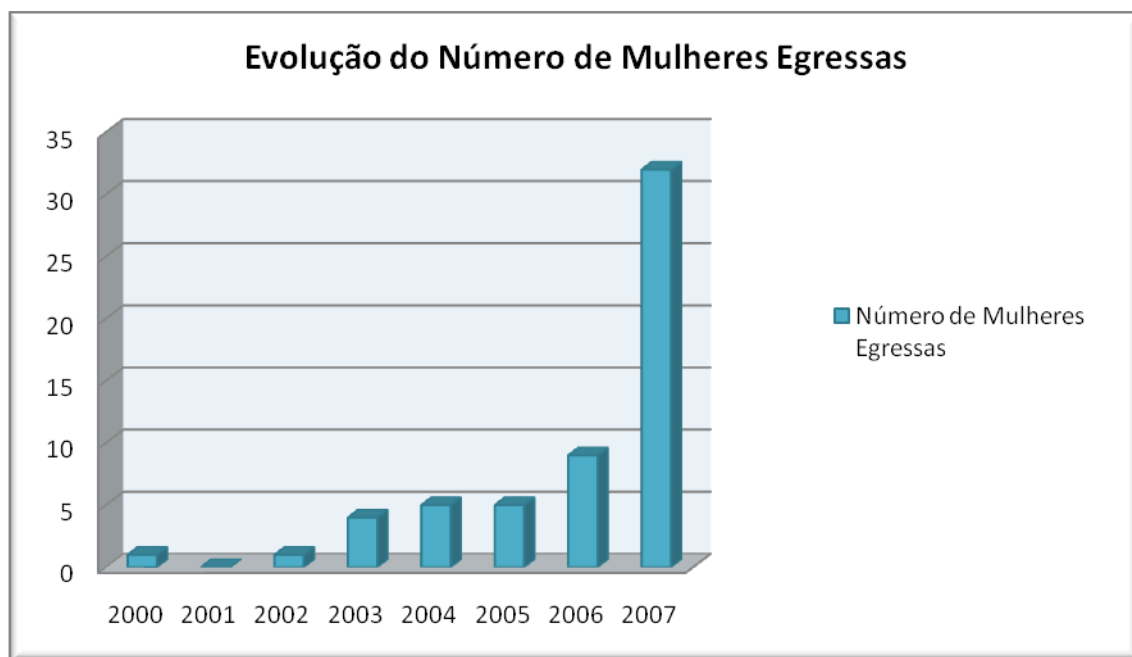


Gráfico 17: Evolução do número de mulheres egressas do sistema penitenciário na cidade de Ponta Grossa durante os anos de 2000 a 2007.

Fonte: Arquivos do Programa Pró-Egresso, Ponta Grossa

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2008.

No ano de 2000 observamos apenas 01 caso de mulher saída do sistema penitenciário na cidade. Já no ano de 2007, são 32 mulheres. O número de mulheres que cumprem penas restritivas de direito, as chamadas penas alternativas, também cresceu nesse período. Podemos concluir que a criminalidade feminina, e não só o número de mulheres egressas aumentou expressivamente na cidade de

Ponta Grossa

Iniciamos, portanto, nossa reflexão apresentando o perfil das mulheres egressas que entrevistamos durante os meses de maio a julho de 2010. O quadro a seguir representa de forma sintética as informações relacionadas à caracterização socioeconômica do grupo de depoentes.

Nome	Idade	Estado Civil	Filhos	Artigo	Escolaridade	Tempo Total de Prisão
Simone	37	Solteira	11	121	1GI	5 meses
Maria	69	Solteira	--	121	1GI	3 meses
Márcia	28	Casada	4	218	1GI	3 meses
Jo	26	Separada	3	33	1GC	1 ano e 9 meses
Cláudia	27	Amasiada	3	33	2GC	1 ano e 9 meses
Caroline	24	Amasiada	3	155	1GC	2 anos
Andressa	50	Viúva	5	33	1GI	1 ano e 10 meses
Patrícia	33	Casada	1	33	1GI	8 meses

Quadro 04: Dados do perfil socioeconômicos das mulheres egressas
Fonte: Roteiro de Entrevista das mulheres egressas
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2011

Como podemos observar, a maioria das mulheres são jovens, ou seja, 75% têm idade até 40 anos. Apresentam da mesma forma, baixa escolaridade, sendo que 62,5% possuem apenas o primeiro grau incompleto. Apenas uma delas não é mãe, sendo que 75% têm mais de três filhos. Com relação ao estado civil, podemos observar que algumas das mulheres conseguiram reconstruir sua vida marital, sendo que 50% se declaram casadas ou amasiadas, ou seja, em relacionamento estável, mas não reconhecido legalmente. É interessante apontar que a vivência do espaço carcerário é relatada como de quebra dos laços afetivos com os companheiros. Observamos que as mulheres, quando são libertadas, acabam por reconstruir suas vidas com outros companheiros, reconstruindo novos laços românticos.

Os dados que analisamos acima não contrastam dos obtidos no perfil das mulheres ainda encarceradas. A maior variação que observamos foi relacionada ao tipo de delito cometido. Duas delas foram condenadas por ter cometido homicídio, artigo 121 do Código Penal Brasileiro e uma, pelo artigo 218 da Lei 12.015/09⁵¹, que se caracteriza da seguinte forma, “induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”, ou seja, induzir menor à prostituição. Não encontramos no Mini – Presídio Hildebrando de Souza nenhuma detenta encarcerada pelo cometimento de nenhum desses dois tipos de delito, como se pode observar no perfil apresentado no capítulo anterior.

O tempo de encarceramento das mulheres com as quais dialogamos varia de dois anos, o mais longo deles, até três meses⁵². Com relação à quantidade de vezes que esteve detida, apenas uma delas nos relatou que esteve presa por quatro vezes. O restante não teve reincidências após a soltura. São, 50% delas provenientes do mesmo local da cidade de Ponta Grossa, a vila Quero-Quero. O restante mora nos seguintes bairros e vilas: Borsato, Santo Antonio, Boa Vista e Centro. São da mesma forma majoritariamente católicas, 62,% do total.

Como já afirmamos anteriormente, o perfil das mulheres egressas é muito semelhante ao das mulheres ainda encarceradas. Esse resultado obtido das informações das mulheres egressas significa que os dados referentes à situação de encarceramento, sofrem pouca interferência espacial, permanecendo semelhantes. Da mesma forma, suas impressões, sentimentos e experiências no espaço carcerário são similares. O gráfico a seguir representa os principais sentimentos que as mulheres vivenciaram no momento de seu encarceramento

⁵¹ FONTE: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13490/os-sucessores-do-crime-sexual-de-corrupcao-de-menores>>. Acesso em: 06/02/2011

⁵² Vale à pena apontar que a Lei que define a aplicação da condição de ‘egresso’ a um indivíduo, não contempla sujeitos que permaneceram menos de três meses no espaço carcerário. Por esse motivo, optamos por entrevistar formalmente apenas mulheres que se encaixavam nesse aspecto.



Gráfico 18: Egressas - Primeira Sensação.
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Do total de mulheres entrevistadas, 75% relataram que viveram uma sensação de horror no momento em que foram encarceradas, 12,5% afirmaram ter sentido solidão e o restante, 12,5% se sentiram com medo por se verem em um espaço onde ficariam ‘fechadas’ por tempo indeterminado. A fala a seguir representa a evocação mais expressiva,

É um horror, uma solidão. Mas sabe num ponto ainda é bom, porque agente sofrendo agente aprende a vive. Porque às vezes vem aquela raiva, aquela coisa e você já pensa em se vinga, mas eu penso, não, deixa pra lá. Cadeia não é pra qualquer um, mas ainda apesar de tudo da cadeia agente sai, sofre, mas sai e do cemitério agente não sai. Que do cemitério agente caiu ali é pra eternidade.⁵³

Quando as questionamos com relação à sensação que sua família teve no momento de seu encarceramento, observamos um total de doze evocações, sendo distribuídas nas seguintes categorias apresentadas no gráfico a seguir.

⁵³ Fala da depoente Maria. Entrevista realizada no dia 06 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

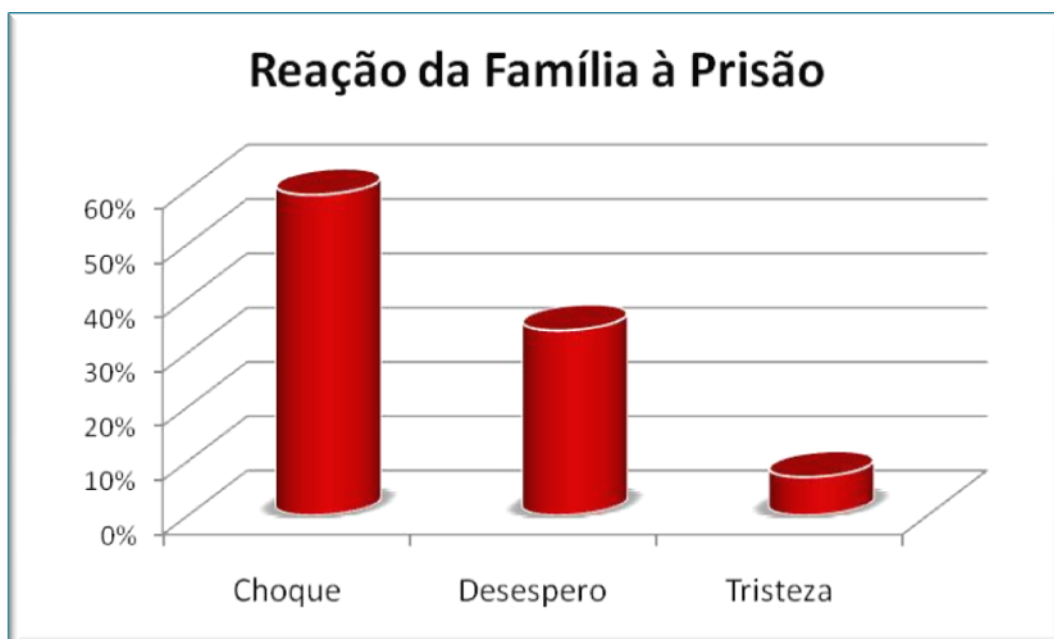


Gráfico 19: Egressas – Reação da Família à prisão.
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Do total, 59% relataram que a família sentiu choque. Outras 34% do total afirmaram que a família sentiu desespero, este relacionado a uma categoria em especial, ou seja, o fato da mulher, na opinião da família, não estar envolvida em nenhum tipo de prática criminosa. O sentimento de tristeza representou apenas 7% do total de evocações. O trecho extraído da fala de uma das egressas representa essas situações,

Nossa, eu desesperei tudo eles. Minhas filhas desesperei. Minha mãe ficou doente, tanto que ela faleceu né, dois meses agora. Fico muito doente, quase que eu perdi ela quando tava presa. Eu, nossa, revirei a vida da minha família. Me arrependo amargamente. Se eu pudesse voltar atrás tinha pegado outro rumo da minha vida. As consequências pras minhas filhas, consequências graves, não foi fácil.⁵⁴

Concluimos que 100% das mulheres afirmaram que sua prisão foi motivo de seu envolvimento com outras pessoas, sendo o companheiro a categoria mais evocada pelas mulheres, representando 50% do total, e o envolvimento com

⁵⁴ Fala da depoente Patrícia. Entrevista realizada no dia 13 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

familiares e amigos, 25% cada. A experiência do espaço carcerário é única para cada sujeita, e os imaginários construídos acerca dessa espacialidade estão intimamente relacionados com as redes de relacionamentos instituídas na vivência cotidiana. Obtivemos um total de onze evocações acerca desses relacionamentos. Observamos três categorias, analíticas apresentadas a seguir.

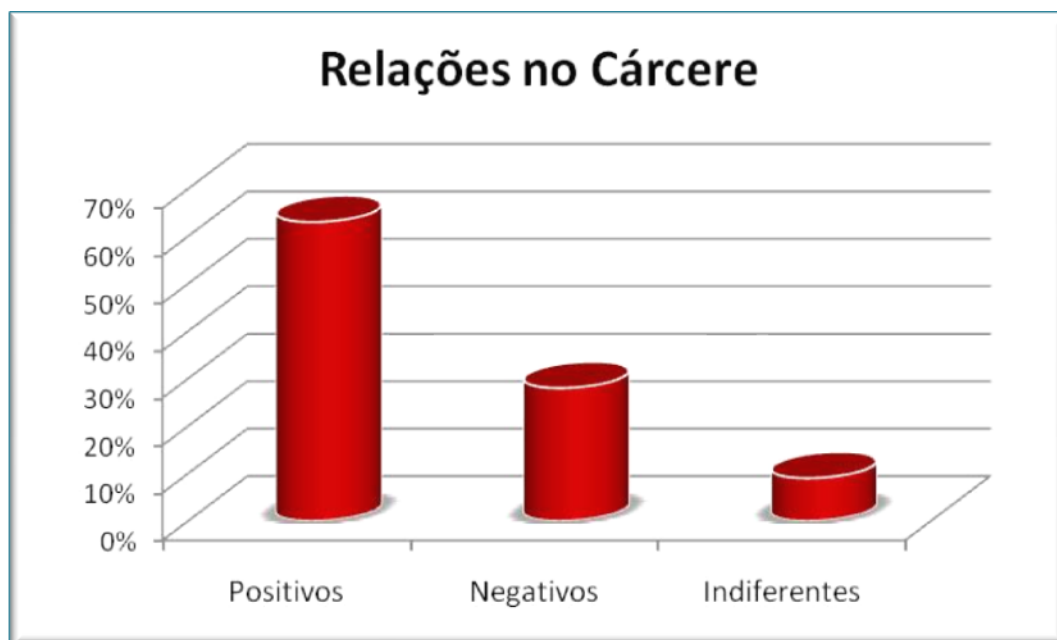


Gráfico 20: Egressas – Relações no Cárcere.
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Do total, 64% das egressas relataram que criaram relacionamentos positivos na cadeia, 27% afirmaram ter vivido uma situação de indiferença com relação às outras presas, indiferença esta que partia das entrevistadas, uma vez que elas alegaram não se sentiam ‘pertencentes’ àquele grupo; observamos apenas 9% do total de evocações relacionadas a um sentimento de negatividade.

O relato de relações positivas no cárcere é subdividido em duas tendências específicas, ou seja, 29% afirmaram que vivam em uma situação de companheirismo com as outras detentas, e o restante, 71% relataram que tinham amizades sinceras, sendo estas, trazidas do período de liberdade para o cárcere.

Eu tinha bastante amizade lá dentro. Até hoje, às vezes essa moça vai vê a irmã dela lá, as mulher mandam lembrança, manda eu escreve carta pra

elas. Fiz bastante amizade. Mas entrei lá dentro e eu conhecia a maioria das pessoa lá, conhecia já daqui de fora. Tirei minha cadeia de boa.⁵⁵

Não, é tudo companheirismo. Não tem aquela amizade que nem aqui fora sabe. Lá dentro se você não pode leva o teu colega que tá lá dentro você tá perdida. Você tem que respeita ele pra ser respeitada. É assim que funciona a vida.⁵⁶

A fala a seguir representa a categoria relacionada as inimizades na espacialidade carcerária,

Ah tinha, tinha bastante. Tinha uma guria que quando eu cheguei lá ela já queria briga comigo na porta já. Que não queria, ela não queria que eu entrasse pra dentro da galeria, ela queria que eu ficasse no corredor. Porque ela não gostava de mim e eu não gostava dela. Daqui de fora.⁵⁷

A partir das falas apresentadas anteriormente, podemos concluir que mesmo a forma física dos espaços carcerários prezarem o total isolamento das pessoas, e consequentemente o afastamento das redes de relações da exterioridade, alguns sujeitos instituem práticas que são capazes de transbordar esses limites espaciais. Da mesma forma, concluímos que essa espacialidade também é construída a partir de sólidas ligações com as práticas e relações que as presas instituíram previamente ao seu encarceramento. As amizades, inimizades, posições de poder ou não, são mantidas e revividas na prisão na mesma medida, mesmo em uma espacialidade diferenciada. Nesse momento, podemos lembrar as proposições de Massey (1999), no sentido de que os espaços são construídos mediante diversas interações, as quais podem ser pacíficas ou não.

Esse fato está relacionado com o contexto urbano da cidade de Ponta Grossa.. No Mini – Presídio Hildebrando de Souza estão encarceradas apenas mulheres que são provenientes da cidade, não havendo casos de mulheres que vêm de outras cidades, ou de outros estados do país. Isso facilita a manutenção das redes de relacionamentos. Em penitenciárias estaduais, como por exemplo, a

⁵⁵ Fala da depoente Patrícia. Entrevista realizada no dia 13 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

⁵⁶ Fala da depoente Simone. Entrevista realizada no dia 02 de Julho de 2010 na residência da entrevistada.

⁵⁷ Fala da depoente Vanessa. Entrevista realizada no dia 02 de Julho de 2010 na residência da entrevistada.

Penitenciária Feminina do Paraná, localizada na cidade de Curitiba, a dinâmica é diferenciada, uma vez que nesse espaço estão presas mulheres provenientes de várias áreas do estado, até mesmo de estados vizinhos.

As dificuldades apontadas pelas mulheres do espaço carcerário são representadas no gráfico a seguir.



Gráfico 21: Egressas – Maiores Dificuldades do Cárcere.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Com relação às dificuldades do espaço carcerário obtivemos um total de vinte e seis evocações divididas em quatro categorias específicas. A questão da higiene é a mais expressiva, com um total de 47% do total, a superlotação, 31%, a alimentação, 16%. A saúde foi a categoria menos evocada, apenas 6% do total.

A dificuldade de tomar banho, pelo fato de não terem acesso a um chuveiro elétrico foi evocado por 63% do total de mulheres as quais afirmaram que sua maior dificuldade estava relacionada à questão da higiene. O restante destas alegou que a falta de produtos, ou a dificuldade de consegui-los foi sua maior dificuldade de higiene.

Para a segunda categoria mais expressiva, ou seja, a superlotação, observamos duas situações distintas, ou seja, 25% afirmaram que o fato de não

possuírem camas para dormir foi o maior problema que enfrentaram. O restante alegou que a superlotação em si, ou seja, muitas pessoas concentradas em um local muito apertado foi sua maior dificuldade. A seguir trecho que ilustra essa discussão,

Ah dificuldade, de dormi, de toma banho. Banho gelado, tanto que tem um monte de doença lá. É, comida também, escassa. Muita gente, superlotação, calor demais, da gente quase morrer. Muita coisa. Acho que tudo é pior, não tem o mais pior. É aperto, superlotação, eu acho que o pior é isso. Fica apertado, sem pode se mover, muito calor, traz muita doença.⁵⁸

A questão relacionada às experiências que as mulheres egressas viveram no espaço carcerário é a que mais contrasta com relação às respostas das encarceradas (Gráfico 20). Concluimos que a posicionalidade espacial das depoentes, ou seja, agora egressas, lhes permite trazer novos elementos que sua situação de encarceramento talvez, não lhes permitisse. Não devemos ignorar o fato de que a espacialidade carcerária é construída através de determinadas relações de poder, que se institui em suas corporalidades, bem como, nas informações que são ‘autorizadas’ a repassar, ou não. A maioria das egressas, 78%, disse ter vivido experiências negativas, relacionadas ao fato de estarem fechadas, saudades da família, ter sofrido violência, e o aspecto mais interessante, 14% delas relataram que se sentiam muito desprezadas pelas pessoas da exterioridade.

⁵⁸ Fala da depoente Patrícia. Entrevista realizada no dia 18 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.



Gráfico 22: Egressas – Experiências do espaço carcerário.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Novamente, podemos perceber que as fronteiras estabelecidas pelo espaço carcerário são muito mais fluidas e instáveis do que se costuma afirmar. A seguir trecho que ilustra nossa discussão,

Aprendi isso, que a família da gente é a única que não abandona agente, porque fica lá é difícil, pra conviver com aquele povo todo, que não tem nada a ver com você, tem que agüentar muita coisa ali dentro. E aprendi isso, que a família é a única que vale a pena, que não abandona agente, que ficaram lá lado a lado comigo, é isso. Ah, a saudade. Saudade dos filhos, de tá perto deles, de cuida deles. De tudo. Da família, da minha mãe.⁵⁹

A questão da violência, da mesma forma, representou um total de nove evocações, sendo que 89% das egressas alegaram não ter sofrido nenhum tipo de violência no espaço carcerário, seja por parte de policiais, carcereiros ou mesmo das próprias presas. Podemos concordar essa afirmação, com o fato de que apenas 9% das mulheres afirmaram ter vividos relacionamentos negativos na prisão. O trecho a seguir, ilustra essa dinâmica,

⁵⁹ Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 30 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

Não, graças a Deus não. Não porque eu já conhecia gente ali, as mulheres ali dentro aqui fora já conhecia, já sabia que elas tavam lá, então eu sempre fui bem tratada. Então, foi chegando pessoas, eu fui conhecendo, fui fazendo amizade e fui uma pessoa que eu sempre ajudei as que chegavam e as que tava lá também sempre ajudei, então eu fiz muita amizade boa.⁶⁰

O trecho apresentado acima nos leva a concluir o quão a espacialidade vivenciada pelas mulheres anteriormente a sua prisão é fator determinante na sua experiência carcerária, influenciando até mesmo, questões relacionadas à violência. Uma situação que, da mesma forma, está ligada de forma intrínseca a questão dos relacionamentos instituídos e da violência, é os aprendizados das mulheres. Das entrevistadas, 100% disseram que só tiveram aprendizados positivos do espaço carcerário, sendo estes subdivididos nas seguintes situações analíticas: 38% disseram ter aprendido a dar maior valor à família, 38% a dar valor à liberdade, 8% a dar valor ao que tinham na liberdade, como bens materiais, por exemplo, 8% disseram aprender que é importante se refletir antes de cometer um ato infracional e 8% disseram ser mais tolerantes.

A tolerância está intrinsecamente relacionada à questão da convivência. Recordando as proposições de Goffman (1988), nessas instituições totais um grupo, tecnicamente, desconhecido é obrigado a conviver em um espaço formalmente administrado. O fato das prisões estarem, atualmente, em uma situação de superlotação, implica em uma circunstância em que a aproximação dos corpos é muito maior, gerando da mesma forma, maiores probabilidades de conflitos. Da mesma forma, lembramos que as pessoas que constroem a espacialidade carcerária feminina do Mini – Presídio Hildebrando de Souza não se constituem enquanto um grupo desconhecido, sendo geralmente pessoas que já mantinham contato, de forma positiva ou não, na exterioridade. Ou seja, a espacialidade que as mulheres vivenciavam na liberdade, ou posto de outra forma, o espaço urbano tem caráter central na constituição de sua experiência carcerária.

É interessante perceber que quando questionamos as mulheres com relação a sua visão da cidade enquanto estavam encarceradas elas apresentaram dois tipos de discursos fundamentais, os quais não estão desconectados entre si. Para elas, a cidade era vista como representação de liberdade, 75% e como aproximação com a

⁶⁰ Fala da depoente Andressa. Entrevista realizada no dia 04 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

família, 25%.

Doía mais quando agente ia no PS, porque aí agente via de relance as coisas, aquilo parecia mágico, aí você voltava, as mulheres sentada no mesmo lugar, umas nem tinham acordado, tudo igual. E o relógio parece que faz 'tic', pára. Ai chegava, eu fui na avenida Munchen, aumentaram as lateral, porque era uma graça, agente via aqueles brinquedinhos que tem pros idosos ali. Quando você passa por alguns lugares vem tudo aquelas imagens que você acaba fazendo tudo pra esquecer quando você tá lá dentro. Você não vai fica deitada pensando: ai eu podia tá lá fora na avenida munchen agora. Nossa, vai se torturar né. Tentando esquecer o máximo. Então quando você vai lá você relembra tudo, volta suas lembranças, então você pensa que tudo é mágico, porque você lembra dos momentos bons que você teve naquele lugar.⁶¹

Que eu preferia tá pra fora. Dava saudade dos meus filhos e do meu marido, que ele é bem apegado ne mim também. Quando eu, me enfiaram no carro que me levaram lá pra baixo, nossa, meu marido fico desesperado na décima. Foi, nossa, Deus o livre. Nossa, eu amo meu marido, eu falei pra ele, independentemente do tempo que eu fica lá dentro, um dia eu vo sai. É isso, meus filho e ele.⁶²

A lembrança da família foi a categoria menos expressiva, entretanto, percebemos que 71% das egressas afirmaram que tiveram algumas redes de relacionamento rompidas, 40% com os amigos, 20% com os filhos, 20% com os familiares e 20% com os contatos profissionais. Os trechos a seguir ilustram essas categorias.

Ah, depois que eu fui presa meus amigos se afastaram de mim né. Cadeiera né. E até hoje é uma mancha negra na minha vida. É uma mancha negra na minha vida até pra amizade. Entao tem pessoas assim que já. Quando eu fui presa aqui né, teve até pessoas que, amigas minha, que até chegou a se mudar daqui de perto de mim, decerto pra não ter a convivência né. Venderam casa, foram embora e eu perdi amizade. Minhas amizade era, decerto, tudo falsa né. Porque amizade verdadeira fica, elas foram tudo embora. Tanto que eu vivo aqui hoje, raramente eu tenho, as visita é só da família, porque eu to ainda na domiciliar, então eu não saio pra nada. Eu tenho visita da minha família. Tenho uma ou duas amigas só, mas aqui não vem ninguém. É so eu e Deus e os meus filhos.⁶³

Quando eu voltei, que eu sai, voltei com os peito enorme e daí não podia dá

⁶¹ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 17 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁶² Fala da depoente Márcia. Entrevista realizada no dia 28 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁶³ Fala da depoente Andressa. Entrevista realizada no dia 04 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

pra ela, porque daí a mãe tiro a força pra ela. Hoje em dia a menina, pra ela não sô nada dela. Ela fica com a mãe, quando a mãe chega ela ó com os bracinhos. Eu chego ela vem direto na minha bolsa, eu ela não quer, ela qué a bolsa. Que daí ela quer passa creme. Eu sou uma estranha pra ela. Perdi completamente o vínculo. Eu pra dize só tenho 3 filhos, ela não me reconhece mais como mãe. A mãe fala, ó a mamãe, mamãe. Não, titia. Não é mamãe. E pense, ela tinha dois meses, ela só fico três meses afastada de mim. E é assim. Eu perdi tudo. Tudo que eu dei pros meus piá eu não pude fazer por ela.⁶⁴

Olha, tenho bastante, das minhas clientes, que na época eu trabalhava numa Academia, nenhuma eu consegui recupera, nenhuma volto. Mesmo sabendo que eu saí, mesmo eu indo lá. Nenhuma volto. Quando eu vim pra cá eu vim com a cara e com a coragem, porque na verdade a minha intenção quando eu tava lá dentro era aluga aqui e mora em outro lugar, que não me conhecessem pra mim não sofre, tinha medo de preconceitos. Até pelo fato de ter voltado com a Lu. Mas eu consegui supera tudo, acabei montando aqui a estética, tal.⁶⁵

A partir das falas apresentadas anteriormente, podemos observar que a vivência do espaço carcerário implica em danos sociais e familiares permanentes em suas vidas. Essa questão será mais bem discutida na segunda seção desse capítulo. Entretanto, é imprescindível atentar para o fato de que gradativamente a natureza das prisões foi se modificando, atrelando a sua noção aspectos menos perversos, mas humanitários e brandos. Paradoxalmente, o processo de reinserção social da população encarcerada é outro árduo desafio que esses sujeitos devem enfrentar no momento em que são libertados. Como pudemos observar, as mulheres encarceradas têm um perfil socioeconômico que dificulta sua reinserção social em aspectos públicos da vida urbana, como o mercado de trabalho por exemplo. Com baixa escolaridade e desprovidas de assistência educacional nas prisões, essas mulheres vivem uma situação de invisibilidade, a qual permanece depois de sua libertação.

Nessa seção discutimos o perfil e as experiências das mulheres egressas dos espaços carcerários. Evidenciamos que suas falas são muito similares as das mulheres que ainda encontram-se encarceradas, apresentando, da mesma forma, um perfil semelhante. Na seção seguinte teceremos nossa discussão relacionada ao processo de reconstrução de sua vida cotidiana, evidenciando que essa dinâmica

⁶⁴ Fala da depoente Márcia. Entrevista realizada no dia 28 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁶⁵ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 17 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

está intrinsecamente relacionada com a espacialidade experienciada pela mulher após sua libertação.

3.2 OS DESAFIOS E DIFICULDADES DE REESTRUTURAÇÃO DA VIDA COTIDIANA DAS MULHERES EGRESSAS

Nessa seção discutiremos o processo de reestruturação a vida cotidiana das mulheres que passaram pelo sistema penitenciário, refletindo sobre seus desafios e dificuldades de retomar suas redes de relacionamentos, bem como, as questões relacionadas ao preconceito que enfrentam. Portanto, iniciamos nossa reflexão trazendo alguns apontamentos acerca de uma temática que vem sendo muito discutida por juristas e pesquisadores atualmente, a questão da re- socialização de ex - presidiários no Brasil.

A idéia de re-socialização pode ser concebida enquanto um conceito plural e vago, visto que existem indeterminadas concepções desenvolvidas para caracterizar esse período de fim da pena de prisão, bem como, são apontados diversos ‘mecanismos’ através dos quais seria o Estado capaz de prover ao indivíduo egresso uma real condição de reintegração à sociedade. A discussão acerca da re-socialização nos põe da mesma forma, a necessidade de refletir acerca do propósito da pena de prisão, vista atualmente não como castigo, mas sim, como uma forma humanitária de punição.

De Jesus (1999) refere-se ao modelo re-socializador enquanto um sistema de reabilitação social, no qual a prisão e a pena privativa de liberdade não são um instrumento de vingança, mas sim, um meio de corrigir um comportamento ilícito e criminoso visando a reinserção do indivíduo na sociedade. Molina e Gomes (1997) afirmam que nesses termos,

O modelo ressocializador propugna, portanto, pela neutralização, na medida do possível, dos efeitos nocivos inerentes ao castigo, por meio de uma melhora substancial ao seu regime de cumprimento e de execução e, sobretudo, sugere uma intervenção positiva no condenado que, longe de estigmatizá-lo com uma marca indelével, o habilite para integrar-se e participar da sociedade, de forma digna e ativa, sem traumas, limitações ou

condicionamentos especiais. (MOLINA e GOMES, 1998, p.383)

É possível afirmar que o processo de re-socialização, a despeito de seu caráter ambíguo, preza a idéia de humanização, ou seja, um sistema que proporcione ao preso condições efetivas para reintegração à sociedade, e que, da mesma forma, evite a reincidência criminal. Como discutem Molina e Gomes (1997), essa meta visa dissolver os efeitos perversos da pena de prisão, evitando a estigmatização do presidiário.

O direito à re-socialização do preso está vinculado à política criminal, tendo como base o ordenamento jurídico dos direitos fundamentais dos indivíduos, estando previsto no artigo 41 da Lei de Execuções Penais (LEP), onde adquire caráter de tratamento educativo. De acordo com Ancel (2007), esse direito do presidiário deve iniciar no momento de seu encarceramento, ou seja, o regime penitenciário deve garantir ao detento a possibilidade gradativa de re-socialização. Entretanto, na prática e na situação atual do sistema carcerário brasileiro, essas proposições podem soar mesmo como demagogia. No Mini – Presídio Hildebrando de Souza, os presos não têm acesso a nenhum tipo de ocupação, prática apontada pela grande maioria dos autores interessados nesse processo, como principal medida a ser adotada para possibilitar a esses sujeitos a tão visada, re-inserção social.

Baratta (1997) defende o uso da terminologia reintegração social, uma vez que para o autor, esse conceito possibilitaria uma maior comunicação entre a prisão e a sociedade, evitando dessa forma, a invisibilidade e negligência do restante da população com os encarcerados. Na mesma perspectiva Falconi (1998) defende que o uso do termo ‘re-inserção’ social é o mais apropriado. Segundo ele, a idéia de maior comunicação entre a sociedade e o cárcere implica em um menor preconceito no momento de soltura do presidiário, amenizando sua dificuldade de reintegração a vida social e até, diminuindo, portanto, a re-incidência criminal.

Entretanto, Baratta (1997) discute que o modelo re-socializador está falido, uma vez que através de observações empíricas constataram-se inúmeros problemas estruturais e mínimos progressos alcançado pelo sistema penitenciário no Brasil. Nas palavras do autor,

Como mostra a atual realidade carcerária, os requisitos necessários para o cumprimento de funções de ressocialização, unidos aos estudos dos efeitos do cárcere sobre a carreira criminal – pense-se na alta cota de reincidência -, têm invalidado amplamente a hipótese de ressocialização do delinquente através do cárcere. (BARATTA, 1997, p.75).

O processo de reabilitação do presidiário é dificultado, e muitas vezes, impossibilitado devido ao fato de que a pena de prisão estigmatiza o recluso. Essa questão do estigma será discutida de forma mais densa posteriormente. Da mesma forma, é interessante apontar que esses modelos re-socializadores que prezam a maior comunicação entre o cárcere e a sociedade são ambíguos. A princípio parece uma interessante forma de diminuir o desmazelo vivenciado pela população encarcerada. Entretanto, parece discordante segregar um indivíduo, em um espaço hostil e desfavorável, e ao mesmo tempo, visar sua reintegração na sociedade. Ainda mais quando recordamos as proposições de Goffman (1988), já discutidas no primeiro capítulo desse trabalho, acerca da construção dessas instituições. Bittencourt (2004) reafirma essa proposição, discutindo que essas instituições se transformam em uma espécie de microcosmos, na qual todas as discrepâncias e relações de desigualdade social acabam se reproduzindo no espaço carcerário.

Rodrigues (1987) propõe um conceito de re-socialização que vem sendo bem aceito na esfera jurídica e criminal, no qual preza os meios necessários para o preso se re-inserir na sociedade. Para a autora, esses meios não se diferem dos utilizados na sociedade externa, uma vez que, enfoca-se o trabalho como principal meio de estabilização social. Nas palavras da autora o programa de re-socialização deve ser constituído de forma,

(...) que visa integrar o indivíduo no mundo dos seus concidadãos, sobretudo nas coletividades sociais básicas como, por exemplo, a família, a escola ou o trabalho, proporcionando o auxílio necessário que o faça ultrapassar a situação de defasamento social em que se encontra. (RODRIGUES, 1982, p. 29)

É possível recordar das proposições de Elias (1970) e Wiese (1933) nesse momento, os quais exploram o conceito de socialização como um processo

contínuo, ou seja, sempre em construção e modificação. Não é raro escutarmos debates acerca da temática 're-socialização' ou 're-inserção' que sejam dirigidos de forma a remeter-se a idéia de uma nova socialização, de retomada de algo interrompido. Essa concepção é discordante da idéia de socialização como processo, sempre em continuidade. Adotamos, portanto, a expressão 'reintegração social', utilizando da mesma forma a idéia durkhemiana que faz alusão a condição em que um sujeito retoma sua posição em um grupo que pertença, ou no caso dessa pesquisa, da mesma forma, a uma espacialidade de sua vivência anterior. É a partir dessa noção que vamos discutir as experiências de reintegração social e reestruturação da vida cotidiana das mulheres egressas na cidade de Ponta Grossa.

O gráfico a seguir demonstra as evocações relacionadas às maiores dificuldades que as mulheres egressas enfrentam para recompor sua vida após a soltura.



Gráfico 23: Egressas – Dificuldades para recompor a vida.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Obtivemos um total de dezenove evocações relacionadas às maiores dificuldades que as mulheres enfrentaram para recompor suas vidas após o período de encarceramento. Do total, 78% delas relataram que sua maior dificuldade esteve relacionada à impossibilidade de recompor a vida social em vários aspectos, tais

qual profissional e econômico. A dificuldade devido à perda de laços familiares, com parentes e especialmente com os filhos foi apontada por 42% das mulheres entrevistadas. É interessante lembrar que 40% das egressas também afirmaram que tiveram esses relacionamentos rompidos no momento da prisão.

Observamos, da mesma forma, outras situações relatadas pelas mulheres como dificuldade para recompor sua vida, tais qual o medo da liberdade, evocado por 29% das egressas e o medo de acessar o espaço urbano em 21% dos casos. Apenas 22% do total afirmaram não ter tido nenhuma dificuldade para recompor sua vida, a grande maioria dessas mulheres voltaram a residir no mesmo local, vivenciando, portanto, a mesma espacialidade conhecida do bairro ou vila onde moravam.

O trecho a seguir extraído da fala de uma das egressas representa o afastamento dos filhos e a dificuldade de reconstruir os laços que foram rompidos devido ao cárcere,

Meus filhos né, minha bebe não me considera mais. Essa eu perdi. Por causa do afastamento. Até minha menina de 8 anos ela fala assim pra mim: mãe como que é lá dentro? Como que é fica lá dentro? Eles te trataram mal? Minha filha fala. Daí falei, não filha isso não é hora pra você sabe. A mais um dia eu vo pra lá! Falei não, olha se Deus quisé você vai ser uma menina muito boa, os filho da mãe, nenhum vai cai lá. Daí ela, ai mais é tão ruim assim? Não, lá não.⁶⁶

Um aspecto muito interessante a ser discutido, utilizando os termos de Foucault (2007) é o quanto os mecanismos de poder são capazes de adentrarem nos corpos dos indivíduos que passam pelo sistema penitenciário. Essa espacialidade é construída a partir de múltiplos feixes de poder, os quais condicionam, controlam, regulam suas atuações cotidianas. Da mesma forma, se inscrevem em seus corpos, moldando-os. Conseguimos concluir que esses mecanismos de poder, construídos na prisão, perpassam a espacialidade carcerária, seguindo com as mulheres mesmo após sua libertação, e não apenas em seus sentimentos, como por exemplo, o medo da liberdade e da cidade, o que nos foi relatado pelas mulheres.

⁶⁶ Fala da depoente Márcia. Entrevista realizada no dia 28 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

Eles vão muito mais além, também ao condicionamento de seus corpos, de suas corporalidades. As prisões, com sua administração formal e regada, nos põe um desafio que é o de compreender a forma como as corporalidades dos indivíduos são tratadas, são disciplinadas. Utilizando as proposições de Foucault (2007), a 'arte das distribuições' que se embasa na idéia de que corpos podem ser disciplinados ao serem inseridos em configurações espaciais particulares. No capítulo anterior, discutimos que mesmo apesar dessa vivência policiada e vigiada, as mulheres presas são capazes de construir mecanismos para burlar essa ordem, desestabilizar suas estruturas. Os relacionamentos românticos com os presos da galeria ao lado, podem ser utilizados como exemplo. Mesmo não ocorrendo à aproximação de corpos, essas relações são levadas de forma muito séria, sendo até mesmo motivo de violência entre as presas.

Entretanto, essa relação, ou colocando de outra forma, essa atuação dos mecanismos de poder são paradoxais. Da mesma forma em que são subvertidos, burlados, são absorvidos em um eterno jogo de poder *versus* contra - poder. Observamos por diversos momentos ao longo de nossas entrevistas com as mulheres posturas simples, ações particulares que a um olhar desatento, passariam despercebidas. O fato de se sentarem durante as entrevistas com as pernas encolhidas, de manterem as cortinas das casas fechadas ainda são resquícios, corporais e comportamentais dos condicionamentos da espacialidade carcerária. Quando questionamos uma das entrevistadas sobre isso, ela nos respondeu da seguinte forma,

Olha, é complicado. Eu realmente to sentada com as pernas encolhidas, acho que porque lá dentro, agente não podia se espichar, tinha que sentar encolhida mesmo porque toda hora passava gente e ou você sentava encolhida, ou pisavam em você. Eu ainda mantenho isso comigo, sei lá, é costume. Acho que uma hora vai ter que passar né, porque agora eu tenho sofá pra sentar, lá não tinha né.⁶⁷

Essas questões relacionadas às corporalidades e as discussões sobre os corpos vem sendo negligenciadas pela Geografia. Como discute Azevedo (2009), o pensar o espaço através dos corpos não foi de interesse da ciência geográfica, por

⁶⁷ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 17 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

mais óbvio que essa relação possa parecer. Para a autora, o desinteresse pelas temáticas relacionadas às corporalidades pode ser atribuído ao fato de que a moderna ciência geográfica dispensou o corpo, aproveitando dele somente o que julgou interessar, o que na opinião da autora, foi a mente e a visão, instrumentos utilizados para confirmar as proposições de racionalidade e razão da época⁶⁸.

No caso das prisões, essas discussões envolvendo as corporalidades podem se tornar um interessante viés para análise dessa espacialidade. Kantrowitz (1996) dedicou interesse as dinâmicas corpóreas em um presídio de segurança máxima, chegando à conclusão que é graças ao rígido controle corporal que um espaço carcerário é controlado. O regime penitenciário é desta forma, dependente dos corpos dos prisioneiros, de sua localização, de sua distribuição. O resultado disso, segundo Philo (2009) é uma geografia corporal da prisão.

Como afirma Foucault (2007) à questão corpórea sempre foi central ao longo de toda a construção dos mecanismos punitivos, seja a partir do corpo do monarca, representação máxima da ordem e do poder, da importância dada ao corpo supliciado, exemplo social até mesmo a observação, vigilância para atingir a docilidade dos corpos dos condenados. A disciplina procede então, da distribuição de indivíduos pelo espaço. Vale à pena citar Foucault (2007),

Cada indivíduo tem o seu lugar; e cada lugar o seu indivíduo. Evitem-se as distribuições em grupos; dividam-se disposições coletivas; analisem-se pluralidades confusas, massivas ou transitórias. O espaço disciplinar tender a ser dividido em tantas seções quanto os corpos ou elementos a ser distribuídos. Devem-se eliminar os efeitos das distribuições imprecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, a sua circulação difusa, a sua coagulação instável e perigosa. O objetivo é estabelecer presenças e ausências, o saber localizar indivíduos, e saber construir comunicações úteis, interromper os outros, saber supervisionar em cada momento a conduta de cada indivíduo, assistir, julgar, calcular as suas qualidades ou méritos. Deste modo, é um procedimento que procura saber, dominando e usando. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 2007, p. 143)

A partir dessas proposições é possível construir uma excelente ponte de análise entre o espaço carcerário e as corporalidades dos presidiários. Um absorvendo e lutando contra o outro. Essa configuração, entretanto, não é

⁶⁸ Gomes (1996) afirma que a modernidade na ciência geográfica pode ser percebida através dos ideais de racionalidade e objetividade.

observada de forma íntegra no Mini – Presídio Hildebrando de Souza, e dado o estado do atual sistema carcerário brasileiro, dificilmente em outros presídios e penitenciárias. Pelo menos não relacionada à administração formal dos cárceres. Essas proposições são facilmente perceptíveis na dinâmica ‘interna’ do cárcere, ou seja, nas relações de poder instituídas pelas próprias presas. Cada presa tem seu lugar, suas atitudes são analisadas e julgadas pelas demais em uma dinâmica que movimenta e constrói a espacialidade carcerária. Podemos observar dessa forma, a transição dos mecanismos de poder utilizados anteriormente pela administração formal das prisões, como aponta Foucault (2007), para a dinâmica cotidiana instituída pelas próprias presas.

Esses condicionamentos são incorporados também de formas muito subjetivas, como por exemplo, o medo da exterioridade, o medo da liberdade, o medo da cidade. Da mesma forma, a dificuldade de readaptação a tudo o que a vida na liberdade exige. O trecho a seguir demonstra essa situação,

Eu acho que, me acostuma, sabe me acostuma com a liberdade, por a vida em ordem, paga conta, sabe, junta meus filhos, acho que foi. Por a vida pra funciona. Sabe, abri o caminho.⁶⁹

A readaptação as dinâmicas cotidianas é um desafio considerável a essas mulheres. Habitadas a permanecerem em um espaço restrito, delimitado elas enfrentam dificuldades pelo fato de subitamente terem que voltar a viver em uma espacialidade com regras e imposições diferenciadas. O simples fato de precisarem se deslocar de sua residência para pagar uma conta gera constrangimentos comportamentais e espaciais.

Uma das mulheres encarceradas nos relatou que estava ansiosa por sua libertação, a qual ocorreria alguns dias depois da entrevista, mas ao mesmo tempo, sentia medo, pois não sabia como seria sua reação a se ver de volta ao urbano. *“Acho que vou me perder, não conheço mais a cidade, as ruas, nem os ônibus que preciso pegar.”⁷⁰*

⁶⁹ Fala da depoente Andressa. Entrevista realizada no dia 04 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁷⁰ Fala da depoente Letícia. Entrevista realizada no dia 23 de Novembro de 2009 no Mini- Presídio Hildebrando de Souza.

Existe nessa readaptação, e de forma intrinsecamente relacionada ao medo da liberdade, outro fator que tem peso fundamental nesse processo, o medo do preconceito e da discriminação da sociedade. O gráfico a seguir representa as categorias relacionadas a essa questão,



Gráfico 24: Egressas – Discriminação.
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Observamos um total de dezoito evocações relacionadas à discriminação, sendo que 75% do total afirmaram que sofreram algum tipo de preconceito quando foram libertadas. A discriminação por parte da vizinhança foi a mais expressiva, representando um total de 84% das egressas. O trecho a seguir ilustra essa dinâmica,

Olharam diferente, os vizinhos. Completamente, eles acharam que eu não era o que eles achavam que eu era. Entendeu? Hoje em dia eu so bem mais mau tratada do que eu era. Eu era muito, tipo, muito boa. Porque eu ficava dentro de casa, eu não saia. Menina do céu. E olham ainda, ainda olham. Ainda olham, qualquer coisinha que eu faça. Tipo se eu grita com as criança. Se eu fala alguma coisa que não agrade os vizinho: vamo chama o conselho. Entendeu. Vamo chama o conselho que ela é marginal, ela já foi para la dentro da cadeia. Meus filhos são bem tratado por isso, meus

armário tão sempre cheio por causa disso. Eles pensam que eu não do. Tipo, eu saio por aí bate a cabeça, quebra a cabeça, meu marido trabalha, a minha casa é cheia. Daí as criança, não pode fala um ai pra eles, que ameaçam. Vamo chama o conselho que ela já foi presidiária. É ex presidiária não tem lei, eles acham assim. Eles acham que eu aprendi a ser uma marginal lá dentro. É ridículo isso. Lá dentro é pra você aprende muita coisa que você não aprende aqui na rua. Eu acho né. Eu cai lá dentro não sabe, pra mim tanto faz como fazia, hoje eu respeito muito a sorte. Eu prefiro tá aqui fora do que lá dentro.⁷¹

O trecho a seguir nos remete, necessariamente, as discussões acerca do conceito de estigma propostas por Goffman (1963). Segundo o autor, esse termo já era utilizado pelos gregos para se referir a sinais corporais que representavam aspectos negativos da conduta moral de quem os possuía. Os sinais feitos com fogo ou cortes remetiam então a determinados tipos de identidades como criminosos, traidores e escravos. Atualmente, não se remetem apenas a marcas nos corpos, mas sim, a noções identitárias mais subjetivas, como no caso de uma pessoa que foi encarcerada.

Nossa sociedade construiu mecanismos ao longo de sua história para classificar, categorizar e enquadrar atributos que são considerados como comuns e naturais em sujeitos⁷². O termo estigma, portanto, representa um atributo depreciativo, o qual leva o indivíduo a ser menos aceito socialmente. Goffman (1963) aponta que existem três tipos fundamentais de estigmas. Nas palavras do autor,

Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferente. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e região, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1963, p. 14)

Da mesma forma, o autor afirma que o termo estigma está inserido em duas perspectivas. A primeira delas, a qual ele chama de condição de desacreditado, se dá quando o estigmatizado assume que sua característica já é conhecida, ou

⁷¹ Fala da depoente Márcia. Entrevista realizada no dia 28 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁷² Para tanto, ver as discussões acerca das normatividades impostas à sexualidade em Foucault (1988).

imediatamente perceptível, como no caso de uma marca corpórea. A segunda, a condição de desacreditável, na qual seu estigma não é visivelmente perceptível. Podemos, entretanto, ousar e afirmar que um egresso ocupa, mediante sua espacialidade, essas duas condições. Em sua residência, com sua família, por exemplo, a qual está ciente de seu encarceramento, ele ocupa a posição de desacreditado. Entretanto, nos espaços públicos, a busca de um emprego, ele pode ser classificado como desacreditável. A fala de uma das egressas representa de forma clara essa última condição,

Olha foi meio difícil, porque eu meio que fiquei com trauma do que eu tinha feito, é medo de tudo, de arrumar emprego, de que as pessoas soubessem. Inclusive aqui mesmo quando eu vim trabalhar, passo tempo até eles descobrirem né. Perguntaram. Eu me amedrontei, mas acabei contando. Eles me receberam da mesma forma.⁷³

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho é apenas um dos problemas que as pessoas egressas enfrentam para recompor suas vidas. A questão familiar também está presente. A perda dos laços familiares, em alguns casos, é permanente, implicando em afastamentos, se não corporais, sentimentais.

Da mesma forma, os preconceitos e discriminações que esses indivíduos sofrem são imensos. Em uma perspectiva foucaultiana, Velho (1985) lembra que os ‘desviantes’ e sua situação social foram encarados em uma perspectiva médica, chegando a última ser interpretada como uma patologia. Ou seja, certas pessoas apresentam características comportamentais classificadas como ‘anormais’, sintomas de doenças e desequilíbrios, necessitando, portanto, de tratamento. Essa concepção dá idéia de um total afastamento do indivíduo do processo social, cultural e espacial da construção de sua identidade. Goffman afirma que,

Nos muitos casos em que a estigmatização do indivíduo está associada com sua admissão a uma instituição de custódia, como uma prisão, um sanatório ou um orfanato, a maior parte do que ele aprende sobre seu estigma ser-lhe-á transmitida durante o prolongado contato íntimo com aqueles que irão transformar-se em seus companheiros de infortúnio. (GOFFMAN, 1963, p. 46)

⁷³ Fala da depoente Simone. Entrevista realizada no dia 02 de Julho de 2010 na residência da entrevistada.

É interessante observar nessa proposição de Goffman (1963) o intrínseco caráter espacial do estigma, podendo este mesmo ser diferenciado a partir da espacialidade através da qual é construído. Da mesma forma, pode ser mais ou menos visível, mais ou menos brando.

Adorno e Horkheimer (1985) apontam que a humanidade foi construída a partir de uma dicotomização entre ‘salvadores’ e ‘condenados’, dicotomia esta, que poderia ser expandida a partir de antônimos como deficientes e não deficiente, criminosos e não – criminosos. Para os estigmatizados, a sociedade reduz oportunidades, determina uma imagem deteriorada, discordante com o modelo que convém a esse mesmo modelo social, assumindo a condição de nocividade, incapacidade. A fala de uma das egressas demonstra a dificuldade de reintegração ao mercado de trabalho, devido a sua condição de ex-presidiária,

Ontem mesmo eu tava conversando com duas clientes, a cliente falou assim, elas não falaram pra mim, pra não me magoar, mas entre elas conversando: imagine, perguntaram pra mim onde eu to fazendo a massagem, eu falei que era com a Paula. Qual Paula? Com aquela ali de cima, que teve problema, foi presa. E a outra disse assim, ui, mas você tem coragem de fazer lá com ela. Aí ela falou: ué que que tem, ela não vai me passa nada. Um dia uma outra falou assim, ixi, nem ligue, esses dia eu vim no ônibus com uma que falou que Deus o livre se o marido soubesse que ela tá fazendo massagem aqui com a Paula. Entendeu, você vê que por mais que as pessoas não falem na tua cara, as pessoas são preconceituosas. São preconceituosas de vim aqui porque sabem que eu fui uma presa, então quando eu passo, eu passo e não do bola, mais do que nunca, pras pessoas. Porque elas olham, querendo ou não. Elas acabam falando entre elas. Imagine, o marido dela descobrir que vem aqui porque eu sou né, que eu tenho uma mulher, que eu vo mexe, alguma coisa. Então é um preconceito por eu ser homossexual, comigo mesmo e o preconceito de eu ser presa. Então, são coisas que pesam bastante. Eu tenho bastante cliente que, ainda tá frio, que no começo eu sei que vai mais devagar, mas eu to tendo cliente assim, São Marcos, Quero – Quero, redondeza, pessoas que não me conhecem. Olha, o Borsato é grande. São pouquíssimas pessoas que eu tenho no Borsato, porque são pessoas que me conhecem. Se não vêem, é por um grau de preconceito.⁷⁴

Podemos, da mesma forma, perceber o quanto a noção de estigma perpassa pelo corpo social, sendo percebida mesmo, nas questões relacionadas às sexualidades. E indo além, o quanto nossa sociedade é capaz de imprimir em um mesmo corpo, várias formas de estigma. Quando questionamos a entrevistada para

⁷⁴ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 17 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

descobrir qual era, em sua opinião, o preconceito mais significativo, obtivemos a seguinte resposta,

A maioria eu acho que um bom tanto, tipo, geral, é por ser presa. Porque como naquela época ninguém imaginava e eu era uma traficante, hoje eles podem achar também que eu sou traficante e isso aqui é uma fachada. Entre as mulheres eu creio que é um pouco de preconceito, de algumas né, outras não, de eu ser. Preconceitos ou delas ou não dos maridos que acham que fazer massagem em alguém vai passar alguma coisa. Então, na verdade eu sou o dobro.⁷⁵

Goffman (1963) também discute que as pessoas representam papéis sociais, de acordo com as convenções sociais. Podemos acrescentar a essa proposição, que essa atuação se dá de acordo com a espacialidade a qual vivenciam⁷⁶. O preconceito pode ser da mesma forma, observado em todas as esferas de atuação do indivíduo. Conseguimos observar da mesma forma, que a noção de estigma e o preconceito ultrapassam somente o corpo e a moral do indivíduo que vivenciou o cárcere, sendo também, estendida em algumas ocasiões aos filhos e familiares das detentas. Schilling e Miyashiro (2008) discutem que o preconceito é presente aos filhos de ex – presidiários em sua vida cotidiana. Para as autoras, a sociedade observa esses indivíduos de forma fundida, ou seja, já que uma pessoa é considerada socialmente como má, como infratora, o resto de sua família também pode ser classificada da mesma forma. O conceito de estigma, então, não está relacionado somente ao ex - presidiário, mas aos que o cercam. A fala de uma das egressas ilustra essa dinâmica,

Ah sinto, sinto, é cadeieira, é traficante, foi traficante. Então fica né. Isso aí tem impacto pras pessoas né. Então eu acho que o que eu fiz é uma mancha negra na minha vida. Marco pro resto da minha vida. Acho que até na vida dos meus filhos vai ficar essa mancha. Vai ficar, uma coisa muito errada que eu fiz, não dá pra esquecer. Nossa se eu pudesse voltar atrás eu tomaria outro rumo na minha vida. Marco, e na vida da minha filha também por causa do namorado: ah tua mãe é cadeieira, tua mãe trafica, então fica né. Até pra emprego né da minha filha.⁷⁷

⁷⁵ Fala da depoente Cláudia. Entrevista realizada no dia 17 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

⁷⁶ Para uma interessante discussão a respeito das múltiplas facetas identitárias criadas por sujeitos mediante a vivência de espacialidades distintas, acessar o trabalho de Valentine (1993).

⁷⁷ Fala da depoente Andressa. Entrevista realizada no dia 04 de Junho de 2010 na residência da

Essa mesma dinâmica é observada nas questões maritais, ou seja, as mulheres de presos podem sofrer discriminação pelo fato de seus companheiros estarem encarcerados, como aponta Guimarães *et. al.* (2006). Os autores afirmam que essas mulheres são vítimas também de preconceitos que estão relacionados às questões de gênero, uma vez que são obrigadas a se submeter a situações de controle constrangedoras, como a averiguação dos corpos no momento de sua entrada nas prisões para visitas.

Essa situação particular, de acordo com Goffman (1963), pode receber o nome de ‘estigma de cortesia’, levando o grupo de pessoas que se relacionam com o estigmatizado a receber algumas das privações direcionadas a ele. Ou seja, o conceito de ‘estigma de cortesia’ exprime a dificuldade que um egresso, no caso desta pesquisa, pode encontrar para construir uma rede de relacionamento, de contatos e apoios que facilite sua reintegração social. Entretanto, o autor afirma que,

Considerarei que há um grupo de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum tipo de apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disso, são definidos e se definem como seus iguais. O segundo conjunto é composto – tomando de empréstimo um termo utilizado pelos homossexuais – pelos ‘informados’, ou seja, os que são normais mas cuja situação especial levou a privar intimamente da vida secreta do indivíduo estigmatizado e a simpatizar com ela, e que gozam, ao mesmo tempo, de uma certa aceitação, uma certa pertinência cortês ao clã. (GOFFMAN, 1963, p. 37)

Podemos observar, no entanto, que mesmo a aceitação dos estigmatizados, ou em nosso caso, dos egressos está relacionada à espacialidade a qual estão vivendo. Observamos um total de 25% de mulheres egressas que relataram não ter sofrido nenhum tipo de preconceito ou discriminação no momento de sua reintegração social. Esse percentual foi um tanto quanto perturbador, uma vez que pressupúnhamos que essa era uma consequência intrínseca ao encarceramento. Quando analisamos mais a fundo essas proposições, chegamos a essa conclusão, ou seja, de que o ‘fator’ espacial, se assim podemos dizer, é central nessa dinâmica.

Verificamos que o ato de sentir ou não preconceito por parte da vizinhança está relacionada de forma direta ao espaço onde as mulheres têm residência. Desse

total, 50% afirmaram que não sentiram preconceito pelo fato que a vizinhança não sabia de sua condição de ex-presidiária, dificultando assim, a incorporação de qualquer espécie de estigma a sua condição. A restrição espacial dessas mulheres também aparece como motivo de ausência de preconceito, ou seja, o fato de por um período considerável de tempo pós – encarceramento, elas restringirem sua vivência a espacialidade privada, em especial, a doméstica, como representa a fala da egressa apresentada a seguir,

Ah eu nem fiquei, eu vim, não tive dificuldade nenhuma porque eu fui pra casa da minha mãe e ficava lá, não saía mais. Eu ficava só lá dentro com a minha mãe, tomava chimarrão e dormia. Tinha até medo de sair pra fora, medo da polícia. Nem ia pra lugar nenhum.⁷⁸

Entretanto, 50% afirmaram que não sofreram preconceito por residirem em um determinado local. Como apresentamos na primeira seção desse capítulo, algumas mulheres que entrevistamos são provenientes de áreas da cidade que são popularmente conhecidas como criminosas, ou até mesmo por nomes como ‘cracolância’⁷⁹. Ou seja, estão inseridas em uma espacialidade de alta vulnerabilidade ao ato criminal, na qual a maioria das pessoas já foi encarcerada, sendo, portanto, ‘libertadas’ do estigma e do preconceito. Cançado (2001, p. 204) nos lembra que “os espaços sociais são demarcados, e o pertencimento a eles deve obedecer a regras de conveniências, não escritas, mas legíveis através dos códigos de comportamento.”

Outra categoria que analisamos foi à visão que as mulheres têm da cidade agora que estão novamente inseridas na dinâmica urbana. O gráfico a seguir demonstra essas categorias,

⁷⁸ Fala da depoente Carolina. Entrevista realizada no dia 02 de Julho de 2010 na residência da entrevistada.

⁷⁹ Refere-se ao local específico de tráfico do crack.



Gráfico 25: Egressas – Visão da Cidade após o Cárcere.

Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.

Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Do total de dez evocações relacionadas a essa questão, 86% das mulheres afirmaram que hoje, que estão na liberdade, não tem nenhum sentimento em especial pelo urbano, demonstrando indiferença. Esse fato nos leva a concluir que os condicionamentos que o espaço carcerário impõe as suas corporalidades e, da mesma forma, aos seus sentimentos, ainda persiste. A cidade, portanto, continua não sendo acessada por essas mulheres de forma completa.

O restante, 24% ainda ligam a cidade ao sentimento de liberdade. É interessante observar a evolução dessa visão na prisão e pós – encarceramento. Para as mulheres encarceradas, a cidade representava além da liberdade, a beleza, a família e a saudade. Depois de sua reintegração na dinâmica social, e obviamente, mediante a vivência de inúmeros desafios e problemas para reconstituição de sua vida cotidiana, as mulheres desprezam suas metáforas mágicas para descrever a cidade, adotando uma postura de apatia com relação ao urbano. Os trechos apresentados a seguir demonstram essas categorias,

Ah, eu avalio como eu vejo, que tá tudo a mesma coisa, do mesmo jeito,

igual.⁸⁰

Ah, eu vejo normal. Eu vejo do que eu via daqueles dias difíceis lá dentro, ah eu vejo normal. Tudo andando normal, sei que to aqui fora, sei que posso me vira, nossa, cria meus filhos.⁸¹

Normal, agente pensa na liberdade. Porque eu nunca tinha ido presa. E, lá dentro agente ficava fechada e ficava olhando assim, na liberdade, imaginando, agora que eu to aqui na liberdade, agente dá mais valor. Deus ô livre fica fechada, eu ficava pensando, meu pai do céu, quando que eu vô ponha meu pé na terra, porque lá dentro é tudo piso. Se não vê terra de nada.⁸²

Em contrapartida, as sensações atreladas ao espaço carcerário ainda permanecem similares, como podemos observar no gráfico abaixo.



Gráfico 26: Egressas – Visão do Cárcere após a libertação.
Fonte: Roteiro de Entrevista aplicado às egressas.
Organização: FIORAVANTE, K.E., 2010.

Das dez evocações relacionadas ao cárcere, obtivemos duas categorias

⁸⁰ Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 30 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

⁸¹ Fala da depoente Simone. Entrevista realizada no dia 02 de Julho de 2010 na residência da entrevistada.

⁸² Fala da depoente Patrícia. Entrevista realizada no dia 13 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

analíticas essenciais, ou seja, 50% das egressas sentem horror ou ligam àquela espacialidade a essa sensação, enquanto o restante, afirmaram que quando pensam nesse período da sua vida, o aspecto mais forte que lhes surge é a pena das pessoas que ainda estão encarceradas, bem como o alívio por já terem cumprido sua pena. Os trechos a seguir ilustram essas categorias,

Olha, aquele lugar é horrível. Não gosto nem até de pensar porque me vem na cabeça tudo que passei lá, tudo que aconteceu, quantas vezes eu chorei, quanta saudade eu senti das minhas crianças. Não tem nem como descrever aquilo, só tando lá pra saber mesmo que é ficar lá dentro.⁸³

Eu tenho dó, muito dó. Tenho dó, porque lá por mais que você não queira, é obrigado a segurar o choro. Tipo, engolem o choro. Eu penso assim, tenho dó, principalmente dos homens, porque eles são bem mau tratados. Bem mais mal tratados. Porque as mulher comem, os homem não comem lá dentro. O que as mulher são bem tratada, os homem não são. É bem diferente o modo deles trata mulher e homem. Eu achei, quando eu entrei lá eu já achei que é bem diferente a ala dos homens e a ala das mulher. Por mais que eu não entrei na ala dos homem, mas eu vi o jeito deles trata, quando eu entrei pra eles fazer a revista. E isso eu vi mesmo, eles tratam melhor as mulher, são bem mais mal tratadas. Lá não é lugar pra ninguém, ninguém merece, ninguém. Lá não dá, Deus ô livre, tem que evita de cá lá dentro.⁸⁴

Podemos concluir, a partir das falas apresentadas anteriormente, que a experiência carcerária marca profundamente a vida dessas mulheres em diversos aspectos, seja na sua vida social, familiar ou marital, até mesmo sua auto – representação. O estigma adquirido pelas mulheres, muitas vezes corporificado a partir de tatuagens, em diversas situações as impossibilita a uma real chance de reintegração social, processo esse garantido por lei.

Neste capítulo exploramos o perfil socioespacial do grupo de mulheres egressas entrevistadas, bem como seus desafios e dificuldades para recompor sua vida cotidiana em diversos aspectos. Evidenciamos que são mulheres com baixa escolaridade, mães e moradoras de áreas, muitas vezes, marginalizadas pelo restante da população da cidade. Da mesma forma, é um grupo de mulheres que enfrenta preconceitos para reorganizar sua vida na exterioridade, preconceito este

⁸³ Fala da depoente Jo. Entrevista realizada no dia 30 de Maio de 2010 na residência da entrevistada.

⁸⁴ Fala da depoente Márcia. Entrevista realizada no dia 28 de Junho de 2010 na residência da entrevistada.

que se estende até mesmo a seus filhos e familiares próximos.

Legalmente, o egresso tem direito a um amplo amparo estando este previsto em artigos como os 25, 26 e 27 da Lei de Execução Penal Brasileira. É garantida a sua orientação de reintegração à sociedade, assistência para obter um emprego e até mesmo alojamento e alimentação em caso de precisão. Entretanto, percebemos que essas 'belas' proposições dificilmente saem do papel. O Patronato Penitenciário, representado na cidade de Ponta Grossa pelo Programa Pró-Egresso pouco consegue fazer no sentido de um auxílio real na vida das mulheres egressas.

Após a experiência carcerária, essas mulheres precisam encontrar maneiras de reestruturar sua vida, superando dificuldades sociais, econômicas e espaciais. Inseridas, por diversas vezes, em uma espacialidade de alta vulnerabilidade ao crime, essas mulheres se vêem tentadas a conseguir galgar posições e meios de sobrevivência de forma mais rápida, se envolvendo em muitos casos, novamente, com o mundo criminal. Portanto, é imprescindível que o Estado estimule e crie projetos de apoio a essa população, garantindo a ela uma verdadeira possibilidade de recomeçar suas vidas.

Destacamos em nossa discussão o quanto o espaço tem papel central na dinâmica de reconstrução da vida das mulheres egressas. Esse assunto não está esgotado e ainda se configura enquanto um amplo leque para interesses de geógrafos. Da mesma forma, as discussões relacionadas às especificidades de gênero, não só podem, mas devem ser levadas em consideração.

Observamos que atualmente, cada vez mais pesquisadores, das mais diversas áreas vêm voltando seu interesse para as questões relacionadas à criminalidade e aos espaços carcerários femininos. Esse trabalho vem preencher uma lacuna nos estudos acerca dos espaços carcerários na Geografia brasileira, bem como, nas dinâmicas espaciais que envolvem os grupos de pessoas em situação de pós-encarceramento.

CONCLUSÃO

Existem momentos na vida, onde a questão de saber se pode - se pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Michel Foucault)

Exploramos, ao longo de nossa redação, diversos aspectos relacionados à vivência espacial cotidiana das mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná, buscando compreender como a experiência do espaço carcerário interfere de forma ativa em vários momentos de sua vida pós-encarceramento. Nossos objetivos específicos eram estudar o perfil dos dois grupos de mulheres infratoras, as encarceradas e as egressas; caracterizar as experiências vividas pelas mulheres delituosas a partir do espaço carcerário, e, analisar a vivência do espaço carcerário na reestruturação de suas relações socioespaciais cotidianas.

O processo de construção dessa pesquisa foi bastante extenso. Viajamos por questões formais, subjetivas e culturais, esperando poder conferir ao leitor diversos pontos de vista e de discussão. Paralelamente, vários desafios foram surgindo ao longo de sua construção, e da mesma forma, foram gradativamente sendo superados a partir do desenvolvimento de diversas estratégias. A expectativa de adentrar em uma espacialidade tão desconhecida quanto à carcerária e o medo de trabalhar com um grupo tão estereotipado pela sociedade foram sendo substituídos por um sentimento de entusiasmo que crescia a cada dia quando nos dávamos conta do quanto essa pesquisa conseguia dar novos ânimos para as detentas, mesmo que em alguns momentos dos seus dias.

Somando-se a todas essas dificuldades empíricas, enfrentamos outras, não menos ameaçadoras, como a de trazer discussões que são em parte, fronteiriças com outras áreas do conhecimento. Podemos acrescentar ainda, o desafio de atrelar algumas noções, já bem consolidadas e desenvolvidas por outras ciências, às discussões da Geografia. Isso demanda um intenso trabalho de leitura para apreender e incorporar um domínio de temáticas e matérias que fogem da formação básica de um geógrafo.

Desse conjunto de discussões apresentadas nos capítulos que precedem existem elementos que gostaríamos de enfatizar, não para que sejam propriamente

finalizados, mas para que elucidem de forma clara algumas das considerações e conclusões mais expressivas dessa jornada de pesquisa. Essas considerações podem ser, estrategicamente, agrupadas em seis principais pontos.

O primeiro deles diz respeito às discussões acerca das proposições conceituais que utilizamos como eixo estruturante para nossas reflexões. É interessante constatar, antes de qualquer outro elemento, o fato de que a criminalidade feminina, e da mesma forma, o número de mulheres encarceradas vem crescendo expressivamente no Brasil. Entretanto, a Academia ainda tem dificuldade em explorar essa temática, seja pela sua polêmica, seja pela falta de metodologias coerentes. Mesmo sendo, muitas vezes relegada a não importância, ou até mesmo, interpretada como um capricho de alguns pesquisadores, as discussões acerca das expressões criminais de mulheres se constituem enquanto um amplo leque para estudos geográficos. Mesmo as perspectivas feministas da ciência encontram constrangimentos nessas discussões, possivelmente por colocar abaixo a idéia, tão consolidada em nosso imaginário social, das mulheres enquanto seres frágeis, passivos e dóceis.

É imprescindível apontar, também, que a espacialidade carcerária não é fixa, imutável, subjugadora, como muitas vezes a imaginamos. O espaço carcerário é concebido, em nossa perspectiva, enquanto um produto de inter-relações, como uma esfera que possibilita a coexistência da multiplicidade, sempre em construção. O espaço como um elemento fundamental na constituição das identidades, sendo da mesma forma, transpassado por elas.

O conceito de gênero surgiu, também, como interessante componente de análise para as dinâmicas dos espaços prisionais, uma vez que é importante apontar que as espacialidades não são vivenciadas da mesma forma por todos os sujeitos. O espaço carcerário feminino é perpassado por especificidades de gênero que o tornam singular, diferenciando-o, portanto, do masculino. Da mesma forma, esse conceito nos ajuda a compreender a dificuldade que nossa sociedade ainda encontra em aceitar esse fenômeno.

Nosso segundo ponto de discussão se refere ao perfil do grupo de mulheres encarceradas com as quais conversamos. Evidenciamos que este é um grupo com um perfil específico, perfil este que também exerce influências na construção da espacialidade carcerária do Mini – Presídio Hildebrando de Souza. Essas mulheres são majoritariamente pobres, com baixa escolaridade e renda. São da mesma

forma, em sua grande maioria mães, o que torna, conseqüentemente seus filhos participantes das dinâmicas carcerárias.

O perfil desse grupo também evidencia uma interessante conclusão relacionada às suas atuações cotidianas. São mulheres que já se conhecem da exterioridade, trazendo, assim, para o cárcere seus relacionamentos de amizade, seus conflitos e rixas. A partir do perfil também podemos concluir o quanto o sistema de varejo do tráfico de drogas está crescendo na cidade de Ponta Grossa, acompanhando, dessa forma, a tendência nacional. E mais, podemos observar o quanto às mulheres vêm se inserindo nessa dinâmica, seja para conseguir meios mais fáceis de sobrevivência ou mesmo para galgar posições de poder dificilmente atingidas em outros setores da vida pública.

O próximo ponto a ser discutido está diretamente relacionado com a forma física dos espaços carcerários, especificamente, a constituição material do Mini – Presídio Hildebrando de Souza. Em nossa reflexão, concluímos que, muito mais do que uma simples escolha arquitetônica, as prisões são erguidas priorizando a manutenção de mecanismos de poder específicos. As prisões deveriam ser, em teoria, espaços de correção de condutas sociais não concordantes com padrões estabelecidos pela sociedade geral. Entretanto, tem como função reforçar estigmas e práticas de exclusão de grupos sociais excluídos.

Sua forma física está intrinsecamente conectada às relações de poder vigentes, as quais são provenientes de diversas direções. Elas provêm da administração formal do Mini – Presídio para com os detentos, e paradoxalmente, se constroem entre os próprios detentos. As regras formais se sobrepõem as regras instituídas pelas presas, construindo, um eterno jogo de subjugação e subversão. Esse poder se expressa nas mais diversas situações e nos mais variados momentos do dia, seja na realização de tarefas nas celas, seja na possibilidade de ter um espaço de individualidade ou não.

Nosso quarto ponto de reflexão envolve as falas das mulheres encarceradas. Antes de tudo, é importante lembrar que são provenientes de um grupo específico, o qual vivencia uma espacialidade também específica. Alertamos também para o fato de que essas falas estão intimamente ligadas com essa espacialidade. Entrar em um espaço carcerário, em situação de detenção foi descrito pelas presas como muito difícil, sendo agravada pelo medo de agressões e pela tristeza por ficar longe da família. Conseguimos concluir que as mulheres encarceradas na cidade de Ponta

Grossa estão, em sua grande maioria, ligadas de alguma forma com as drogas, esta obtendo posição de centralidade em suas falas em vários momentos. Seja como traficante, ou como usuárias, essas mulheres apontam que sua prisão esteve relacionada com sua ligação ao mundo das drogas, ligação esta feita muitas vezes pelo seu companheiro, por seus amigos ou por parentes.

Da mesma forma, concluímos a partir de suas falas que apesar de uma vivência formalmente administrada, essas mulheres conseguem encontrar mecanismos em seu cotidiano para burlar essa ordem. A manutenção de relacionamentos românticos, mesmo sem aproximação dos corpos, é uma delas. Observamos, ainda, que mesmo os espaços carcerários sendo construídos mediante uma forma que busca isolar os corpos dos detentos do restante da sociedade, no Mini – Presídio Hildebrando de Souza, essas fronteiras estabelecidas fisicamente são muito mais permeáveis e fluidas do que podemos imaginar. As mulheres construíram táticas para não perder totalmente seu contato com a exterioridade, bem como, meios para garantir que esse contato ocorra mesmo em dias em que a visita não é permitida.

Esperamos que o leitor também se dê conta da precariedade desse espaço e adquira uma visão crítica no sentido de compreender que essa precariedade vai muito mais além do que a falta de objetos que confirmam as presas alguns tipos de conforto. Chamamos atenção também para o fato de que essas mulheres não possuem acesso a nenhum tipo de programa educacional, bem como a serviços de saúde e de assistência. Por fim, evidenciamos a situação de total negligência que essas mulheres vivem frente ao poder público da cidade de Ponta Grossa, circunstância essa que, indubitavelmente, gera grande parte das privações vividas no cotidiano carcerário.

O quinto ponto se relaciona as experiências das mulheres ex – detentas da cidade de Ponta Grossa. O que evidenciamos, antes de qualquer outro elemento, é que elas apresentam um perfil muito similar ao das mulheres ainda encarceradas, o que nos proporcionou maior coerência ao longo da reflexão construída. São mulheres também com baixa renda, pouca escolaridade e habitantes de áreas da cidade as quais as tornam espacialmente vulneráveis ao envolvimento com o mundo criminal.

Suas experiências, angústias, aprendizados e visões com relação à espacialidade carcerária também não discordam bruscamente das mulheres

encarceradas. Apenas algumas questões pontuais podem ser apontadas. A mais geográfica delas, se assim podemos afirmar, diz respeito ao espaço urbano da cidade de Ponta Grossa, o qual, no momento de encarceramento as remetia à construção de metáforas relacionadas à liberdade, a beleza, a felicidade e à família. Após sua libertação, essa espacialidade urbana, anteriormente tão mágica, se apresenta de forma fria, natural, ou utilizando a terminologia utilizada pelas egressas, normal.

Essa mudança de visão nos leva a discutir nosso último ponto, ou seja, as dificuldades e os desafios que essas mulheres, egressas do espaço carcerário, enfrentam para reconstituir suas vidas na exterioridade. Como evidenciamos vários autores vêm se interessando atualmente pelas discussões acerca do processo vivido no período de pós-encarceramento. As proposições permeiam entre noções humanistas de ressocialização e argumentos, talvez mais realistas, de reincidência criminal.

O que nos parece mais válido discutir nesse momento de fechamento de idéias é o fato de que as egressas raramente conseguem retomar de forma plena seu cotidiano após o encarceramento, sendo este, encarado como um estigma que as seguirá pelo resto de suas vidas. Da mesma forma, o condicionamento corporal imposto pela espacialidade carcerária permanece em suas ações mais pontuais, como em posições de se sentar ou na opção de abrir ou não as janelas de suas casas.

Suas maiores dificuldades se relacionam ao afastamento sentimental dos filhos, da família e dos companheiros. A estigmatização dessas pessoas pela sociedade também implica em menor probabilidade de conseguirem retomar suas vidas profissionais. O medo do espaço público urbano e o medo de sair de casa também foram relatados pelas egressas, e demonstra o quanto os condicionamentos da espacialidade carcerária são absorvidos. A discriminação ultrapassa a egressa, sendo também, imposta a seus filhos e parentes próximos.

Podemos concluir que, muitas vezes, não são apenas os presos que não estão prontos para voltarem às dinâmicas da vida cotidiana da exterioridade, mas também, que a própria sociedade não está preparada para recebê-los. Rotulando-os e limitando suas chances de reintegração social, a população acaba por destruir da mesma forma, suas expectativas e sonhos.

Optamos pela apresentação de nossas conclusões dessa forma devido ao fato de que nos pareceu uma tarefa muito complicada extrair desse material uma única conclusão, que fosse majoritária com relação às outras. Foram conclusões plurais e diversas, as quais, muitas delas, não foram nem sequer imaginadas no momento de construção do projeto de pesquisa.

Destacamos ao longo de nossa discussão que o espaço tem papel central nas dinâmicas vivenciadas por essas mulheres, seja enquanto estão encarceradas, seja no período de readaptação a vida na exterioridade. Da mesma forma, concluímos que estão inseridas em uma dinâmica socioespacial de alta vulnerabilidade, de alta exposição ao mundo do crime. Essa vulnerabilidade é muitas vezes agravada pela dificuldade imposta pela sociedade para as mulheres de reestruturarem suas vidas de forma digna e honesta. Esperamos, portanto, que o leitor consiga compreender o quanto a Geografia está relacionada a essa temática.

Com toda certeza, é uma alegria para nós escrever essas últimas palavras, pois o sentimento que nos toma é o do 'dever cumprido'. Mas por outro lado, vivemos agora um momento de nostalgia, no qual nos recordamos de todos os desafios vividos ao longo da construção dessa pesquisa. Também nos recordamos das vinte e três mulheres, as quais tão prontamente atenderam aos nossos pedidos e, algumas tão gentilmente abriram as portas de suas residências para nos cederam suas falas. Esperamos tê-las representado bem. Terminamos, então, nossas considerações com várias conclusões, com várias vitórias, mas da mesma forma, com muitos novos questionamentos, os quais esperamos poder apresentar a Academia e a sociedade o mais breve possível.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sérgio Adorno A. **A síntese criminológica: diagnóstico e prognóstico**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária, São Paulo, IMESP, p. 55-59, 1980.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento; fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina de 1800 a 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

ALMEIDA, Rosemeri de Oliveira. **Mulheres que Matam: o universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

AZEVEDO, Ana Francisca. Desgeografização do corpo. Uma política do lugar. In: AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, José (Orgs). **Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2009.

BADINTER, Elisabeth. **L'amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVII^e-XX^e siècles)**. Paris: Flammarion, 1980.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo Equivocada: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social – por um conceito crítico de reintegración social del condenado. In: ARAUJO JUNIOR, João Marcello (Org.). **Sistema penal para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 251-265

BASTOS, Maruza. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário Nacional do Brasil. **População carcerária sintética**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário Nacional do Brasil. **Dados consolidados**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres encarceradas: diagnóstico nacional. Consolidação dos dados fornecidos pelas unidades da federação**. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça. Sistema Penitenciário Nacional do Brasil. **População carcerária sintética**. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

CAIMARI, Lila. **Positivist criminology and the classification in early twentieth century Argentina**. Texto publicado no XX International Congress of LASA, Guadalajara, Abril.

CANÇADO, Adriana. Paixão e Honra: Criminalidade Passional em Ponta Grossa na década de 30. In: DITZEL, Carmencita de Holleben M.; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. (Org.). Espaço e Cultura. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

CANTO, Dilton Ávila. **Regime Inicial de Cumprimento de Pena Reclusiva ao Reincidente**. 2000. 120f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COLLETTE-CARRIÈRE, Renée; LANGELIER – BIRON, Louise. Du côté des filles et des femmes, leur délinquance, leur criminalité. **Criminologie**, n. 16, v. 2, 1983, p. 27-45.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO,

Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DE JESUS, Damásio. **Penas alternativas**. São Paulo. Editora Saraiva, 1999

ELIAS, Norbert. **Introdução a sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970.

FALCONI, Romeu. **Sistema presidencial: reinserção social?** São Paulo: Ícone, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1969.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GELSTHORPE, Loraine. Feminism and criminology. In: MAGUIRE, Mike.; MORGAN, Rod.; REINER, Robert (Orgs.) **The Oxford handbook of criminology**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A construção do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1959.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. **O Direito Penal na Era da Globalização**. São Paulo: RT, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A Condição Urbana. Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. (Orgs) **Espaço e Tempo: complexidades e desafios do**

pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano *et al* . Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos. **Psicologia Social**. Porto Alegre, v. 18, n. 3, Dez. 2006 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300007&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 12/01/2011.

HARVEY, David. **Condição pós – moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo : Edições Loyola, 1993.

KANT, Emmanuel. **Observations sur le sentiment du beau et du sublime.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1972.

KANTROWITZ, Nathan. **Close Control: Managing a Maximum Security Prison – The story of Ragen’s Stateville Penitentiary.** New York: Harow & Heaston, 1996.

LEMGRUBER, Julita **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** Rio de Janeiro: Forense, 1983.

LIMA, Elza Mendonça. **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro: O Período das Freiras (1942-1955).** OAB/RJ: Rio de Janeiro, 1983.

LIPOVESTSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOMBROSO, Cesare. **La Donna Delinquente.** Turin, 1899.

LYOTARD, Jean François. **La condición posmoderna.** Madri: Ediciones de Munuir, 1994.

LYRA, Roberto. **Direito Penal Normativo.** Rio de Janeiro: José Konfino, 1975.

LYRA, Roberto. **Condição Moral e Jurídica do Encarcerado - Estudo do Problema Penitenciário.** Rio de Janeiro: Brasileira Lux, 1994.

MASSEY, Doreen. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Phillip (Orgs.). **Human Geography Today.** Cambridge: Polity Press, 1999.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço, uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENEGAT, Marildo. **Depois do Fim do Mundo: a Crise da Modernidade e a Barbárie.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

MISSE, Michel "Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas". In: Villas Boas, Gláucia; Gonçalves, Marco Antônio. (Orgs.). **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995a.

MISSE, Michel. **Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. Uma abordagem crítica acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas**. Núcleo de Estudos da Cidadania, conflito e violência urbana. NECVU. 1995b. disponível em <http://www.necvu.ifcs.ufri.br/arquivos/cinco%20Teses%20Equivocadas%20sobre%20a%20Criminalidade%20Urbana%20no%20Bra%E2%80%A6.pdf>>. Acesso em: 12/01/2010.

MOLINA, Antonio García-Pablos; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MOURA, Maria Juruena de. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. 132 f. Universidade Estadual do Ceara, Fortaleza, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Editora Martin Claret, 2009.

OBERHAUSEN, Ann M; RUBINOFF, Donna; DE BRES, Karen; MAINS, Susan; POPE, Cindy. **Geography perspectives on women**. In: GALE, Gary L.; WILLMOTT, Cort. J. (Ed.). **Geography in America at the dawn of 21st century**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: Um Paradoxo Social**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1996.

OLIVEIRA, Giovane Rodrigues. **Senso comum, pobreza e criminalidade**. Colóquio internacional, (des)envolvimentos contra a pobreza: mediações teóricas, técnicas e políticas. Montes Claro, 21 a 23 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.unimontes.br/coloquiointernacional/arquivos/118giovanerodriguesdeoliveira.pdf>>. Acesso em: 12/01/2010.

PAIXÃO, Afonso Luiz; CAMPOS, Emerson Carlos. **Caracterização da população prisional em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1983.

PAREDES, Cezinando Vieira. **A influência e o significado das tatuagens nos presos no interior das penitenciárias**. 40 f. Monografia de Curso de Pós – Graduação (Tratamento Penal e Gestão Prisional), Universidade Federal do Paraná, 2003.

PERUCCI, Maud Fragoso de Albuquerque. **Mulheres encarceradas**. São Paulo: Global, 1983.

PHILO, Chris. População acumulada: corpos, instituições e espaço. In: AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, José (Orgs). **Geografias do Corpo. Ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas, 2009.

PIMENTEL, Elaine. **Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil de 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMALHO, José Ricardo **O mundo do crime. A ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

RINALDI, Alessandra de Andrade. A construção de motivos: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto de relações amorosas no Rio de Janeiro (1890-1940). **Anais do I ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito**, Universidade de São Paulo – 20 e 21 de agosto de 2009, p. 1 - 15. Disponível em < http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/i_enadir_2009/gts/papers/GT3/GT3_Alessandra_de_Andrade_Rinaldi.pdf>. Acesso em: 12/12/2010.

RODRIGUES, Anabela Miranda. Reinserção Social: Uma Definição do Conceito. In: **Revista do Direito Penal e Criminologia**, Vol. 34, Rio de Janeiro: Forense, junho/dezembro, 1987.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editoria da Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

SCHILLING, Flávia; MIYASHIRO, Sandra Galdino. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, vol. 8, n.1, p. 31-45, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Análise do Espaço sob a perspectiva de gênero: um desafio para a Geografia Cultural Brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs) **Geografia: Temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. In: **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, UERJ, n.22, p.97-109, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo Geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org.) **Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro**. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS - Caxambu, MG, 27 a 31 de outubro, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Simone Brandão. Criminalidade Feminina. In: **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 10-16, 2006.

TOMASINI, Maristela Bleggi **O homem delinquente. O livro que mudou o direito penal. Notas sobre Cesare Lombroso e sua obra**. 2009. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/14135564/O-Homem-Delinquente>> Acesso em: 12/01/2010.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and space**, v. 11, p. 395-413, 1993.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: SILVA, Joseli Maria. (Org) **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

WIESE, Leopold von. As quatro categorias fundamentais: processo social, distância, espaço social e configuração social. [1933]. Leituras sociológicas. São Paulo: **Revista de Sociologia**, 1940, v.1, n.1, p. 10 – 33.

ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES ENCARCERADAS

Pesquisadora: Karina Fioravante

Data: _____

Local: _____

01- Caracterização da Depoente:

- Nome Fantasia.
- Idade.
- Estado Civil.
- Escolaridade.
- Local de Nascimento.
- Religião.
- Número de filhos nascidos vivos.
- Número de filhos que convivia na residência antes do cárcere.

02-Experiências do Cárcere

- Quantas vezes foi detida?
- Motivos alegados para a prisão?
- Avaliação dos motivos para a prisão?
- Tempo de internação total?
- Tempo que já cumpriu?
- Qual a primeira sensação após a internação?
- Como a família reagiu frente à internação?
- Quais as relações que criou dentro do presídio / Com Quem/ Descrever características (positivas / negativas)?
- Quais as dificuldades presentes na infra-estrutura do presídio?
- Quais as dificuldades presentes em relação aos direitos de saúde / higiene/ educação profissional / visitas dos familiares / maridos / filhos?

- Qual a avaliação sobre a ação dos agentes reguladores: carcereiras / assistente social / delegados?
- Experiências marcantes positivas / negativas?
- Sofreu algum tipo de violência dentro da prisão por parte: de outras presas / agentes ou policiais / tipo de violência?
- Avaliar as relações vividas na prisão?
- Aprendizados positivos / negativos?
- Avaliação da cidade de dentro da prisão?
- Quais as relações estabelecidas que a levaram à prisão / redes pessoais / relações espaciais ?
- Quais as relações que foram rompidas durante o tempo de prisão positivos / negativos?
- Quais expectativas para depois do cárcere. Positivas/Negativas/Família/Filhos?

ANEXO II – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA NO MINI – PRESÍDIO HILDEBRANDO DE SOUZA



PODER JUDICIÁRIO
Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
Comarca de Ponta Grossa/PR
Rua Leopoldo Ulmarães Cunha, 590 Orlinas,
☎ 3220 49 41
Adriana Cristina Pontes Hay Escrivã

Ofício nº 103/09 Gabinete do Juiz

07 de julho de 2009.

Senhora Delegada:

Através do presente, informo a Vossa Senhoria que este Juiz autorizou a entrada das estudantes KARINA EUGENIA FIORAVANTE (Orientanda) e JOSELI MARIA SILVA (Orientadora) nas dependências do Mini Presídio Hildebrando de Souza desta cidade, a fim de realizar uma pesquisa com o objetivo de coletar dados para a elaboração de dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual desta cidade, desde que observados os critérios de conveniência, oportunidade e segurança a juízo da autoridade administradora, e mediante agendamento prévio da data e horário com a Delegação Chefe.

Na oportunidade, reitero a Vossa Senhoria, votos de estima e consideração.

ANTÔNIO ANTONIO MARYANA
Juiz de Direito

A. J. L. S. S.
Dra. ARACY CARMEM COSTA VARGAS
DD Delegada chefe da 18ª SDP
Nesta.



*R. Hoje
Dr. Juiz Adelberto, sendo devidamente
autorizado, com controle de presença.
Ponta Grossa, 20 de julho de 2009.*

Márcia Eliana de Souza
13ª SDP - Delegada Pública
DIRETOR

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
DE SUBDIVISÃO POLICIAL - 4ª AL. S. P.
PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA
PROTOCOLO GERAL Nº 2666
DATA RECEBIMENTO 8 JUL 2009
14 JUL 2009

**ANEXO III - QUESTIONÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GERAL DAS
MULHERES ENCARCERADAS**

Idade: _____

Estado Civil: () casada () solteira () viúva () amiga da

Companheiro está preso também: () sim () não

Estudou até que série: _____

Local de nascimento: _____

Vila em que morava: _____

Era usuária de droga: () sim () não

Qual/Quais _____

Tem filhos: () sim () não

Quantos: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 ou mais

Quem cuida dos filhos: () sua mãe () pai dos filhos () outro _____

Religião: () católica () evangélica () outra _____

Trabalhava antes de ser presa () sim () não

No que: _____

Ganhava mais ou menos quanto:_____

Primeira vez que foi detida: () sim () não

Quantas vezes foi detida: () 1 () 2 () 3 () 4 ou mais

Motivo da prisão (artigo pelo qual foi julgada):_____

Tempo que já cumpriu:_____

Tempo total:_____

Perdeu contato com a família: () sim () não

Meninas, obrigada pela colaboração!!! 😊

ANEXO IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES EGRESSAS

Pesquisadora: Karina Fioravante

Data: _____

Local: _____

01 - Caracterização da Depoente

- Nome fantasia.
- Idade.
- Estado Civil.
- Número de filhos nascidos vivos:
- Número de filhos que convive na residência.
- Escolaridade.
- Local de nascimento.
- Religião.
- Com quem reside atualmente.
- Tipo de residência.
- Emprego / Atividade.
- Renda mensal individual.
- Renda mensal familiar.

02 - As experiências no espaço do cárcere.

- Motivos alegados para a prisão?
- Avaliação dos motivos para a prisão?
- Tempo de internação?
- Qual a primeira sensação após a internação?
- Como a família reagiu frente à internação?
- Quais as relações que criou dentro do presídio / Com Quem/ Descrever

características (positivas / negativas)?

- Quais as dificuldades presentes na infra-estrutura do presídio?
- Quais as dificuldades presentes em relação aos direitos de saúde / higiene/ educação profissional / visitas dos familiares / maridos / filhos?
- Qual a avaliação sobre a ação dos agentes reguladores: carcereiros / assistente social / delegados?
- Experiências marcantes positivas / negativas?
- Sofreu algum tipo de violência dentro da prisão por parte: de outras presas / agentes ou policiais / tipo de violência?
- Avaliar as relações vividas na prisão?
- Aprendizados positivos / negativos?
- Avaliação da cidade de dentro da prisão?
- Quais as relações estabelecidas que a levaram à prisão / redes pessoais / relações espaciais ?
- Quais as relações que foram rompidas durante o tempo de prisão positivos / negativos?

03 - As experiências de re-inserção socioespaciais.

- Quando você saiu da prisão você voltou a morar no mesmo local? Relações com as mesmas pessoas / mesmas espacialidades?
- Das relações consideradas rompidas durante a prisão, quais foram re-estabelecidas / permaneceram rompidas?
- Quais as maiores dificuldades para re-compor a vida social?
- Quais as maiores dificuldades para re-compor a vida privada marido / filhos / pais?
- Quais as relações desenvolvidas no espaço da vizinhança atual? nova / reconstruída?
- Quais os locais em que sofreu discriminação?
- Como avalia a cidade agora no momento da re-inserção?
- Como avalia o espaço do presídio agora visto de fora?